



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Departamento de Letras e Artes



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E DIVERSIDADE CULTURAL

O CORONELISMO NAS NARRATIVAS DE WILSON LINS:
ESPAÇOS DE PODER

ANDRÉ LUÍS MACHADO GALVÃO

Feira de Santana
2010



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Departamento de Letras e Artes



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E DIVERSIDADE CULTURAL

O CORONELISMO NAS NARRATIVAS DE WILSON LINS: ESPAÇOS DE PODER

ANDRÉ LUÍS MACHADO GALVÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural da Universidade Estadual de Feira de Santana, tendo como orientadora a Prof^ª Dra. Eliana Mara de Freitas Chiossi, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Literatura e Diversidade Cultural.

Feira de Santana
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

C182

Galvão, André Luís Machado.

O coronelismo nas narrativas de Wilson Lins: espaços de poder / André Luís Machado Galvão, 2010.

120 f.

Orientador: Eliana Mara de Freitas Chiossi

Disertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana.

1. Coronelismo. 2. Ficção. 3. Poder. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Centro de Formação de Professores. II. Título.

CDD 800

Elaborada pela Biblioteca do CFP/UFRB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Eliana Mara de Freitas Chiossi
(Orientadora)

Prof.^o Dr. Rubens Edson Alves Pereira
(Membro)

Prof.^a Dra. Alvanita Almeida Santos
(Membro)

Em 28/09/10

Feira de Santana,
Setembro/2010

A meu Pai (*in memoriam*),

“De gustibus et coloribus non est disputandum”.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, por estar sempre ao meu lado.

A Deise, por tudo que compartilhamos e vivemos juntos.

A Eliana Mara, pelo companheirismo incansável, pela cumplicidade carinhosa, pelo profissionalismo incorrigível e pelo caráter inabalável.

Aos amigos Edson, Juliana, Inácio, Paulo, Sebastião e Luciana, por fazerem do Mestrado uma fase mais acolhedora e agradável da vida.

Aos amigos Ney, Manga, Fabiano, Valmário, Jackson e Vinícius, por estarem sempre comigo.

Aos amigos e colegas da UFRB: Élson, Fábio, Vando, Roberto, Rodrigo, Jamilda, Paulo Jackson, Gerlan, Héder, Sérgio, Eduardo, Mário, Jôse, Lorena e Karol, pelo apoio e incentivo.

Aos mestres e alunos, pelas constantes lições.

A Deus, pela vida e por não me deixar embrutecer.

“A literatura é [...] um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é um produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo”.

(Cândido, 2006, p. 84)

RESUMO

O coronelismo é um fenômeno social de muita relevância no Brasil, principalmente na região Nordeste, onde se proliferou e se estabeleceu com maior amplitude e influência. Apesar de ser alvo de importantes estudos sociológicos, o tema ainda é pouco estudado no campo ficcional, onde raras vezes foi objeto de estudo, não obstante ter sido relatado na ficção por autores canônicos da literatura nacional, como Jorge Amado e José Lins do Rego. Nesse sentido, o presente trabalho estuda a trilogia do coronelismo do escritor baiano Wilson Lins, composta das obras *Os Cabras do Coronel* (1964), *O Reduto* (1965) e *Remanso da Valentia* (1967), sob a perspectiva do poder em suas múltiplas características e relações, do ponto de vista sociológico, histórico, político e cultural. Para tanto, analisa a concepção sociológica do fenômeno e seus reflexos nas obras estudadas, suas relações entre o discurso ficcional e o histórico, a tensão e negociação entre poderes na trilogia e a abordagem da personagem feminina, relacionando o poder patriarcal comum ao coronelismo à constituição da personagem de ficção. A partir das análises propostas, tem-se um amplo panorama de como o contexto ficcional do coronelismo no sertão na Bahia se identifica com sua perspectiva sociológica nacional e de como a trilogia em estudo apresenta elementos que permitem identificar as várias relações de poder dentro desse contexto.

PALAVRAS-CHAVE: Wilson Lins, coronelismo, ficção, poder.

ABSTRACT

The Colonels is a social phenomenon of great relevance in Brazil, especially in the Northeast, where they flourished and established itself with greater breadth and influence. Despite being the subject of important sociological studies, the subject has been little studied in the fictional field, which has rarely been studied, despite having been reported by authors in fiction canon of national literature, such as Jorge Amado and José Lins do Rego. In that sense, this paper examines the writer's trilogy of colonels Wilson Lins, composed of works *Os Cabras do Coronel* (1964), *O Reduto* (1965) and *Remanso da Valentia* (1967), from the perspective of power in its multiple characteristics and relationships, from the standpoint of sociological, historical, political and cultural. It analyzes the sociological conception of the phenomenon and its consequences in the works studied, the relations between the fictional and historical discourse, the tension and negotiation between authorities in the trilogy and the approach of female character, relating to the common patriarchal power Colonels of the formation of fictional character. From the proposed analysis, there is a broad overview of how the fictional context of the Colonels in the hinterland of Bahia identify with their national sociological perspective and how the trilogy in the study presents evidence for identifying the various Power relationships within that context.

KEY WORDS: Wilson Lins, colonels, fiction, power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – Estrutura do poder	15
1.1. O coronelismo e sua perspectiva sociopolítica.....	16
1.2. Coronelismo e invenção.....	20
1.3. Os domínios dos coronéis.....	23
1.4. À espera do grande chefe.....	28
1.5. Violência e poder.....	33
CAPÍTULO II – Literatura e histórias	40
2.1. Ficção e História.....	41
2.2. O autor e sua inserção na narrativa.....	44
2.3. A marcha contra a Coluna.....	46
2.4. Ecos do sebastianismo.....	51
2.5. Entre a política e as batalhas.....	54
CAPÍTULO III – Tensão e negociação entre poderes	57
3.1. O coronel: representação de poderes.....	58
3.2. Tensão entre poderes.....	63
3.2.1. Os coronéis lutam entre si.....	64
3.2.2. Os coronéis contra a Justiça.....	75
3.3. Negociação entre poderes.....	77
3.3.1. Os coronéis e a política: as trocas de favores.....	78
3.3.2. Os coronéis e a Justiça: pactos e conveniências.....	83
CAPÍTULO IV – Doninha Calango: um retrato feminino no coronelismo	87
4.1. A mulher no cenário do coronelismo.....	88
4.2. Breves considerações sobre narrador.....	89
4.3. Origem e condição de Doninha.....	91
4.4. Doninha: a intensificação da sua imagem negativa.....	98
4.5. O destino de Doninha.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	117

INTRODUÇÃO

O coronelismo é um dos temas nacionais que costumam vir à discussão em ciclos. A cada ano eleitoral, pesquisas, reportagens, estudos apontam para o tema como a raiz da conduta política negativa dos candidatos da atualidade. Sempre associado à tirania, violência e jogatina política, o coronelismo, assim como tantos outros aspectos da história do país, costuma ser invocado para servir de explicação para situações que nem sempre se enquadram na perspectiva conjuntural do fenômeno. Qualquer desvio político ou ato de mando é denominado de atitude coronelista. Na verdade, essas situações revelam o desconhecimento do tema, não obstante a vasta bibliografia sobre ele existente no Brasil.

Apesar de ser contemplado pelos estudos sociológicos e históricos, pouco se falou no Brasil sobre o coronelismo na perspectiva literária, apesar de cânones literários terem abordado a temática. Jorge Amado, José Lins do Rego e Herberto Sales, autores de vasta fortuna crítica, tiveram, em algum momento, coronéis como personagens fundamentais de suas obras. No entanto, o contexto sócio-político-cultural do coronelismo não chegou a ser o norte de suas produções literárias, e portanto, pouco foi analisado em suas narrativas. O mesmo não se pode dizer de Wilson Lins. O autor baiano, embora tenha publicado obras que não tenham relação direta com o tema, encontrou na abordagem do coronel e seu mundo o maior êxito em sua produção ficcional, merecendo elogios de autores como Adonias Filho, Antonio Olinto e Jorge Amado.

De certa forma, adentrar o estudo do coronelismo pela porta da ficção traz uma perspectiva mais ampla acerca do fenômeno social, uma vez que a pesquisa não se deterá apenas nos registros históricos e sociológicos, mas receberá a grande contribuição da análise literária e das múltiplas possibilidades de abordagem do tema que a literatura de ficção pode oferecer. Personagens e fatos que transitam entre ficção e realidade podem apresentar um horizonte bem mais amplo sobre a temática, ampliando o alcance do estudo.

Wilson Mascarenhas Lins de Albuquerque, jornalista, escritor e político, nasceu em 1919, em Pilão Arcado. O filho mais novo do famoso coronel Franklin Lins de Albuquerque enveredou cedo pelo mundo dos livros, tendo publicado sua primeira obra em 1939, aos 19 anos, o romance surrealista *Zaratustra Me Contou*, com a ajuda financeira do pai. Lins ainda publicou outras obras, com destaque para o ensaio *O Médio São Francisco*, em 1951, primeira

obra de considerável repercussão. Seu primeiro livro de ficção a ter como centro da temática o coronelismo foi *Os Cabras do Coronel*, publicado em 1964, e com o qual abriu a trilogia ficcional sobre o coronelismo, completada pelas obras *O Reduto* (1965) e *Remanso da Valentia* (1967), objetos de estudo deste trabalho. Entre outras obras, ainda publicou dois romances, *Responso das Almas* (1970) e *Militão Sem Remorso* (1980) e o livro de memórias *Aprendizagem do Absurdo: uma casa após a outra* em 1997, obra na qual relata, através das lembranças das casas em que morou ao longo da vida, os fatos mais marcantes que viveu, além de dedicar algumas páginas à sua história como escritor.

Wilson Lins foi deputado por várias legislaturas e secretário de Estado, fazendo valer a herança política de seu pai. Tornou-se membro da Academia de Letras da Bahia em 1967 ocupando a cadeira de nº 38, cujo patrono era Alfredo Tomé de Brito. Como jornalista, passou por várias redações, tendo sido diretor do jornal *O Imparcial*, comprado por seu pai, o coronel Franklin, em 1941. Faleceu em 04 de agosto de 2004, merecendo reiteradas homenagens de representantes da vida cultural, literária e política da Bahia, como escritores, políticos e jornalistas, além de um número do saudoso suplemento *A Tarde Cultural* dedicado à sua vida e obra.

O interesse pelo estudo das obras de Wilson Lins surgiu ainda na graduação em Letras, quando, sob orientação docente, foram elaborados e apresentados em congressos os primeiros artigos sobre a obra *Os Cabras do Coronel*. A partir de então, as leituras sobre o coronelismo se intensificaram e surgiu a oportunidade de apresentar um projeto de estudo da obra de Wilson Lins na seleção de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural da UEFS. A aprovação do referido projeto desencadeou uma série de estudos, concomitantes com as aulas do Mestrado, criando condições para mudanças em sua estrutura original. A primeira mudança se deu no *corpus* do estudo: originalmente, o terceiro volume da trilogia, *Remanso da Valentia*, não estava relacionado. Para se manter uma visão global da sequência narrativa e de seus aspectos mais relevantes, a obra citada foi inserida no lugar de *Responso das Almas*, livro que também relata o contexto coronelista, mas não mantém relação direta com as obras da trilogia.

A segunda mudança se verificou na proposta de análise das obras. De início, a ideia era abordar apenas a questão do poder, e mais precisamente a oposição de poderes, entre coronéis e Justiça. A proposta original se mostrou limitada, e por isso se ampliou para uma análise de oposições e negociações de poderes entre coronéis, política e Justiça, além de dedicar espaço, também, para a análise de outros elementos muito relevantes relacionados ao aspecto do poder, como a representação da personagem feminina e as aproximações entre

ficção e história nas obras da trilogia, aspectos diretamente ligados à inserção do autor na narrativa.

Estudar as obras do escritor nascido em Pilão Arcado apresenta uma dificuldade natural: como se trata de um autor pouco conhecido pelo grande público e até no meio acadêmico, raras são as apreciações críticas a respeito da sua obra. O estudo mais aprofundado sobre a obra de Wilson Lins até agora foi feito por Luiz Antonio de Carvalho Valverde, na dissertação de mestrado cujo título é *Percursos narrativos de Wilson Lins: uma trilogia do coronelismo*, referência fundamental para este trabalho. Outro autor que analisou, porém de forma mais breve, a obra de Wilson Lins foi o professor Jorge Araújo em *Floração de Imaginários: o romance baiano no século XX*. Além desses autores, raras análises em artigos acadêmicos constituem o referencial crítico sobre Wilson Lins. Esta dissertação, por conseguinte, amplia o horizonte da crítica sobre o autor baiano, contribuindo também para a divulgação das suas obras para o público acadêmico regional e nacional.

Uma questão fundamental norteia este trabalho: a análise das várias concepções e manifestações de poder verificadas nas obras em estudo. Além da flagrante demonstração de poder percebida na atuação dos coronéis nos seus espaços de controle, é muito importante a maneira como as obras são narradas, observando um narrador que se repete nas três obras, em terceira pessoa e que não se imiscui objetivamente na narrativa, mas a conduz conforme seus interesses e motivações, próprios de alguém que viveu de perto o contexto das obras que narra, na condição de filho de um coronel cujas evidências apontam ser o inspirador do protagonista da trilogia.

A abordagem do poder e suas múltiplas conjunturas é analisada neste trabalho partindo da apresentação sociológica do coronelismo e das obras em análise, passando pela apreciação de como os coronéis se relacionam entre si e com a Justiça e a política. No que se refere ao foco narrativo da trilogia, são feitas análises acerca da inserção do autor na narrativa e como isso se reflete na aproximação entre ficção e história nas obras em análise e também na abordagem da personagem feminina no contexto patriarcal do coronelismo.

No primeiro capítulo, **Estrutura do poder**, são discutidos os aspectos sociológicos do coronelismo, sua estrutura e consolidação no Brasil, visando a sua compreensão como fenômeno social, suas principais características e implicações. Faz-se, ainda, uma abordagem da liderança carismática exercida pelo coronel, um dos pilares da manutenção de seu poder perante seus seguidores e aliados. É analisado também o coronelismo sob a perspectiva da invenção das tradições, lastreada em teóricos como Eric Hobsbawm e Durval Muniz de Albuquerque, direcionando a teoria aos estudos sobre o Nordeste. A partir desses elementos

teóricos, é feita uma análise literária das obras que compõem a trilogia em estudo, buscando apresentá-la em termos gerais, uma vez que se tratam de obras de pouco conhecimento do público acadêmico.

No segundo capítulo, **Literatura e histórias**, a proposta é de analisar a relação entre ficção e história nas narrativas que compõem o objeto de estudo deste trabalho. Por tratar-se de uma temática de cunho sociológico e pelo fato de o autor ter sido filho de um coronel, são várias as conexões entre literatura de ficção e historiografia que são estudadas neste capítulo. Após uma explanação teórica sobre a discussão norteadora, analisando também a inserção do autor na narrativa como elemento motivador do estreitamento de fronteiras entre o discurso ficcional e o historiográfico, são trabalhadas passagens dos textos estudados em que ocorre esse estreitamento. No que se refere à inserção do autor, foi usada também como referência a obra autobiográfica *Aprendizagem do Absurdo: uma casa após a outra*, onde foram analisadas informações emitidas pelo próprio autor sobre a sua produção ficcional.

O terceiro capítulo, **Tensão e negociação entre poderes**, aborda a tensão e a negociação entre poderes na trilogia. O contexto sócio-político do coronelismo pressupõe constantes disputas entre várias instâncias de poder na sociedade: os coronéis, a Justiça e a política. Partindo de algumas considerações a respeito das ideias sobre o poder, é analisada a condição dos coronéis como detentores de poder e a sua influência e atuação no sentido de manter ou conquistar poderes. Nesse capítulo, mostra-se como outros escritores brasileiros trataram da questão do coronelismo em suas obras, ratificando o coronel como representante do poder e em constante busca pela manutenção de sua condição. Ainda se procede, com base na análise literária da trilogia, à verificação da tensão entre coronéis e seus pares e entre coronéis e Justiça, como também da negociação entre coronéis e poder político e entre coronéis e Justiça.

No quarto e último capítulo deste trabalho, **Doninha Calango: um retrato feminino no coronelismo**, é feita uma análise sobre como é construída na trilogia a personagem Doninha Calango, uma prostituta que está presente nas três obras estudadas, contrastando com o contexto de poder patriarcal característico da truculência do coronelismo. A análise se baseia na postura conservadora do narrador frente à personagem, construindo uma imagem negativa e trágica a seu respeito ao longo das narrativas em estudo. Busca-se mostrar como o narrador se insere na narrativa, configurando a presença de um autor-implícito, disposto a engendrar uma estrutura de depreciação da personagem, deixando, porém, indícios de que, apesar de tudo o que é atribuído de ruim a Doninha Calango, não se conseguem esconder suas virtudes e também não é possível escamotear as intenções e manipulações do narrador.

O estudo da trilogia de Wilson Lins revela muitos espaços de poder que se projetam para a realidade, tendo em vista os indícios de aproximação entre a produção ficcional do autor e o registro histórico da sociedade ali retratada. A análise literária aqui consubstanciada não esgota sua relevância no campo da ficção, uma vez que apresenta ao público acadêmico uma releitura dessas obras, propondo outros vieses de análise em relação ao que já foi feito neste programa de Mestrado. Dessa maneira, este trabalho amplia a fortuna crítica acerca da produção literária do autor, bem como proporciona a reflexão acerca da estrutura do fenômeno social do coronelismo no Brasil, bem como suas consequências e implicações para a sociedade.

CAPÍTULO I

ESTRUTURA DO PODER

1.1. O coronelismo e sua perspectiva sociopolítica

Os Cabras do Coronel, O Reduto e Remanso da Valentia são livros que compõem a trilogia do coronelismo do autor baiano Wilson Lins. A sua narrativa apresenta um panorama do coronelismo no sertão da Bahia nas primeiras décadas do século XX, acompanhando a história do coronel Franco Leal, de Pilão Arcado, na luta contra adversários, como o também coronel Torquato Thebas, de Remanso. As obras ficcionais encontram forte lastro em fatos constantes dos registros historiográficos e ajudam a constituir uma relevante visão do fenômeno do coronelismo na região nordeste do Brasil.

Na primeira metade do século XX, no Nordeste do país, os coronéis foram importantes líderes políticos das regiões sob sua influência. Mas, conforme os registros historiográficos e ficcionais, esse poder não se limitava ao âmbito eleitoral: esses comandantes se revestiam de uma autoridade que muitas vezes ia além dos ditames legais, percorria todos os setores da sociedade e se impregnava até mesmo de uma aura quase divina na crença de seus fiéis seguidores. Toda essa ideologia chega até os dias de hoje atenuada, através de um discurso contínuo, que constitui a imagem do coronel marcada pela violência e pelo clientelismo político, e que pode ser identificada nas obras em análise.

A figura do coronel, tão marcante no interior do nordeste, e no imaginário da política brasileira, principalmente no século XX, deve em grande parte o seu poderio ao distanciamento das políticas públicas das regiões em que se encontrava. Como mostra Walfrido Moraes (1963, p. 37):

os governos, que encarnam as instituições, que as dirigem, as orientam e falam por elas – os governos, cujas presenças, nos sertões, só se fazem sentir, até então, através do fisco e da polícia ou de uma ordem jurídica vacilante, ajustada, quase sempre, às contingências do meio passam agora a se arrimarem no prestígio eleitoral desses senhores rurais, fomentando-lhes, não raro [...] os ódios entre si.

Essa tese é confirmada por Vítor Nunes Leal (1997, p. 275), ao afirmar:

Conquanto suas conseqüências se projetem sobre toda a vida política do país, o “coronelismo” atua no reduzido cenário do governo local. Seu habitat são os municípios rurais, ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. Conseqüentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno.

Faz-se necessário compreender o Coronelismo como um aspecto da vida social e política do país, para que se tenha noção de como seus mecanismos de atuação se mostram na obra literária, como nela são representados, muitas vezes no espaço em comum entre literatura e história. Nesse sentido, Pang (1979, p. 20) traça uma definição do coronelismo:

[...]é um exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu status, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas, tais como as que prevaleceram durante o período de transição de uma nação rural e agrária para uma nação industrial.

Para o autor, os pilares sociais, econômicos e políticos, legitimam o poder monopolizante do chefe local em suas áreas de influência. Complementando essas análises, Faoro (1997, p. 621-622) especifica outros aspectos do poder do coronel:

O fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mas liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império. O coronel recebe seu nome da Guarda nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrado prosperou o “coronel tradicional”, também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição. [...] Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. Ele recebe – recebe ou conquista – uma fluida delegação, de origem central no Império, de fonte estadual na República, graças à qual sua autoridade ficará sobranceira ao vizinho, guloso de suas dragonas simbólicas, e das armas mais poderosas que o governador lhe confia.

O que se pode perceber na obra de Wilson Lins é que tal estrutura de poder encontra registro em todos os enredos estudados, nas várias referências ao poderio dos coronéis e sua estreita ligação política com deputados, senadores e governador, e como suas demandas são encaminhadas frequentemente aos representantes políticos à guisa de pactos de reciprocidade de favores, políticos ou não. E, ainda, quanto ao caráter político do coronelismo, Carvalho (1997, p. 2) afirma:

[...] o coronelismo é [...] um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado.

Nos textos ficcionais estudados, as referências às interligações entre chefes locais e políticos da capital são constantes, indicando que as lutas travadas no sertão interessavam diretamente aos distantes representantes populares, e eram acompanhadas e estimuladas também por eles, inclusive através de pressão exercida sobre policiais e membros do Poder Judiciário para que agissem ou deixassem de agir em favor dos interesses de seus aliados sertanejos. As constantes batalhas entre o Coronel de Pilão Arcado, o protagonista, e seus adversários, principalmente o coronel Torquato Thebas de Remanso, sofrem a constante influência dos políticos, sempre agindo no sentido de auxiliar os seus aliados e salvaguardar seus interesses mútuos.

A figura do coronel, chefe poderoso de regiões do nordeste arcaico, encontra registro em obras ficcionais de outros autores, tais como o coronel Horácio Silveira, em *Terras do Sem-Fim*, de Jorge Amado:

Seus jagunços diziam que ele era um macho de verdade e que valia a pena trabalhar para um homem assim. Nunca deixava que jagunço seu parasse na cadeia e certa vez saíra especialmente da fazenda para libertar um que estava na prisão de Ferradas Depois de tirá-lo de entre as grades, rasgara o processo na cara do escrivão. (Amado, 2006, p. 54)

José Lins do Rego, em sua obra-prima *Fogo Morto*, também aborda a presença dos coronéis como líderes regionais na região dos engenhos de cana-de-açúcar, amparados em seu poder econômico e político:

Dois dias depois apareceu no Santa Fé o Coronel José Paulino. Viera ali para trocar ideias com o vizinho sobre política. Tinha tido a lembrança de fazer do Coronel Lula o presidente da Câmara do Pilar. [...] Com pouco mais ia-se o Coronel José Paulino, e Seu Lula, só com a noite que se aproximava, sentiu-se um pouco superior a tudo que o cercava. Viera ali o homem mais rico da várzea pedir-lhe para ajudá-lo na sua política e ele negou-lhe auxílio. [...] Todos estavam muito enganados com ele. Ninguém estaria acima de seu nome, de homem de gente da melhor de Pernambuco. (Rego, 1983, p. 174)

Porém, as obras que compõem a trilogia de Wilson Lins, além de relatarem na ficção o contexto do coronelismo em sua perspectiva sócio-política, apresentam ainda aspectos da vida privada do coronel como centro do poder. Sua casa, sua família, relação com esposa, filhos, parentes e amigos, seus costumes e atitudes mais reservados. Lins, dessa maneira, trata de um aspecto pouco explorado pelos demais escritores que tratam do tema, acrescentando mais um dado relevante para a constituição do perfil dos coronéis na sociedade brasileira.

O coronel, líder político e econômico, latifundiário, impõe-se sobre seus correligionários através de uma estrutura ampla de poder sustentada pela violência, pelo poderio bélico. A imagem do coronel se fortalecia proporcionalmente à quantidade de homens que comandava em verdadeiros exércitos pelo sertão nordestino. Esse grande poder de fogo conferia aos chefes locais um grande respaldo nas lutas entre si e contra os ditames da Lei, em busca de ratificar seu controle e aumentar sua riqueza. Para Souza (1998, p. 24), “Não se pode desvincular o coronelismo da posse da terra, do mesmo modo que não pode enxergar o coronel [...] sem os jagunços, sem as relações de produção que se denominam largamente de semi-feudais, sem o prestígio e o mando político[...]”.

A obediência ao coronel, nas obras analisadas, é sustentada por sentimentos contraditórios, mas que constantemente se alternam entre si, num misto de temor e admiração, ao mesmo tempo devoção e medo do grande chefe, representante das classes mais favorecidas, num contraste flagrante com a pobreza do povo sertanejo.

Aí surge outro aspecto de grande relevância na análise do fenômeno coronelista: a liderança carismática do coronel. O autor André Heráclio do Rêgo, tomando por base os estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz, destaca a importância desse aspecto, normalmente deixado de lado por vários autores que estudam o tema no Brasil. Rêgo (2008), citando Max Weber, destaca a dominação carismática, baseada na submissão “ao caráter sagrado, à virtude heróica ou ao valor exemplar de uma pessoa” (p. 68). Assim, ainda segundo o autor brasileiro, “Muitos eram os que podiam portar a patente de coronel – bastava ganhá-la ou adquiri-la. Mas o verdadeiro coronel era aquele que, possuindo ou não o título, assim era considerado por suas gentes, por seus aliados e mesmo por seus adversários e inimigos” (Rego, 2008, p. 68).

O carisma¹, ao lado dos aspectos social, político e econômico, ajuda a constituir a concepção de coronelismo vivenciada no Brasil, principalmente na primeira metade do século XX. Não bastava, de fato, ao chefe local, a posse de terras ou o bom relacionamento com os políticos das capitais. Mais que isso, os coronéis que mais se destacaram e que maior poder tiveram foram aqueles que conseguiram reunir todos esses ingredientes associados ao poder carismático, que lhes garantia a fidelidade de seus seguidores e aliados, além da devoção de

¹ Para Florisvaldo Mattos, a liderança carismática torna-se mais forte em situações em que o sistema institucional não consegue ser eficiente na solução das questões do cotidiano, como nas crises, guerras ou revoluções. “É justamente em ocasiões dessa natureza que surge a figura do ‘salvador’, o líder que indicará o caminho, ocupando o lugar dos titulares da rotina, geralmente possuído de uma força e de uma personalidade capaz de inspirar confiança no restante das pessoas, magnetizando-as totalmente como portador de qualidades acima dos poderes humanos”. (Mattos, 1997, p. 205)

um povo sofrido e que não podia efetivamente contar com a dedicação dos governantes das capitais. Assim, Rêgo (2008) atribui a liderança dos coronéis a um “conjunto de condições de natureza distinta”, que compreende o poderio econômico e as qualidades pessoais e até espirituais que lhe permitem exercer sua liderança. Para ele, “Essas duas condições, às quais se alia, na maior parte dos casos, a pertença a uma organização familiar poderosa e prestigiosa, permitem aos coronéis estabelecer laços políticos e partidários indispensáveis ao seu domínio” (p. 69-70).

1.2. Coronelismo e invenção

Para além da análise sociopolítica do fenômeno do coronelismo, alguns autores sustentam a ideia da concepção do coronelismo como uma invenção, desnaturalizando a imagem do coronel, sendo essa invenção uma espécie de estabelecimento de uma visão de um fato ou fenômeno como verdadeiro, mas que na verdade se opera como tal apenas na constituição de um discurso atribuído a ele, por motivos de ordem cultural, social ou política.

O fundamento teórico dessa vertente de análise que se aplica ao coronelismo tem sua origem na abordagem feita pelos autores Eric Hobsbawm e Terence Ranger na obra *A invenção das tradições*. Na referida obra, a tradição inventada é definida como

um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (Hobsbawm e Ranger, 1984, p. 9)

No Brasil, os conceitos acerca da ideia de invenção foram retomados por Durval Muniz de Albuquerque Júnior, na obra *A invenção do Nordeste e outras artes*, onde se discutem valores, estereótipos, mitos comumente atribuídos ao Nordeste e aos nordestinos. Esse livro, segundo o autor, propõe uma análise inovadora sobre essa região do Brasil:

Buscaremos estudar a formação histórica de um preconceito, e isto não significa previamente nenhum sentido pejorativo. O que queremos estudar é como se formulou um arquivo de imagens e enunciados, um estoque de “verdades”, uma visibilidade e uma dizibilidade do Nordeste, que direcionam comportamentos e atitudes em relação ao nordestino e dirigem, inclusive, o olhar e a fala da mídia. [...] Trata-se de pensar como a região se tornou uma problemática, que práticas discursivas e não-discursivas fizeram

esta questão emergir e a constituíram como objeto para o pensamento. (Albuquerque Júnior, 1999, p. 22)

Assim, a visão que se tem do coronel como típico do nordeste no plano político aponta não raro para a sua truculência, para a forma de impor seus desejos e mandos de ordem política e econômica sobre aqueles que vivem em suas áreas de influência. A reprodução e repetição regular de conceitos e enunciados acerca do coronel, associando-o à violência e a um retrato de miséria e submissão característico das regiões mais pobres do país, configura uma ideia de “invenção”. Nesse sentido, afirma Albuquerque Júnior (1999):

Tomado como um resto do passado que teima em viver e uma figura que parece estar imune às transformações históricas, o coronel é sempre o coronel, a figura truculenta e discricionária, que muitas vezes não possui a menor humanidade, nem interioridade. Tipo esquemático e sem diferença, está sempre acompanhado da figura do jagunço, tendo o cangaceiro como o seu grande inimigo, ao lado dos coronéis rivais. (p. 200-201)

A imagem de povo marcado (e movido) pela violência é comumente atribuída ao nordestino, como se a secura do árido sertão produzisse neles a inclinação para as atitudes violentas. Ao se referir ao banditismo ou cangaço, Albuquerque Júnior (1999, p. 61) comenta sobre a seca e a falta de investimento dos governos na região Nordeste tendo como consequência uma conotação pejorativa que marca o nordestino com o estigma da violência e da selvageria.

Do ponto de vista da ideia de invenção, as narrativas estudadas ajudam a pensar o coronel como uma figura contraditória, transitando entre sentimentos opostos (zelo por seus aliados, ódio a seus adversários), entre atitudes extremas (negociações por paz, provocação à guerra), o que reforça o imaginário sobre o coronel nordestino, apontando sua bondade e maldade como ícones de chefes que deveriam ser temidos por sua força, mas amados por seus feitos e por suas atitudes de proteção e altruísmo perante seus amigos e comandados. Essa flagrante contradição sobre a personalidade dos coronéis é apontada por Albuquerque Júnior (1999, p. 202):

São homens para quem mulheres e filhas não passavam de empregadas, que tinham o poder sobre a alma e sobre o corpo de seus agregados, podendo surrá-los, mutilá-los ou matá-los quando bem queriam, determinando a vida de todos à sua volta. São obras que, às vezes, como as de Jorge Amado, mal disfarçam sua admiração por essas figuras masculinas poderosas, de identidades difíceis de definir. Figuras entre o doce, o sentimental e o terrível. [...] Os coronéis são figuras de quem vinha proteção ou agressão, que impregnam o imaginário político da região até hoje.

Essa imagem de poder quase absoluto, portanto, ajudou a constituir a marca do coronel como líder da região, rico, poderoso, filho das famílias mais ricas e há gerações detentoras de terras e poderes políticos no Nordeste. A idéia de que a região é dominada por um esquema político obsoleto e centralizador reforça sua dependência da parte sul do país, tida como desenvolvida. Alimentar essa imagem do coronel ajuda a justificar o atraso com que se representava o Nordeste, principalmente o sertão, distante das sedes de governo e das mais importantes decisões políticas da região.

Ao coronel sempre se atribuiu a atitude de dominação. Desde a comprovação do seu poder bélico ao medo que despertava em seus seguidores, o coronel representa essa atitude de dominação quase absoluta, sustentada, é claro, por sua influência política e demonstração de força bruta. Para Vasconcellos (1995, p. 82):

A história brasileira construiu o coronel como uma instituição de dominação, o que foi aceito pela imensa maioria dos dominados, em função de um conjunto de fatores, em partes reais: interesses econômicos, proteção, violência; e em parte imaginários: dilatação do imaginário da família das relações de clientela. Os fatores reais e imaginários, e sua articulação, foram construídos durante séculos.

Outro aspecto, no âmbito da ideia de invenção, que ajuda a sustentar o imaginário do coronel como representação típica do Nordeste é o seu caráter clientelista. O coronel atua nesse sentido como o benfeitor do povo, substituindo os políticos das capitais na prestação de serviços às populações sertanejas. Auxilia os mais carentes em troca da submissão, do compromisso de apoio político e estratégico, quando das lutas contra cangaceiros ou adversários. Essa vertente de sua atuação reforça o seu caráter “bondoso”, em oposição ao chefe temível que a todos impõe respeito e também admiração.

As narrativas de Wilson Lins reforçam as várias formas de redução estereotipadas sobre o Nordeste no que se refere à figura do coronel. No entanto, além do aspecto da violência e do clientelismo, a gama de sentimentos que a figura do coronel produz sobre o imaginário coletivo nacional é prova irrefutável de sua importância para o cenário sócio-político brasileiro. Sua atuação no Nordeste, fortalecida pelo afastamento dos governantes, incentivou no discurso sobre a região onde foi estabelecida em primeiro lugar a sede administrativa do país, uma visão determinista e limitada, mas amplamente difundida e aceita inclusive nas academias e do Brasil e de todo o mundo, reforçando a ideia da “invenção”.

Esse discurso, que sempre associou ao Nordeste a idéia de atraso e dependência, encontrou no sistema coronelista um argumento forte para a defesa desses parâmetros. Como

representante icônico da política nordestina, o coronel ainda hoje é preferencialmente associado à estrutura política da região Nordeste do Brasil, como símbolo de atraso e inexistência de evolução. Vasconcellos (1995, p. 98) complementa:

O passado colonial, a estrutura da propriedade, a escravidão, o transplante do Estado português, a ausência de verdadeiras rupturas, são, por exemplo, alguns traços que fazem parte de uma herança social. A sociedade brasileira é formada por um extenso conjunto de elementos, dos quais citamos apenas alguns, que interagem entre si, originando um imaginário que condiciona a vida social. No imaginário brasileiro a presença do coronelismo empenhou os novos personagens, permitindo uma modernização sempre parcial. Um presente preso ao passado e uma enorme incapacidade de provocar rupturas.

Se, como afirma Albuquerque Júnior (1999, p. 49), o discurso regionalista não mascara a verdade da região Nordeste, mas a institui, através da abordagem do coronelismo nas obras em estudo tem-se um breve panorama desse discurso que se incumbe de constituir uma imagem do nordeste por um nordestino, mas sob a perspectiva da invenção. Apesar de serem obras não pertencentes ao grupo regionalista do Romance Modernista de 30, ou de não terem sido escritas por alguém de fora do Nordeste, revelam, em várias passagens de seus enredos e no discurso que compõe as narrativas, uma identificação, através da abordagem do fenômeno do coronelismo, com as determinações que constituem a tese de “Invenção do Nordeste” proposta por Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

1.3. Os domínios dos coronéis

*Os Cabras do Coronel*², publicado em 1964, é o primeiro livro de uma trilogia composta ainda de *O Reduto* (1965) e *Remanso da Valentia* (1967), escritos pelo baiano Wilson Lins, jornalista, político e escritor, filho de um dos coronéis mais famosos do interior do Nordeste: Franklin Lins de Albuquerque. A saga se inicia com a deserção e fuga de Domingos Amarra Couro, um dos homens de confiança do Coronel de Pilão Arcado. Ao fugir, o jagunço³ tinha como objetivo principal se juntar aos Moreiras do Parnaguá, grupo inimigo do seu agora antigo chefe. Mas, na verdade, o maior intuito de Domingos era mesmo

² Este livro passa, a partir de agora, a ser indicado pelas iniciais C.C.

³ “O cabra ou jagunço é um apaniguado do coronel. É quem constitui fundamentalmente o seu exército particular. Depende dele, vive em suas terras, reside em suas casas, trabalha em suas propriedades, defende-o nas horas de combate e fora delas também. Recebe total cobertura coronelística no tocante a perseguições judiciárias ou policiais. Repousa na tranqüilidade do poder do coronel, poder do qual é sustentáculo” (Souza, 1998, p. 26).

sair da vida de jagunço, cansado que estava daquela “vida de sobressaltos e aventuras” (C.C., p. 15), fugir com Doninha Calango para Pirapora e depois para São Paulo, principal destino dos retirantes nordestinos que buscavam, de alguma forma, mudar de vida:

Amarra Couro trai o chefe, não só por dinheiro, mas, também, por não mais suportar aquele sistema coronelista de mandos e lutas. Ele tenciona seguir um destino individual, viver com seu amor na cidade de São Paulo. [...] A ação do romance, deflagrada por sua traição e fuga, vai girar em torno da sua perseguição, entremeada por batalhas importantes entre os Cabras, amigos e adoradores do Coronel, e os inimigos deste, com grandes dividendos em heroísmo, pelas sucessivas vitórias creditadas à perspicácia e poderes daquele chefe. (Valverde, 2002, p. 11-12)

A história de *Os Cabras do Coronel* corta o sertão. Vai de Remanso, Pilão Arcado e Sento-Sé na Bahia a Parnaíba no Piauí, levantando a poeira de uma terra seca e quase inóspita, rica em mandacarus e homens valentes. Na obra, a geografia do sertão realça a rudeza dos jagunços e a vida difícil dos sertanejos, levados pela fome a viver migrando de um lado para outro, até a migração final para São Paulo. O contraste da paisagem se dá na imagem de alento do Velho Chico. O São Francisco é representado como o mel, a alfaia redentora dos descrentes, a certeza e a fé dos mais otimistas, trazendo acima de tudo esperança para um povo sofrido e marcado pela fome e pela violência. Nesse sentido, Freitas (2005, p. 15) afirma:

A sociedade regional aprendeu a viver e não podia entender a vida senão pelos sinais que o São Francisco transmitia. Mesmo nas condições mais difíceis, o rio mantinha a sua condição de referencial, secundado pelo papel complementar da caatinga, área reservada para a pecuária, o extrativismo e, quando possível, a lavoura.

A obra, apesar de se iniciar com a saga quase quixotesca do jagunço Domingos Amarra Couro, centra-se na figura do coronel. Os cabras protagonizam os principais combates do romance, mas é na figura do Coronel que o enredo está concentrado, sua presença e ausência são sempre marcantes, suas vontades, desejos e imposições são determinantes sobre tudo e todos, até mesmo sobre seus inimigos, também coronéis. Some-se a isso a presença de um narrador onisciente que se derrama em elogios e exaltações à figura do grande chefe, reforçando o discurso do coronel como centro irradiador de poder. E esse é um ponto fundamental: a obra inaugural da trilogia está fincada na lógica do poder: dos Coronéis, dos jagunços, dos representantes da lei, dos políticos e até mesmo das prostitutas, ao

estabelecerem conflitos que representarão embates pela manutenção ou ampliação desse poder.

O Coronel de Pilão Arcado, protagonista da obra, é a personificação do poder instituído em paralelo ao poder de Estado. Observe-se a própria denominação que a obra lhe confere: o Coronel, com letra maiúscula, sem um nome definido – em oposição aos inimigos, simples coronéis com letra minúscula, com “nomes humanos”⁴ –, mostrando um caráter que vai além do humano, constituindo-se uma instituição, atribuindo-lhe um poder além do poder, o ser que tudo sabe, que mostra inteligência e sabedoria nas mais diversas situações. É o estrategista que, apesar de não participar fisicamente dos embates, mostra interferência direta e eficiente no seu desenrolar. É o ser contra o qual não se levantam dúvidas sobre sua honradez e bondade, amado pelos seus seguidores, mas principalmente temido, tanto por estes quanto por seus inimigos. Só a partir do segundo romance da trilogia, *O Reduto*, atribui-se um nome ao Coronel: Franco, intencionalmente muito próximo e etimologicamente idêntico a Franklyn, nome do pai do escritor.

Muitos personagens percorrem as linhas da obra: Domingos Amarra Couro, o jagunço de confiança do chefe de Pilão Arcado, mas que resolve traí-lo pelo amor de sua amásia Doninha Calango, ex-prostituta, mulher de vários homens, mas que se declara apaixonada pelo jagunço. Domingos Amarra Couro encarna o típico herói moderno, pois ao fraquejar, quebra seu pacto com o coronel, num momento em que a mediação do amor supera a conjuntural mediação do favor. Roberto Schwarz (1992, p. 17) explica que

O favor é [...] o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. [...] E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. *O favor é a nossa mediação quase universal* – e sendo mais simpático do que o nexa escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção.

O cabo-de-turma, jagunço de confiança do coronel coloca o amor à frente de sua fidelidade ao chefe, mesmo se envolvendo com uma mulher definida pelo narrador como “rapariga”, o que poderia não lhe garantir estabilidade em sua relação amorosa. Doninha é descrita como uma prostituta que seguiu o estigma da família, uma vez que mãe e irmãs

⁴ “Nomes humanos” ou nomes próprios de pessoas (Torquato Thebas, João Duque, Moreiras), representativos de famílias tradicionais, em oposição às denominações atribuídas a vários personagens da obra, de classe social inferior (Doninha Calango, Domingos Amarra Couro, João de Longe, Facundo Boi etc), que têm como sobrenome características, atribuições, referências a animais, local de origem, entre outros.

igualmente se prostituíam, além de ter vivido o trauma de ter sido obrigada a iniciar sua vida sexual com o padrasto, sem o conhecimento da mãe e sob o mesmo teto que ela. A história de Doninha, porém não é incomum. Tantas outras mulheres foram “empurradas” para o meretrício em busca da sobrevivência, em meio à pobreza e à falta de oportunidades num ambiente excludente como o do sertão, além de que também muitas tiveram sua “iniciação” nos mesmos moldes da personagem, configurando uma característica da sociedade brasileira, na qual a estrutura patriarcal atribuiu ao homem o domínio sobre o corpo da mulher.

Outros cabras são importantes no transcorrer da narrativa: João de Longe, o jagunço de quem Domingos havia roubado Doninha, e por isso tinha grande motivação para se vingar do jagunço fugitivo; Jerônimo Afro e Manoel Jeremoabo, cabos-de-turma de maior confiança do Coronel. Pedro Gamela, redeiro do rio São Francisco, se aproxima de Doninha Calango com a fuga de Domingos, e com ela passa a viver. José Leopoldino, o dono do armazém da cidade de Pilão Arcado, por ódio ao Coronel, tramara com os Moreiras do Parnaguá a traição de Domingos Amarra Couro, vivendo com tensão de ser descoberto. E é justamente esse motivo que o faz querer se livrar de Né Fonseca, “velho falastrão, novidadeiro mor da vila”, que “sabia de tudo que acontecia no lugar” (C.C., p. 25)⁵. Né Fonseca havia visto Domingos na casa de Leopoldino e ameaçava contar ao Coronel, a menos que o dono do armazém lhe pagasse os juros de um empréstimo. A chantagem não deixou Leopoldino feliz. O comerciante resolveu dar fim a chantagem e tirou a vida do chantagista à traição, a facadas, sem que ninguém da Vila presenciasse. Sua impunidade não demorou muito, e sendo descoberto e preso, resolveu, na cadeia, dar cabo de sua própria vida, enforcando-se.

Do lado contrário ao Coronel de Pilão Arcado, estavam outros coronéis. Destaque para seu adversário mais próximo, o coronel Torquato Thebas, de Remanso, que contava com o apoio de políticos locais, como Ciro Alves, seu “braço direito” e Germano Antunes, e planejava expulsar de sua cidade os correligionários e amigos do mandatário da cidade vizinha. Mais distantes, os Moreiras do Parnaguá, no Piauí, rivalizavam com o Coronel nas fronteiras entre estados e entre seus próprios territórios. Para o lado deles é que Domingos Amarra Couro resolvera se bandear.

Outros personagens também participam de forma destacada na obra: o Juiz de Direito Burilo Benjamim, da cidade de Remanso, opositor de Thebas no cumprimento das leis; Macário Gomes, outro cabeça-de-turma do Coronel, mas que ficava no Morro da Cabeça no

⁵ Por opção metodológica, as citações das obras de Wilson Lins que constituem o corpus desta pesquisa tiveram sua ortografia atualizada para o padrão vigente nos dias atuais, preservando, porém, as variações de vocabulário próprias do contexto sociocultural das obras.

Tempo, numa espécie de posto avançado; João Cardeal, raizeiro do sertão, amigo de Domingos Amarra Couro, dá-lhe guarida, mas entra na caça ao jagunço por lealdade ao Coronel; Facundo Boi, barqueiro do São Francisco, leal também ao Coronel de Pilão Arcado e pomo da discórdia que desencadeia a querela entre Thebas e o juiz Berilo Benjamim; Pedro Velho⁶, o “afilhado da Morte”, com quem diz conversar e prever as desgraças de Pilão Arcado e região; “Padre” Moysés, o ex-padre que mistura sincretismo religioso e folclore na sua permanência na obra, como afirma Jorge Araújo (2008, p. 129): “Sincera e bela personagem, atuante na narrativa, é o padre Moisés, sacerdote fugido das cidades, misto de curandeiro, médico, veterinário, vivendo nas brenhas curar males do corpo e do espírito dos pecadores”.

A principal disputa pelo poder em *Os Cabras do Coronel* se dá entre o Coronel de Pilão Arcado e o coronel Torquato Thebas de Remanso. Este estabelece ainda um conflito com o juiz de Direito da cidade de Remanso, Doutor Berilo Benjamin, que se inicia quando diante da tomada de alguns lugarejos pertencentes a Remanso pelos cabras do Coronel de Pilão Arcado, Thebas resolve cercar as casas e ameaçar os correligionários de seu inimigo que moravam na cidade, sendo impedido de fuzilá-los apenas pela interferência do Juiz.

A interferência do Dr. Berilo Benjamin custou-lhe sua transferência, porém, mesmo com a chegada de outro juiz submisso aos interesses de Thebas, a atenção do Coronel de Pilão Arcado mudou de foco, pois foi convocado por seus correligionários políticos e pelo governo federal a engajar suas tropas na luta contra os revoltosos da Coluna Prestes. A participação de seus jagunços no embate contra os comandados de Luís Carlos Prestes, no entanto, não foi incondicional. Em troca, conseguiu do governo que Thebas e seus comandados não participassem da luta, desprestigiando seu principal inimigo. Além disso, obteve a garantia de proteção aos seus correligionários em Remanso, além de estreitar seus laços com o governo federal, algo muito positivo, em se considerando que não gozava de prestígio político junto ao governo estadual.

O papel que o seu rival de Pilão Arcado passou a desempenhar no combate aos revoltosos deixou Torquato Thebas cheio de cólera e despeito, vendo seus planos irem por terra, uma vez que o Coronel, além de exigir que ele não participasse da luta, solicitou e conseguiu que fossem dadas garantias aos seus amigos em Remanso. (C.C., p. 166)

⁶ Presente nos três romances, ele tem o papel, na qualidade de vidente, de antecipar acontecimentos, criando focos de expectativa e mistério, que ajudam a conduzir a trama. Por seu trânsito no mundo das sombras, na qualidade de afilhado da morte, adquire um caráter filosófico, que lhe permite um distanciamento, de certa forma crítico em relação ao homem sertanejo, ao prever desgraças, fruto da luxúria ou da ambição. (Valverde, 2002, p. 79)

O livro *Os Cabras do Coronel* consegue apresentar a atuação dos coronéis no sertão nordestino, apesar de deixar transparecer uma visão idealizada a respeito do seu protagonista, o Coronel de Pilão Arcado, provável referência ao pai do autor do livro. A obra se encerra com a volta do jagunço fugitivo Domingos Amarra Couro à Vila de Pilão Arcado, à frente de um bando de cangaceiros do qual se tornara líder. O antigo cabo-de-turma retornara para buscar Doninha Calango e matar o homem com quem ela havia se amasiado. Mas ele não consegue rever sua Doninha. Em luta com os cabras do coronel, se refugia na torre da Igreja, e após vários dias sem água nem comida, relutando em se entregar, seus próprios comparsas resolvem assassiná-lo e se renderem com vida. A odisséia de Domingos tem um fim triste, mas comum no universo dos coronéis: a morte.

1.4. À espera do grande chefe

*O Reduto*⁷ continua a saga do Coronel acrescentando novos e consideráveis matizes à trama iniciada por *Os Cabras do Coronel*. Primeiro, pelo fato de o chefe ter na segunda obra da trilogia um nome, coisa que não teve no 1º livro: coronel Franco Leal. É notável a proximidade entre o nome ficcional e o nome real do pai do escritor – Franklin, além de um sobrenome que ratificará mais uma das inúmeras qualidades do grande chefe de Pilão Arcado: a lealdade.

Segundo, em *O Reduto*, a maior obra da trilogia, reserva-se ao leitor não um universo constante de pequenas batalhas travadas sob o sol sertanejo, aliás, o que era de se esperar, tendo em vista o ritmo da obra anterior. Com o coronel Franco distante da beira do São Francisco, combatendo os revoltosos da Coluna Prestes a pedido do governo federal, os acontecimentos da trama se dão de forma mais tranquila, sem grandes batalhas, emboscadas ou tiroteios. O que se vê é um relato mais mítico, debruçado sobre a cultura e os mistérios do universo à margem do rio São Francisco: “O imaginário popular se acende e intensificam-se outros imaginários” (Araújo, 2008, p. 130).

A ausência física do coronel Franco só reforça a sua importância e poder sobre as populações ribeirinhas do São Francisco. Logo no início da narrativa, relata-se um boato acerca da sua morte em combate, o que teria causado um enorme transtorno na Vila de Pilão

⁷ Este livro passa, a partir de agora, a ser indicado pelas iniciais O. R.

Arcado. Se a notícia se confirmasse, causaria uma “desesperada loucura coletiva, cujas consequências seriam imprevisíveis” (O. R., p. 10). O seu poder irradia-se de Pilão Arcado, mas alcança eco em Remanso, Sento-Sé, Barra, até a dimensão nacional, com a sua participação no batalhão patriótico que lutou contra Prestes e seus companheiros, obrigando o “Cavaleiro da Esperança” e seu batalhão a se alojarem na Bolívia, após arrebanhar insucessos nas lutas contra os exércitos do sertão. O chefe de Pilão Arcado via, portanto, sua fama ser levada aos quatro cantos do país, transpondo as barreiras do sertão baiano, enquanto no seu torrão natal, o mito só crescia à medida que acumulava vitórias em terras distantes, inculcando no povo de Pilão Arcado e região a lendária invencibilidade do seu coronel.

Para Valverde (2002, p. 8):

A distensão do fluxo dos acontecimentos, em *O Reduto*, parece influir na maneira mais cuidadosa e detalhada com que o narrador trabalha o próprio texto. A ausência física do Coronel vai ser marcada pela presença ostensiva da sua autoridade nas decisões daqueles que o representam. Novos acontecimentos vão fermentando, numa crescente tensão, preparando o clímax, que só vai se dar no cerco à cidade de Remanso, na obra *Remanso da Valentia*, a terceira e última parte da trilogia.

E na ausência do grande chefe, é a sua esposa, Dona Bonina, quem assume o posto de comando. Figura pouco destacada na primeira obra, ela assume papel fundamental na administração da Vila em *O Reduto*. Na verdade, ela administra não só a Vila, mas também um complexo conjunto de situações comuns ao cotidiano coronelista: disputa por terras, problemas com jagunços, questões políticas, entre outros. Mas Dona Bonina saía-se muito bem, impondo-se a todas as situações com que tinha de lidar diariamente. Nessa obra aparecem pela primeira vez com mais destaque as filhas de Franco e Bonina, Editina e Olindina, ambas já casadas.

Com as corriqueiras lutas do sertão em segundo plano, a narrativa dá espaço ao contexto mítico das margens do São Francisco. O primeiro caso em destaque é o de Maria Aniceta, sobrinha do major Manoel Antunes, tio de Torquato Thebas, grande inimigo de Franco. O assassinato de Aniceta a mando de Thebas, para que não se tornasse herdeira universal do velho major, é narrado destacando a covardia que o adversário de Franco, cometera, pois a vítima foi morta “estando a colher rosas no jardim da casa do tio, em companhia de dois sobrinhos pequenos, Pombinho, de sete anos, e Amanda, de pouco mais de doze” (O. R., p. 18). No seu enterro, destaca-se uma estranha procissão de pássaros que acompanhou o cortejo fúnebre desde a fazenda Porto de Pedra, onde fora morta, até o cemitério da Vila, onde foi sepultada.

Eram milhares e milhares de pássaros de todas as espécies, sobrevoando a embarcação em que iam os despojos daquela que, sendo virgem e tendo morrido quando colhia flores no jardim, merecera ser conduzida para a sua última morada com toda aparência de estar nas graças de Deus. A misteriosa aparição daqueles canoros acompanhantes, além de impressionar a todo mundo, na Vila e nos arredores, fizera com que todos passassem a ver em Maria Aniceta a santa caluniada, cujo sacrifício encheria de dor os passarinhos. (O. R., p. 21)

Nesse contexto, a figura de Pedro Velho, o afilhado da morte, ganha grande destaque. Sua presença, destacada desde a obra que inicia a trilogia, continua relevante, e o seu contato com a “Dindinha” continua a permitir que preveja acontecimentos desastrosos para a Vila e seu povo. Outra personagem desse universo fantástico é o “Caboclo D’Água”, entidade que toma conta das águas do rio, e que puniu severamente o major Terto, que perdeu tudo o que tinha e ainda ficou aleijado por duvidar da força do “rei das águas” e desafiá-lo.

Também pertencente a esse horizonte de misticismo, o Capiongo é uma alma penada que fica “aboindo uma boiada que ninguém vê” (O. R., p. 77). Quando vivo, era vaqueiro e se chamava Veridiano. Tornou-se assombração errante porque resolveu ir atrás de uma novilha perdida numa sexta-feira santa. A esposa ainda o avisou de que “fazia mal campear ou tocar qualquer trabalho” num “Dia Santo de Dor” (O. R., p. 79), mas ele não a ouviu, e nunca mais voltou. Outra assombração da Vila é o finado Dominginho, uma alma penada que grita nas noites de sábado: “O pobre grita como quem está sofrendo muito. É um ‘ai’ penoso e triste de quem anda pensando muito”. (O. R., p. 81)

Em *O Reduto*, novos personagens são trazidos à narrativa, como o casal Mateus e Amanda, o rábula Doutor Rosendo e o jagunço Zé Cearense. Mateus e Amanda já estavam casados há décadas, aparentando para a sociedade local um casamento perfeito, mas a falta de entrega da esposa às suas investidas sexuais o faz desconfiar de que vinha sendo traído. Tal sentimento se torna uma compulsão para o marido, vivendo ele a desconfiar da esposa e de todos os que dela se aproximassem, remoendo seus temores pelos cantos, até a noite trágica em que a acusa de traição. A discussão evolui para uma luta corporal, só terminada por intervenção dos filhos e vizinhos. A reação de Mateus após o episódio é um misto de desespero e arrependimento, o que o faz ser levado para um manicômio em Salvador, onde morreria meses depois. Amanda se sente culpada pela morte do marido e passa a conviver com essa culpa, alimentando melancolia e saudosismo dos bons momentos que vivera ao lado de Mateus.

Doutor Rosendo é um jornalista, proprietário do jornal “Correio da Barra”, da cidade de Barra, na região de Pilão Arcado. Intitulava-se formado em Direito, mas “O diploma, que garantia ter conquistado na Faculdade Livre de Direito do Espírito santo, perdera-se num naufrágio que só faltou lhe tirar a vida” (O. R., p. 42). Como a faculdade havia fechado as portas, não podia solicitar um novo diploma e seu único comprovante de formação era um registro de um cartório de Cuiabá de que lá havia comparecido para registrar um diploma de bacharelado em Direito. Documento esse suficiente para que advogasse pelas beiradas do São Francisco. No entanto, seu objetivo maior era ingressar na carreira política, e encontrou oportunidade para tanto com a vacância da cadeira do falecido deputado Lacerda Pinto.

O processo eleitoral descrito na narrativa ilustra muito bem o panorama eleitoral do coronelismo. Para ocupar a vaga de deputado, Rosendo a chega a Pilão arcado com um telegrama do coronel Franco para que fosse apoiado por seus pares. Diante da situação, o servidor judiciário Nezinho de Almeida sugere a utilização de “atas falsas”, prática comum na região. O servidor confeccionava atas de uma votação, autenticava-as e o candidato as levava para Salvador. O “voto de cabresto” garantia a previsibilidade do resultado das eleições, o que por sua vez justificava uma prática fraudulenta de manipulação eleitoral. Porém, mesmo com as atas falsas, Rosendo não se elegeu deputado. Foi preterido por um conhecido do governador do estado, que, mesmo sendo jovem e inexperiente, teve a preferência do chefe estadual e de seus correligionários políticos.

Zé Cearense chegou a Pilão Arcado no bando de Domingos Amarra Couro, ex-jagunço do coronel Franco. A mal sucedida investida de Domingos, que culminaria com a sua morte na igreja de Pilão Arcado, deixara de herança para a cidade o ex-cangaceiro Zé Cearense, que passara a ser protegido de Manoel Jeremoabo, o principal cabo-de-turma do coronel, responsável pela ordem na Vila durante a sua ausência. O forasteiro não gozava da confiança dos demais moradores, e sua situação se torna complicada quando se apaixona por Doninha Calango, ex-amásia de Domingos e atual de Pedro Gamela. Cearense e Doninha terminam se envolvendo, para desespero de Gamela, que surra a amásia, provocando a ira de Cearense. Manoel Jeremoabo ordena que o ex-cangaceiro saia da cidade, mas ele resiste, e se determina a ir apenas em companhia de Doninha, que se recusa a ir embora. Diante da negativa, Cearense resolve dar cabo da vida de Pedro Gamela, mas termina sendo surrado por Zé Possidônio, amigo de Gamela.

Depois da surra, Zé Cearense sai de Pilão Arcado, mas acaba se juntando aos cabras de Thebas, no grupo do capanga Zé de Andrade. Doninha Calango, que no primeiro romance da trilogia, segundo o narrador, havia passado pela mão de tantos homens, continuava sua

vida errante de “mulher-de-todo-mundo”. Mesmo ainda ligada a Pedro Gamela, se envolve com Zé Cearense, dando causa a expulsão do segundo da Vila. Depois da surra que sofrera de Gamela, Doninha se sentia abandonada, desgostosa da vida, motivo pelo qual resolve se suicidar. Porém, eis que, na tentativa de suicídio, Doninha é salva por Rosa Cavalo, que termina morrendo afogada. Mais uma desgraça é atribuída a Doninha, além de tantas outras, como as mortes de João de Longe e Domingos Amarra Couro. Essa não seria a última: Doninha e Pedro Gamela se reconciliam, mas, ao reagir a uma provocação, o pescador atinge o jovem Granjinha com um arpão, matando-o. Gamela foge, mas decide se entregar e vai preso, reforçando a idéia de azar que é atribuída a Doninha Calango.

Um episódio à parte na narrativa de *O Reduto* é o regresso do coronel Franco a Pilão Arcado depois da bem sucedida incursão contra a Coluna Prestes. A expectativa criada pelo retorno do grande chefe permeia toda a narrativa, como se esse momento fosse o condicionante de existência dos moradores do médio São Francisco, remontando ao mito do Sebastianismo em Portugal, no qual, durante muito tempo, alguns portugueses esperaram o retorno de D. Sebastião, desaparecido na batalha de Alcácer Quibir, na África. Seu retorno, que nunca aconteceu, representava a esperança de salvação da nação portuguesa. Mas, ao contrário do líder português, o Coronel retornou à sua terra. Bandas de música, comitivas de políticos, fogos de artifícios... tudo para saudar a volta do grande bastião de Pilão Arcado, orgulho do povo e da família, fortalecido frente ao governo federal pela brilhante campanha contra os revoltosos de Prestes.

Mas a volta do coronel representaria apenas o começo de muitas outras batalhas. Thebas, seu grande rival político e inimigo, já articulava maneiras de retomar o prestígio da região, abalado pelo sucesso de Franco. Muito sangue ainda seria derramado nas areias quentes do sertão da Bahia.

1.5. Violência e poder

A obra que fecha a trilogia, *Remanso da Valentia*⁸, traz de volta a ação no campo de batalha. Com o coronel Franco de volta a Pilão Arcado, seu adversário, Torquato Thebas, decide atacar a cidade de Sento-Sé, promovendo mais um episódio de brutalidade e muito derramamento de sangue. Thebas encontra a resistência da população capitaneada pelo chefe local Janjão, aliado do coronel Franco, cujo cabo-de-turma Luís Preto já participava da linha de defesa da cidade atacada. A primeira investida do chefe de Remanso é um fracasso: seu lugar-tenente, Zé de Andrade, é morto em combate, causando a fuga dos seus comandados da cidade:

No auge do fecha-fecha, em meio ao atordoante pipocar dos tiros, os cabras de ambas as facções viram Zé de Andrade pular, de braços abertos, e em seguida rodopiar, jogando para longe o seu fuzil, dar duas voltas sobre si mesmo, e cair de borco, achatando a cara no chão duro. [...] Morto o chefe, os cabras do Caruá⁹ perderam a fé e a coragem, e, ante a fúria da investida dos quebra-facas locais, largaram as armas no chão, metendo-se pela macambira unhenta, na mais desordenada fuga. (R.V., p. 14)

A derrota para os inimigos não foi bem assimilada, ainda mais que esses tinham contado com o reforço de cabras de Franco. Ciro Alves, “considerado o cérebro diabólico da política de Remanso” (R.V., p. 19), era o braço direito de Thebas e propôs como represália à derrota em Sento-Sé entregar ao Exército os desertores Olimpino e Dídio, sobrinhos do chefe opositor de Remanso, plano que foi comemorado pelos aliados. Thebas, por outro lado, planeja uma nova ofensiva contra os inimigos de Sento-Sé, dessa vez atacando as suas fazendas.

Na obra aparecem os principais opositores a Thebas em Remanso, aliados ao coronel Franco de Pilão Arcado: O coronel Honório Campinho, seu irmão Lucílio Campinho, Antonio Borja, “funcionário estadual posto em disponibilidade por ser um dos mentores da oposição a Thebas” (R.V., p. 23), o major Oscar Castelo, o rábula Fidelino Medrado e o primo do major Oscar, coronel Ormuth Castelo, que “guardava o porte de um grão-senhor, orgulhoso de sua progênie, pelo que evitava o quanto possível entreter conversação com pessoas que não considerasse do seu nível”. (R.V., p. 25)

Os temores dos opositores de Remanso quanto às próximas investidas de Thebas chegam ao conhecimento do coronel Franco através do mensageiro Francisco Colatino

⁸ Este livro passa, a partir de agora, a ser indicado pelas iniciais R. V.

⁹ Caruá é a fazenda da família de Thebas, de onde o Coronel de Remanso costumava comandar suas operações: “O Caruá era um fazenda como tantas, nos ermos malassombrados do São Francisco. Aberta a golpes de audácia, nos primórdios da colonização, desde os tempos dos desbravadores pertencia aos mesmos donos. Passaram-se séculos, mas os França Antunes não passaram, por isto aquelas terras continuaram sendo deles, transmitida de pais para filhos, geração após geração”. (R.V., p. 98)

Pinheiro, o Chiquinho “Calça Frouxa”: “Homem sem afobações, o Calça Frouxa não era de fazer nada apressado” (R.V., p. 28). Sua preguiça era conhecida em toda a região, e seu jeito despojado e displicente fazia dele o mensageiro ideal, pois não despertaria a atenção dos inimigos. Ao longo da narrativa, Chiquinho demonstra bom trânsito entre as fileiras inimigas, sendo de grande valia para Franco, que o tem em grande estima. O Calça Frouxa parece mudar seu rumo quando se apaixona pela mulata Argemira e com ela decide se casar. A notícia do casamento surpreende a todos que o conhecem, pois não acreditavam que finalmente tomaria um caminho na vida. Depois de ser advertido pelos amigos e pelo próprio coronel Franco do passo importante que dava em sua vida, Chiquinho se casa com Argemira e vai viver no Ponto Bonito, a fazenda da família da noiva.

A presença de Doninha Calango na obra continua marcante, assim como o azar que é atribuído à personagem e a todos aqueles que com ela se envolvem. Pedro Gamela ainda está preso pela morte de Granjinha, mas será absolvido pelo júri, afinal “quem manda [...] é o coronel, o júri faz o que ele mandar” (R.V., p. 42). No entanto, a absolvição de Pedro Gamela, com o apoio do rábula Rosendo, está condicionada a sua ausência da Vila, condição imposta pela família da vítima. Acontece que com o afastamento do antigo amásio, Doninha se envolve com Rosendo, que passa se encontrar com ela na casa de Neném Pita, “solteirona de má-fama, que morava num discreto beco da ponta da Rua de Cima” (R.V., p. 106).

O envolvimento de Rosendo com Doninha ganhara ares de maior seriedade, uma vez que o rábula desejava “ter a cabrocha só para si”, e esta se mostrava encantada com os carinhos e a atenção do novo amante:

Nunca nenhum homem lhe fizera sentir o que estava sentindo naquele instante. Os outros a possuíam sem se preocupar com ela, como se ela fosse uma coisa, e não um ser; usavam seu corpo, matavam e morriam por ele, mas não se importavam com o que ela sentisse ou deixasse de sentir durante o coito. Rosendo era o primeiro com quem ela se deitava sem medo, sendo tratada como gente. Os outros só faziam se servir dela, ao passo que ele se fundia nela, dividindo com ela o prazer que experimentava. (R.V., p. 109)

Pedro Gamela toma conhecimento do novo relacionamento de Doninha e tenciona matar o casal, e é acalmado por Possidônio e Bicotada, e nessa mesma noite acaba se envolvendo com a filha de Rosa Cavalo, que morrera salvando Doninha de afogamento. Gamela, entretanto, não pôde levar adiante seu plano de vingança. No casamento de Chiquinho Calça Frouxa, o pescador toma conhecimento da presença do casal de amantes, e ao tentar entrar na festa, é impedido por Zé Possidônio. Os dois amigos brigam, e ao rolarem pelo chão, um tiro mortal é disparado contra Gamela. Diante do fatídico acontecimento, Pedro

Velho encontra Doninha Calango e amaldiçoa a ex-amásia do morto: “Você [...] não vai poder fugir da sua própria sina, e por onde sua sombra passar, levará com ela o luto e a tristeza” (R.V., p. 210).

A profecia do “afilhado da morte” se cumpriria. Rosendo morreu num incêndio do vapor “Luís Viana” nas águas do São Francisco, o que causou grande comoção no Coronel Franco pela perda do aliado e amigo. Doninha, ao saber da morte do amante, decide pôr fim em seu sofrimento e no azar que a acompanhara durante toda a vida: “Fora de si, correu para a cozinha, e lá chegando foi direta à garrafa de querosene. Apanhando-a, com as mãos crispadas despejou todo o seu conteúdo sobre as vestes. Em seguida pegou da caixa-de-fósforos (sic), e fez fogo” (R.V., p. 266). Doninha Calango virara uma tocha de fogo.

Após o fracasso em Sento-Sé, Thebas prepara seus jagunços para o ataque às fazendas de seus inimigos. Sabendo dessa manobra (“os planos de Thebas acabavam sempre caindo nos ouvidos do coronel Franco” (R.V., p. 44)), Franco envia seus cabos-de-turmas para impedir que os jagunços de Thebas consigam reunir seguidores para a nova empreitada. Esse episódio marca o reencontro entre Zé Cearense e Zé Possidônio na batalha do Brejo da Brazida. O segundo, cabra do coronel Franco, se sai bem no embate e mata o antigo desafeto com um tiro na testa. Nesse mesmo episódio, a narrativa dá destaque para a presença de Otacílio Piqui e a “costureira” – a metralhadora de Franco, que impunha medo aos inimigos, que bateram em retirada diante da poderosa arma de fogo.

Ao longo da narrativa, uma pausa nos combates. Thebas se refugia no Campo de Fora, uma de suas fazendas, pois “precisava sair de Remanso, onde a alegria dos adversários o deixava fora de si, furo de raiva, a pique de meter os pés pelas mãos” (R.V., p. 116-117). Participaria da venda de gado, o “rol-de-porteira”, o que o deixava mais leve e animado. Entretanto, a estadia do coronel no Campo de Fora lhe reservava algo mais que a alegria proporcionada pela venda do gado. Thebas reparara na menina que lhe servia na fazenda, Naninha, filha de um agregado: “desde o primeiro instante em que botou os olhos em cima dela teve a atenção atraída para as redondezas do seu corpo jovem” (R.V., p. 117). A serviçal cedeu à pressão e aos desejos do senhor, que despojando-a de sua virgindade, garantiu que não lhe faltaria mais nada.

A paz do retiro de Thebas não perdurou por muito tempo. Alguns dias depois do “rol-de-porteira” recebe a visita de sua irmã Hermelinda e seu sobrinho Alarico. O “rapazote” logo se interessa pelos dotes da criada que foi forçada a deitar com o coronel. A visita de Hermelinda tinha um propósito: convencer Thebas de mandar matar o coronel Franco. A ideia não causou surpresa ao chefe de Remanso, que considerava palpável a medida, mas se

preocupava com suas consequências, prevendo as represálias dos adversários e até de seus aliados, preocupação que não parecia existir nos pensamentos da irmã. Mas a visita dos familiares causaria transtornos a Thebas – Alarico se envolvera com a criada Naninha, que dividia suas atenções entre o rapazote e o coronel:

O seu corpo jovem encontrava no sobrinho do coronel o parceiro adequado. Não encontrando no tio o mesmo ardor que sobrava no sobrinho, ela ficava num pé e noutro, assim que via a noite descer sobre o Campo de Fora, só se acalmando quando se sentia em baixo dele, num pé de cerca qualquer. (R.V., p. 160)

O envolvimento da criada com Alarico, no entanto, foi descoberto por Thebas, que ao flagrar a criada chegando de um encontro com o rapaz, espancou-lhe severamente. O sobrinho, ao ver o tio saindo do quarto de Naninha, resolve fugir, temendo a sua ira. No dia seguinte, Hermelinda descobre o ocorrido e recrimina o irmão por sua atitude, mas recebe a justificativa de que era uma conduta “normal”, afinal “A carne é fraca” (R.V., p. 162). A irmã relembra ainda de outros homens da família que mantinham o mesmo costume de se “amigar” com “roceiras, pretas e mulatas” (R.V., p. 162), motivo pelo qual não condenava de todo o irmão, pois “quem puxa aos seus não degenera” (R.V., p. 162).

Hermelinda e Alarico voltaram para Remanso, onde o episódio da traição se difundiria rapidamente, aumentando o arsenal de histórias da oposição contra Torquato Thebas. O chefe de Remanso, porém, se sentia mal com a situação e “intimamente se amofinava, reconhecendo que a negra, ao se deitar com Alarico, escarnecera de sua virilidade, demonstrando que sua velhice não fora capaz de lhe saciar o apetite” (R.V., p. 176). Por ideia de Ciro Alves, o coronel decide mandar Alarico para São Paulo, a fim de encerrar os comentários sobre o episódio e salvaguardar a sua “autoridade” no município e região.

A ideia de mandar matar o coronel Franco foi posta em prática por Thebas, mas contou com a desaprovação de seu maior aliado, Ciro Alves: “nunca se teve notícia de um chefe mandar matar outro, aqui na nossa zona, onde os que morrem são abatidos no campo da luta, e nunca a traição!” (R.V., p. 194). Apesar de articulado de forma secreta, o plano de Thebas foi descoberto. João Zanôio, um morador da beira do São Francisco avistou um grupo de forasteiros e deles ouviu que iriam reconhecer as ruas de Pilão Arcado para depois ir à casa do coronel Franco e proceder conforme as recomendações recebidas. O “beiradeiro”, de posse de tal informação, cuidou de avisar a Janico Nunes, um aliado do coronel Franco, que prontamente redigiu uma carta que deveria ser entregue ao coronel de Pilão Arcado pelo próprio João Zanôio, dando conta do que vira e ouvira na noite anterior. Zanôio e a carta

chegaram à casa de Franco no mesmo instante em que o cabra contratado para matar o coronel. Já tendo conhecimento da situação, o coronel agiu rápido com seus cabras, rendendo o jagunço disfarçado de romeiro que ali estava para dar cabo de sua vida. A notícia da mal sucedida ação de Thebas percorreu rapidamente a região, e representava um aspecto muito negativo para o chefe de Remanso. O coronel Franco aproveitou-se da situação e criou um contexto amplamente favorável, a partir do interrogatório do jagunço que fora contratado para lhe matar:

Em vez de matar o capanga, como Thebas esperava, o chefe de Pilão Arcado o processou e ao mandante, obtendo um verdadeiro triunfo publicitário e político contra o seu adversário, que se viu envolvido num crime dos mais abominados pela gente do barranco, que, assim como festejava o valente que matava na luta leal em campo aberto, desprezava a todo aquele que, não tendo coragem para matar, contratava um criminoso que matasse em seu lugar. (R.V., p. 205)

O embate final da narrativa se dá na cidade de Remanso. Depois de repetidos insucessos em suas investidas contra o coronel Franco, Thebas resolve cercar Remanso e declarar guerra aos seus opositoristas. Assim que os combates começam, Franco é avisado, reúne seus cabras e marcha para a cidade vizinha a fim de reforçar as fileiras dos aliados. Mais uma vez, a disposição do coronel para a luta é destacada na narrativa: “A partida do coronel para Remanso foi uma festa em Pilão Arcado; do seu mais humilde varredor de rua ao mais abastado de seus moradores, a Vila vibrava de entusiasmo” (R.V., p. 218).

A luta seguiu acirrada em Remanso, fazendo muitas vítimas, como o sargento Salatiel pelo lado de Thebas e Otacílio Piqui, operador de uma das metralhadoras, pelo lado de Franco. Com a chegada do próprio coronel Franco, começou a se desenvolver uma luta de estratégias, e as colunas do chefe de Pilão Arcado começavam a ganhar terreno na cidade sitiada. O tiroteio só cedeu com a missão de paz capitaneada pelo Padre Arnaldo e pelo juiz Felisberto Monteiro, com intuito de solicitar uma trégua para que as mulheres e crianças fossem evacuadas da cidade. O pedido é aceito por Franco, porém, para que fossem enterrados os mortos que apodreciam sobre as calçadas, dando um prazo de quatro horas para que isso fosse feito. Dessa maneira, tencionava que Thebas evacuasse nesse período algumas famílias, traíndo a confiança do coronel que concedeu a trégua, o que poderia representar um rebaixamento do chefe de Remanso perante seus próprios aliados.

Durante a trégua chegam telegramas do governo estadual para ambos os chefes no sentido de que estabelecessem uma trégua até a chegada de uma força policial enviada para Remanso com o objetivo de dar fim ao combate. O pedido não foi atendido, e as forças

inimigas voltam a se enfrentar ao fim do prazo estabelecido para enterro dos mortos. Com o recrudescimento dos combates, as fileiras de Thebas começam a enfrentar dificuldades, com a perda de muitos “soldados”. As tropas de Franco e aliados avançam cada vez mais pelas ruas da cidade, tomando postos que pertenciam às fileiras inimigas. A única esperança das hostes do chefe local era a chegada do vapor “Antonio Muniz”, trazendo o delegado-especial e suas tropas designados para intermediar os combates. E para a insatisfação do coronel Franco, eis que o vapor tão esperado pelo chefe adversário apita, pondo por terra seus planos de derrubar as últimas fileiras de Torquato Thebas.

A missão de paz é chefiada pelo jovem bacharel Dr. Chagas Júnior e pelo tenente Douradinho, que se revela amigo do coronel Franco. Após algumas conversas, foi estabelecido um acordo em que os aliados de Franco não seriam mais perseguidos por Thebas em Remanso, e para a manutenção do acordo, ficou estabelecido que o tenente Douradinho ficasse na cidade em companhia de trinta praças “com ordens expressas de manter a tranqüilidade no município” (R.V., p. 264). Por solicitação dos líderes oposicionistas, o juiz foi removido para outra comarca sob a aceitação de Thebas, que o chamara de “covarde”.

Com o fim da luta armada, Franco regressa a Pilão Arcado a frente de seu batalhão, ratificando o seu poderio em toda a região da beirada do São Francisco, aumentando sua rede de influência política e também o alcance e força de seu aparato bélico, bem municiado e dotado de cabras valentes e dispostos a tudo para servir ao seu coronel. Segundo Valverde (2002, p. 124):

A trilogia se encerra simbolicamente com o título Remanso da Valentia, pois a palavra Remanso, além de nome da cidade onde se dão os cruentos combates finais, vai significar, duplamente, esse epílogo do coronelismo armado, o seu repouso. Após o desarmamento de 1930, os coronéis já não serão os mesmos. A sua ação vai ser predominantemente política.

O fim da trilogia reafirma o contorno mítico que alcança a figura do coronel Franco Leal: invencível, forte, adorado e temido, por aliados e adversários, incólume na chefia de Pilão Arcado e região. A obra termina sem relatar a decadência a que se submetiriam os coronéis depois da ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República. O narrador prefere encerrar o curso da narrativa enquanto o coronel Franco ainda mostra toda sua força, fazendo assim com que a imagem do chefe local mantenha sua demonstração de força, mesmo após o fim da obra.

CAPÍTULO II

LITERATURA E HISTÓRIAS

2.1. Ficção e História

Os caminhos da literatura e da história costumam se cruzar, e toda obra que tenha como ênfase o tratamento de um tema social aproxima-se ainda mais desse entrecruzamento, fruto das tensões entre os percursos da ficção e o registro da realidade. Toda obra de ficção, mesmo que explorando de forma ampla a imaginação e a capacidade criativa do seu autor, sempre que traz em suas linhas alguma referência a acontecimentos políticos e sociais, esbarra no discurso histórico, nas suas indicações e referências. E, ao pensar na relação entre ficção e relato historiográfico, é necessário incluir o registro biográfico do autor, que constitui também a história.

Nas obras do escritor Wilson Lins que formam sua trilogia sobre o coronelismo, a aproximação entre literatura e história se finca principalmente nas conexões entre passagens da obra de ficção e fatos devidamente registrados em obras historiográficas. Deve-se ainda levar em consideração a importância do Coronelismo como fenômeno político-social no Brasil, principalmente na região Nordeste, e o quanto sua abordagem em um texto ficcional requer pesquisas sobre sua origem, estrutura e funcionamento, pesquisas essas que certamente se aproximarão muito mais do campo de estudo da história que da literatura.

Ao contrário do que acontece com o discurso literário, o limite entre ficção e realidade no discurso histórico é pouco discutido pelo senso comum, e costuma-se atribuir às obras historiográficas um status de verdade, enquanto que ao literário, é atribuído um status de invenção. No entanto, o registro histórico apresenta uma atitude ficcional, tendo em vista o papel do historiador como “inventor” de histórias, conforme salienta White (1995, p. 22):

Diz-se às vezes que o objetivo do historiador é explicar o passado através do “achado”, da “identificação” ou “descoberta” das “estórias” que jazem enterradas nas crônicas; e que a diferença entre “história” e “ficção” reside no fato de que o historiador “acha” as suas estórias, ao passo que o ficcionista “inventa” as suas. Essa concepção da tarefa do historiador, porém, obscurece o grau de “invenção” que também desempenha um papel nas operações do historiador.

Esse caráter de ficcionalidade que reveste a conduta do historiador encontra uma recíproca na práxis do ficcionista, quando obras de ficção trazem à tona fatos, reflexões ou inferências históricas, aproximando a obra de ficção do contexto da realidade. Porém, no caso do escritor, essa conduta tem uma aceitação muito maior pelo público leitor do que no caso do historiador que ficcionaliza de alguma maneira sua narrativa histórica. A ideia geral é a de que trazer história para a ficção é um dado enriquecedor, legitimador da narrativa, enquanto que trazer elementos ficcionais para a história é um fato que deslegitimaria o trabalho do historiador.

Enquanto a literatura se baseia na ficção, na capacidade de criação dos seus representantes e também na possibilidade de associações entre mundos imaginários e elementos reais, à história se atribui comumente o registro fiel dos fatos. O que se deve observar, outrossim, é que a imaginação também é um atributo do historiador, pois em contato com os fatos, registros, documentos, deve ele adaptar todas essas referências a uma linguagem que dê conta de transmitir esses conhecimentos. E ao organizar acontecimentos numa sequência inteligível e coerente, o historiador cria, também, uma estrutura narrativa, com enredo definido e carente de sentido. Nesse sentido, White (1994, p. 109) declara que

as histórias nunca devem ser lidas como signos inequívocos dos acontecimentos que relatam, mas antes como estruturas simbólicas, metáforas de longo alcance, que “comparam” os acontecimentos nelas expostos a alguma forma com que já estamos familiarizados em nossa cultura literária.

Hayden White atribui o conceito de metáfora ao ato de contar histórias e de contar a História, sendo necessário arrumar os fatos numa sequência e explicá-los de maneira a adquirirem sentido, como uma metáfora literária. Para ele, as narrativas históricas “conseguem dar sentido a conjunto de acontecimentos passados, além e acima de qualquer compreensão que forneçam [...] mediante a exploração das similaridades metafóricas entre os conjuntos de acontecimentos reais e as estruturas convencionais das nossas ficções”. (1994, p. 108). Assim, a estruturação de enredo da narrativa histórica se utiliza de um mecanismo comum à construção do texto ficcional, aproximando ainda mais essas modalidades de texto.

As similitudes entre ficção e história são muitas, e nas obras literárias em estudo, elas se acentuam. Se de um lado a literatura apresenta uma multiplicidade de sentidos e interpretações inerentes à sua constituição, deixando a metáfora como instrumento evidente (e de construção do seu enredo, por outro lado, o texto histórico, ao qual se atribui um caráter positivista¹⁰, não demonstra em sua superfície o mesmo instrumento metafórico de constituição do enredo, apresentando, para o senso comum, um status de verdade, por isso pretensamente distanciado da narrativa ficcional. Mas, para Compagnon (1999, p. 222-223),

¹⁰ O autor Stephen Bann (1994) discute o caráter positivista da História, situando-a como “o próprio paradigma do Positivismo”, registrado no século XIX, quando uma disciplina ou prática de cultura era explicada primeiramente por sua história. No entanto, ressalva: “Na medida em que luta para representar os fatos ‘como eles realmente aconteceram’, o historiador está comprometido com a positividade. Mas, na medida em que ele também é um escritor – engajado nas transformações retóricas – e um crente – comprometido com uma visão positiva do que o mundo não é –, este historiador em particular expõe, de qualquer modo, a negatividade daquela positividade e a positividade da negatividade daquela positividade” (p. 93).

A história é uma construção, um relato que, como tal, põe em cena tanto o presente como o passado; seu texto faz parte da literatura. A objetividade ou a transcendência da história é uma miragem, pois o historiador está engajado nos discursos através dos quais ele constrói o objeto histórico.

Ao vislumbrar a discussão acerca das aproximações entre história e literatura, é possível perceber que ambos os discursos se amparam numa mesma matéria-prima: a linguagem. Utilizando-a, constroem sua essência por meio de enredos igualmente estruturados, fazendo uso da metáfora como meio instaurador de sentido. Enfim, suas semelhanças são inequívocas, não obstante a comum atribuição de “verdade” ao discurso histórico em oposição ao sentido “imaginado” da ficção, conforme ensina White (1994, p. 115):

A distinção mais antiga entre ficção e história, na qual a ficção é concebida como a representação do imaginável e a história como a representação do verdadeiro, deve dar lugar ao reconhecimento de que só podemos conhecer o *real* comparando-o ou equiparando-o ao *imaginável*. Assim concebidas, as narrativas históricas são estruturas complexas em que se imagina que um mundo da experiência existe pelo menos de dois modos, um dos quais é codificado pelo “real” e o outro se “revela” como ilusório no decorrer da narrativa. Trata-se, obviamente, de uma ficção do historiador a suposição de que os vários estados de coisas que ele constitui na forma de começo, meio e fim de um curso do desenvolvimento sejam todos “verdadeiros” ou “reais” e que ele simplesmente registrou o que aconteceu na transição da fase inaugural para a fase final. Porém tanto o estado inicial de coisas quanto o final são inevitavelmente construções poéticas e, como tais, dependentes da modalidade da linguagem figurativa utilizada para lhes dar o aspecto de coerência.

Literatura e história não se opõem como discursos antagônicos, conforme o senso comum pode acreditar. Pelo contrário, muitas vezes se utilizam dos mesmos mecanismos para construir seus discursos, utilizam estratégias similares de convencimento para sustentar suas narrativas e atribuir-lhes coerência ou pelo menos verossimilhança. A linguagem, enquanto elemento essencial a ambas contribui para aproximá-las ainda mais em seu formato e estrutura. As obras de Wilson Lins estimulam essa discussão, uma vez que apresentam relatos que constantemente margeiam ficção e realidade, aproximando o coronelismo enquanto fenômeno social e histórico das fantasias e experiências pessoais de um narrador que não se exime de interferir nos rumos da narrativa que conduz.

2.2. O autor e sua inserção na narrativa

A trilogia do coronelismo criada por Wilson Lins apresenta muitas informações em comum com a vida do próprio escritor. Se existe uma aproximação entre os fatos das narrativas e os fatos históricos da época, o mesmo acontece com a biografia do autor, filho de Franklin Lins de Albuquerque, o mais importante coronel do norte da Bahia, não por acaso o “cenário” de seus livros.

A inserção do autor nas suas obras de ficção, como um narrador que, mesmo em terceira pessoa, descreve em detalhes acontecimentos reais da vida do Coronel de Pilão Arcado, protagonista da trilogia, reforça a tese de que tais obras literárias apresentam um diálogo constante com o relato historiográfico, uma “história dentro da história”. Essa atitude do escritor é registrada por Valverde (2002. p. 9):

Em relação à escritura da trilogia, Wilson Lins lança mão de alguns argumentos de ordem pessoal, decisivos, segundo palavras do próprio autor, para desencadear o processo de ficcionalização, já em sua maturidade, do mundo cantado pelas estórias ribeirinhas de sua infância.

As “palavras do próprio autor”, citadas por Valverde, serão encontradas em *Aprendizagem do Absurdo*¹¹, um livro de memórias escrito por Wilson Lins, onde ele narra os momentos mais marcantes de sua vida, com destaque também para a sua produção ficcional. Reforçando a informação de ser filho de um grande coronel, Lins relata:

Com um olho perseguindo o outro, aprendi a ler no colo de minha mãe, professora pública, e comecei a ouvir falar de política por ser meu pai um coronel de muitos votos e muitos jagunços, com raça para enfrentar dois governadores da Bahia e um do Piauí. De sua calçada eu o vi partir e voltar de algumas de suas guerras, entre as quais contra a Coluna Prestes, que o cobriu de glória, e a contra a Revolução de 30, malograda no começo, mas em seguida benfazeja para ele[...]. (A.A., p. 17)

As referências deixadas por Wilson Lins associam o coronel protagonista da trilogia, Franco Leal, ao seu pai, Franklin Lins, inclusive, com nomes bem parecidos. O protagonista da trilogia enfrenta a Coluna Prestes, com sucesso, e se coloca contra governadores para defender seus interesses e de seus seguidores. São vários os aspectos que marcam a inserção do autor nas narrativas que criou, descrevendo fatos e personagens que misturam ficção, realidade e registro autobiográfico.

¹¹ Este livro passa, a partir de agora, a ser indicado pelas iniciais A.A.

A maneira com que são narradas as histórias aponta para uma identificação muito grande do narrador com o protagonista, o coronel Franco Leal. Seus feitos são sempre elogiados, tratados como atitudes heróicas, dignas de um grande líder. Suas decisões não são contestadas, sua influência política e seu carisma são enaltecidos. Trata-se de um narrador que, portanto, se projeta no autor, o filho do grande coronel que por sua vez se reveste de personagem da obra literária.

Fatores como nomes das cidades e personagens¹², datas, fatos históricos fazem parte do conjunto ficcional que revelam a inserção do autor na narrativa. O fato de ele não revelar, no primeiro livro da trilogia, o nome do coronel protagonista, poderia disfarçar tal inserção, mas a partir da segunda obra, *O Reduto*, a definição do nome reforça ainda mais essa tendência. Mas essa integração entre a realidade contextual do escritor e sua produção literária é própria da atividade ficcional, segundo aponta Maingueneau (1995, p. 47):

Da mesma forma que a literatura participa da sociedade que ela supostamente representa, a obra participa da vida do escritor. O que se deve levar em consideração não é a obra fora da vida, nem a vida fora da obra, mas sua difícil união.

A trilogia do coronelismo de Wilson Lins se compõe de enredos marcados por ação, distensão e nova ação, em que os fatos se sucedem numa dinâmica temporal coerente, condizente com que o próprio registro histórico determina. A ficção, o escopo criativo do escritor se nutre, além da imaginação inerente a essa atividade, de conhecimento histórico e vivência pessoal daquilo que narra, como resta comprovado nas semelhanças entre a narrativa e os registros historiográficos e biográficos do escritor. É um autor que reinventa mais que cria, dando cores diferentes aos cenários que vislumbrou e pesquisou ao longo de sua existência, como ele mesmo relata: “A ficção, que em meu caso é mais reinvenção que criação, é o recurso de que às vezes lanço mão para me libertar da obsessão de remexer o passado” (A.A., p. 254).

2.3. A marcha contra a Coluna

¹² No que se refere aos nomes dos personagens que compõem a trilogia, é marcante a semelhança entre o nome do maior inimigo do coronel Franco Leal nas obras literárias, Torquato Thebas, e Francisco Leobas, da cidade de Remanso, opositor histórico de Franklin Lins de Albuquerque, pai do escritor Wilson Lins: “No Diário de Remanso de 10 de março de 1920, [...] foi criada a ‘Junta Revolucionária do São Francisco para a libertação da Bahia’ [...], subindo na ocasião ao poder, com o apoio de Franklim de Albuquerque, e Anfilófilo castelo Branco, o senhor Francisco Leobas de França Antunes, que anos mais tarde, de 1926 em diante [...] passou a hostilizar os coronéis José Castelo Branco e Olímpio Campinho. Daí em diante, como esses coronéis eram amigos pessoais do Cel. Franklim de Albuquerque, este passou a ter Leobas como adversário político” (Santos, 2005, p. 31-32).

A aproximação entre Literatura e História no livro *Os Cabras do Coronel* vai além da identificação entre alguns fatos narrados e a descrição do fenômeno social e político do coronelismo no Brasil, principalmente no sertão do Nordeste brasileiro. A trama reserva ainda o registro da passagem da Coluna Prestes pelo sertão nordestino, e as lutas que travou contra os “exércitos” dos coronéis, inclusive com o do protagonista. O narrador registra a passagem da Coluna Prestes pelo sertão e seus confrontos com os coronéis da região, estes a serviço do governo federal nessas contendas. O movimento liderado por Luís Carlos Prestes encontrou nessa região uma importante barreira para seu avanço: as frentes lideradas pelos poderosos chefes locais contra os “colunistas”.

No que se refere à Coluna Prestes, Macaulay (1977, p. 10) a define como:

Um movimento militar, revolucionário, foi derrotado nos centros civilizados do Brasil em 1924, levando assim 1.500 soldados rebeldes, como os troianos de Enéas, a se deslocarem pelas fronteiras da barbárie, numa missão destinada a reconstruir a nação. Por mais de dois anos eles perambularam por uma área de 25.000 km, desde os pampas do Sul, através das florestas do vale do Paraná, para diante e para trás, no árido interior do Nordeste, nos cerrados do Brasil Central, através de pântanos de Mato Grosso, até as fronteiras da Bolívia e do Paraguai.

Em sua passagem pela Bahia, a Coluna Prestes enfrentou os “pistoleiros” e “as forças que os proprietários de terras poderiam arregimentar” citados por Macaulay. No sertão, esses proprietários de terra eram os coronéis e os pistoleiros eram os seus jagunços. Nesse trecho, como se pode perceber, o historiador se rende à ficção, utilizando em seu discurso expressões como “fronteiras da barbárie” e “árido interior do Nordeste”, inserindo na narrativa histórica pontos de vista e impressões que se afastam do relato imparcial dos fatos. Aqui, história e ficção se encontram em sentido oposto ao comum: a história se aproxima da ficção, e não o contrário.

Na obra ficcional em análise, o aparecimento da Coluna em terras baianas é registrado em primeiro momento pelo grupo chefiado pelo ex-cabo-de-turma do coronel de Pilão Arcado, Domingos Amarra Couro. Do alto de um morro, avistam o exército vindo do sul, e o chefe do grupo deduz se tratar de uma tropa de policiais. Tal impressão é desfeita logo em seguir pelo narrador, ao descrever o numeroso pelotão:

Eram jovens, na sua maioria, e aquele que parecia o mais jovem de todos, dava a impressão de ser o comandante, pois ia na frente da tropa, dava

ordens, a cada instante era consultado pelos outros, pequeno, franzino, de longas barbas negras, tinha o rosto coberto por um chapéu de abas largas, e cavalgava com desembaraço.

Em dado momento, um jovem cavalarião que trazia nas platinas os galões de coronel, acercou-se dele e falou:

- Isto aqui é um deserto pior que as Lavras.

- Mas não demoraremos a alcançar a margem do São Francisco, então você verá o deserto transformar-se em verdadeira – respondeu o comandante, que não era outro senão Luís Carlos Prestes, capitão revoltoso, que sublevara uma guarnição do Exército, no Rio Grande do Sul, e há dois anos vinha rasgando sertões, perseguido pelas forças legais, lutando sem se entregar. (C.C., p. 163-164)

Com a confirmação de se tratar da famosa Coluna, a narrativa prossegue trazendo informações que estão referendadas nos registros históricos. No trecho anterior, a referência às Lavras Diamantinas ratifica a passagem do pelotão cortando o estado, passando pela região central, antes de chegar ao norte, nas proximidades de Pilão Arcado e Remanso e do rio São Francisco. Outro dado que reforça a aproximação entre história e ficção na narrativa é trazido logo a seguir:

Naquela manhã de junho de 1926, depois de terem descansado três dias no Brejo da Brazida, os revoltosos, que na véspera tinham pernoitado a pouca distância do arraial das Almas, marchavam na direção do Taboleiro Alto, de onde esperavam seguir para a barranca do rio, visando atravessá-lo, para se internarem no Piauí. (C.C., p. 164)

O ano de 1926 é o ano em que a Coluna Prestes adentra a Bahia, e ela passa pela região das lavras Diamantinas e nos arredores de Pilão Arcado e Remanso, conforme explica o historiador Luís Henrique Dias Tavares (2008, p. 351):

Comandada por jovens oficiais do Exército – Luís Carlos Prestes, Osvaldo Cordeiro de Farias, João Alberto Lins de Barros, Antônio Siqueira Campos e Djalma Soares Dutra – a Coluna entrou na Bahia na noite de 25 para 26 de fevereiro de 1926. Atravessou o rio São Francisco entre Várzea Redonda e Jataba (atual Petrolândia), daí começando uma marcha de 558 quilômetros pela caatinga, sob condições adversas, cerca de 1.200 homens sem montaria suficiente, carregando armas velhas e com reduzida munição, oficiais e centenas de soldados marchando a pé. Passaram ou estiveram próximos de Lençóis, Minas do Rio de Contas, Condeúba, Jacaraci, Serra Nova, Jatobá, Ituaçu, Remanso, Sento Sé, Mundo Novo, Monte Alegre (atual Mairi), Tucano, Pombal e Rodelas.

Ainda no tocante à data a que se faz referência no texto ficcional, junho de 1926 se aproxima dos registros históricos, em se considerando que a Coluna, conforme o texto historiográfico, chegou à Bahia em fevereiro de 1926 e, à época, era de se esperar que

demorasse aproximadamente quatro meses, dadas as dificuldades de locomoção já descritas, até chegar à divisa entre Bahia e Pernambuco, ao norte, por onde havia entrado no estado, antes de percorrer parte da Chapada Diamantina, para depois voltar ao sertão. Não obstante essa conjectura, a data constante da obra de ficção é ratificada no registro historiográfico de Macaulay (1977, p. 218-219):

Em Xique-Xique, Abílio Wolney juntou suas forças às do “coronel” Franklin Lins de Albuquerque, o coronelíssimo do Médio São Francisco e, juntos, interceptaram os rebeldes quando estes alcançaram o rio, perto de Cajuí. Depois de um combate, a 26 de maio, os revolucionários recuaram e desapareceram na caatinga. [...]

Enquanto as forças do Governo se concentravam ao longo do São Francisco, os rebeldes se movimentaram para o sudeste, não encontrando praticamente resistência alguma e iam abastecendo sua cavalaria. Então, arremeteram ousadamente através da estrada de Ferro Leste do Brasil e por volta de 20 de junho estavam a 170 km de Salvador. [...] A Coluna Prestes, depois de marchar paralelamente à costa durante quase uma semana, coletando dezenas de contos de réis como tributo dos comerciantes locais, voltou-se para o interior, no dia 26 de junho. Menos de uma semana depois, os rebeldes surgiram no povoado de Rodelas, no São Francisco, a cerca de 60 km do ponto em que haviam atravessado para a Bahia. O povoado foi ocupado sem resistência e várias canoas pequenas encontradas. Um pelotão do destacamento de João Alberto atravessou nelas o rio e capturou quatro barcos a vela carregados de gado. Nessas embarcações, os 900 revolucionários e quase todos os seus cavalos atravessaram para Pernambuco, nos dias 2 e 3 de julho de 1926.

Diante do exposto acima, os rebeldes estiveram em Cajuí, nos arredores de Pilão Arcado e Remanso, em 26 de maio de 1926 e marcharam para sudoeste, chegando a Rodelas no fim de junho do mesmo ano, comprovando que a situação exposta na obra ficcional em estudo, com referência à data de junho de 1926, tem sustentação no registro histórico da passagem da Coluna Prestes pela Bahia. Na obra, os rebeldes haviam descansado no Brejo da Brazida, um lugarejo próximo a Cajuí, nas proximidades do rio São Francisco.

Em paralelo à entrada da Coluna Prestes na Bahia, a narrativa de *Os Cabras do Coronel* registra a aproximação de um embate entre o coronel de Pilão Arcado e o coronel Thebas de Remanso, devido a disputas de terras e também ao fato de o chefe de Remanso ter praticado várias arbitrariedades contra os aliados do seu grande inimigo, inclusive dando voz de prisão a inocentes por conta das diferenças entre os chefes locais. A guerra entre os coronéis de Pilão Arcado e Remanso, porém, não aconteceu, pois a atenção do coronel de Pilão Arcado mudou de foco:

Com a notícia de que os revoltosos se aproximavam da ribeira, os coronéis, em toda região, ficaram de sobreaviso, prontos para se defenderem tanto dos

insurgentes quanto das forças governistas, uma vez que para eles tudo que viesse de fora era inimigo e como tal deveria ser recebido. Eis, porém, que às mãos de todos eles começaram a chegar telegramas dos deputados e senadores que os representavam no Congresso Nacional, e do próprio presidente da República, concitando-os a que colaborassem na defesa da legalidade, e todos, prontamente, colocaram-se às ordens do governo da União. Tendo-se colocado à disposição do governo federal, para combater os rebeldes, estava o Coronel aguardando os acontecimentos, sem perder de vista o seu rival de Remanso, quando, certa manhã, foi chamado ao telégrafo para uma conferência com o general que se encontrava em Joazeiro (sic), e deste recebeu o pedido para que seguisse incontinenti com seus homens para cortar o avanço da Coluna Prestes, que, se encontrando no interior de Sento-Sé, ia tentar cruzar o rio no ponto que fosse mais viável, entre Pilão Arcado e Remanso. (C.C., p. 165-166)

Com o avanço da Coluna Prestes em terras nordestinas, grande parte do “exército” de Pilão Arcado foi engajada na luta contra os “revoltosos” que cortavam o país. Isso aconteceu a pedido de deputados, senadores e até do presidente da República, que em troca do apoio garantiram dinheiro, muita munição e a não participação das fileiras do inimigo de Remanso na luta contra o exército de Prestes, além da proteção aos correligionários do chefe arcadense que naquela cidade se encontravam. Assim, pôde o coronel comemorar uma dupla vitória: o desprestígio de seu maior adversário e a garantia da segurança aos seus amigos em Remanso. Dessa forma, o coronel, que não tinha o apoio do governo estadual, passava a gozar de grande prestígio junto ao governo federal, o que lhe garantia ainda mais poder nas regiões sob seu domínio e influência.

A participação dos coronéis, formando e comandando volumosos batalhões na luta contra Coluna Prestes tem vários registros em textos historiográficos. Conforme aponta Tavares (2008, p. 352),

Passando por cima da autoridade do governador Góes Calmon, que insistia na só utilização de tropas regulares nas operações militares, o governo [do Presidente Arthur] Bernardes decidiu incorporar coronéis da Chapada Diamantina e do São Francisco ao combate contra a Coluna. Intermediados por chefes do coronelismo baiano residentes no Rio de Janeiro, os deputados e irmãos Francisco e Geraldo Rocha, os coronéis Horácio de Matos, Franklin Lins de Albuquerque, Abílio Wolney e outros, receberam muito dinheiro, muitas armas e munições para formar batalhões e combater a Coluna. Quando organizados somaram cerca de 3.500 homens bem alimentados, armados e municados, conhecedores da caatinga em que lutavam e sabiam que (sic) utilizar a tática de emboscadas e tocaias.

Reforçando a noção do considerável poder político e militar dos coronéis no Nordeste, Pang (1979, p. 186-187) afirma:

O relacionamento dos presidentes com os coronéis da Bahia foi ainda mais reforçado pela participação dos últimos na defesa da legalidade e na campanha contra a Coluna Prestes de 1925-27. [...]

No início de 1926, cerca de dez “batalhões patrióticos” foram organizados pelos coronéis da Bahia. Três deles tiveram um papel importante na campanha: o batalhão de Lavras Diamantinas, comandado por Horácio de Matos (cerca de 1.500 homens), o Batalhão Franklin Lins, do vale do Médio São Francisco (cerca de 800 homens), e o grupo de Abílio Wolney, formado por jagunços de Barreiras e Goiás (cerca de 1.000 homens). Essas unidades recebiam dinheiro e armas do governo federal, e os oficiais e todos os outros homens receberam postos como se pertencessem ao Exército.

A situação acima descrita por Pang encontra paralelo na obra ficcional, mais precisamente no diálogo entre Pedro Gamela e seu Nezinho, cujo assunto era a participação do coronel de Pilão Arcado na luta contra a Coluna Prestes:

- E quando é que o Coronel volta, “seu” Nezinho? O senhor sabe dizer? – pergunta Pedro Gamela.

- Quem sabe?! Nem ele mesmo! – responde o velho amigo do Coronel, que ainda acrescenta: - Ele foi comissionado coronel do Exército, e vai dar combate aos revoltosos até quando acabar com eles ou eles se entregarem. O Batalhão de Pilão Arcado foi todo engajado, com o soldo do Exército, e a negrada daqui está toda de divisa e galão, uns são capitães, outros são tenentes, outros sargentos. (C.C., p. 168)

A aproximação entre o discurso historiográfico e o literário no livro em análise é flagrante. Desde o tratamento dado ao fenômeno do coronelismo às informações sobre a presença da Coluna Prestes na Bahia, não faltam evidências de que há uma aproximação muito grande entre o aspecto ficcional de *Os Cabras do Coronel* e suas referências históricas.

Como foi dito anteriormente, por ser uma obra que aborda um contexto político e social de tanta relevância como o do coronelismo, não prescinde de recorrer a registros que de certa forma ajudam a sustentar o enredo e conferir-lhe maior legitimidade. A coincidência entre datas, fatos e personagens da obra ficcional com acontecimentos reais só reforça a tese de que, ao tratar de fenômenos sociais ainda tão vivos na conjuntura social, a ficção buscará referências também no registro historiográfico.

E, no que se refere aos aspectos sociais da obra literária, Fábio Lucas (1970, p. 49-50) esclarece:

A rigor, toda obra literária que fixasse uma personagem (imitação do homem real) poderia, em sentido amplo, ser considerada de caráter social, inclusive *Robinson Crusoe*. Mas a nossa perspectiva é outra. Não nos interessa também certos grupos ou camadas sociais recolhidos pela ficção, simplesmente por traduzirem uma aglutinação, temporária ou permanente, de seres humanos. A perspectiva social será apanhada toda vez que a

personagem ou o grupo de personagens tiver seu destino ligado ao da sociedade global de que faz parte, sob o impulso das forças fundamentais que conferem historicidade às tensões entre indivíduos ou grupos.

Na obra de ficção em estudo, o destino dos personagens está diretamente vinculado à condução dos processos sociais pelos coronéis, senhores de terra e até de leis, verdadeiros comandantes políticos das regiões em que ocorrem os fatos norteadores da trama. Dessa maneira, o coronelismo e seus mecanismos de atuação determinam o destino dos moradores das regiões sob seu controle, e conseqüentemente sobre os personagens de *Os Cabras do Coronel*. Essa situação, portanto, confere à obra um aspecto social indiscutível, o que a aproxima de fatos históricos que contribuem para dar-lhe sustentação e até legitimidade no registro dos fatos ao longo da narrativa.

2.4. Ecos do sebastianismo

Na segunda obra da trilogia, *O Reduto*, continuam a se verificar os traços em comum entre história e ficção, porém com menos intensidade que na primeira obra. Trata-se de uma narrativa mais extensa, em que ocorre uma atenuação dos combates, dando-se mais ênfase ao processo de espera da população pelo coronel, que está em luta contra a Coluna Prestes. Essa espera produz pelo menos dois aspectos importantes na construção mítica do protagonista pelo narrador: de um lado, na sua ausência, multiplicam-se as histórias sobre os grandes feitos do coronel em mais uma grande batalha, movida por um motivo muito nobre, livrar a todos da “ameaça” da Coluna Prestes.

Por outro lado, constitui um traço sebastianista¹³ na condução narrativa, mostrando uma população inteira devotada a seu líder esperando por seu retorno, pela recondução do grande líder, tal qual Dom Sebastião era esperado pelos compatriotas, mas nunca regressou da batalha de Alcácer-Quibir. A angustiada espera se revela na passagem:

[...] a Vila não fazia outra coisa, não se preparava para outra coisa, não pensava em outra coisa, senão no regresso do Coronel, preocupação que

¹³ O Sebastianismo se tornou lenda de caráter político e religioso e teve, no Brasil, um importante seguidor: Antonio Conselheiro, o líder de Canudos. Segundo D’Onofrio (2005): “A lenda do Sebastianismo foi motivada pelo fato de que não foi encontrado o corpo do rei Dom Sebastião, derrotado na batalha de Alcácer-Quibir, travada pelo exército português contra os mouros, em 1573. A imaginação popular acreditou que D. Sebastião estivesse ainda vivo e escondido em algum lugar, ‘encoberto’, e que viria no momento propício redimir a nação lusa, anexada à Coroa espanhola em 1580”.

tomara conta de todos, sobrepondo-se e anulando as demais. Não se falava de nada, não se cogitava de coisa alguma, uma palha não era movida, que não fosse em função do esperado acontecimento. A expectativa do regresso era vivida por todos [...]. (O.R., p. 164).

Porém, ao contrário do nobre lusitano, o protagonista retorna em festa ao seu torrão, para a alegria e êxtase de seus seguidores, trazendo inúmeras histórias grandiosas de mais uma luta ganha e um poder cada vez maior sobre o seu território. O Sebastianismo, revelado na obra em análise pela manifestação da espera dos sertanejos pelo seu líder, fixou-se no Brasil com mais força em regiões mais distantes do litoral, conforme explica Aguiar (1999, p. 89):

A espera sebastianista, transposta para o Brasil pela *gente impressionável* dos primeiros tempos da colonização, crescida durante a implantação inquisitorial no reino, dera uma forma de convivência daquelas camadas profundas com as estruturas transplantadas, no plano religioso, mas também, no político e cultural. Por “atavismo” ficara intacta no sertão, enquanto no litoral se dissolvera em contato com outras raças e outras gentes (provavelmente o africano, cujas crenças não eram do tipo messiânico como a cristã).

A luta do Coronel e seus comandados contra a Coluna Prestes estabelece na narrativa mais pontos de aproximação entre literatura e história. Informações se cruzam entre ambos os discursos, chegando a ocorrer coincidência de fatos, datas e pessoas, como o momento em que as tropas do Coronel conseguem empurrar as fileiras da Coluna para a fronteira com a Bolívia. Tal fato acontece em fevereiro de 1927 (Drummond, 1999, p. 71), mesmo mês e ano relatados na obra de ficção:

Do outro lado da linha divisória é a Bolívia, e lá estão, igualmente acampados em barracas de campanha, os revoltosos. [...] Aquela era sua primeira noite de repouso, em quase oito meses de marchas e combates. Deixara a Vila no mês de junho do ano anterior, e há quase uma semana parlamentava com os rebeldes e com as autoridades de fronteira da Bolívia, com o objetivo de recuperar as armas do Exército Brasileiro, o que, finalmente, conseguira. (O.R., p. 104)

Mais adiante, complementando a informação anterior, o narrador relata: “O Coronel Franco, naquele ano de 1927, era um vigoroso sertanejo de quarenta e seis anos, tendo, ainda muito jovem, sucedido ao pai [...]”. (O.R., p. 107). Reunindo as informações anteriores, estando no de 1927, tendo o Coronel saído de Pilão Arcado oito meses atrás, em junho do ano anterior, chega-se a fevereiro de 1927, registro idêntico ao histórico: “Os homens de Horácio

de Matos e Franklin de Albuquerque, com seus líderes à frente, perseguiram a Coluna até sua saída do território brasileiro, em fevereiro de 1927”. (Drummond, 1999, p. 73).

As coincidências vão além. Na obra de ficção, o narrador faz referência à recuperação de armas em posse dos “revoltosos” da Coluna pelos jagunços do coronel. Macaulay (1977, p. 227) também registra esse fato em obra historiográfica:

No dia 4 de fevereiro de 1927, os 620 revolucionários brasileiros entregaram à guarnição de San Matias suas armas militares – 90 fuzis Mauser, quatro metralhadoras, dois fuzis automáticos e 8000 pentes de balas – e, de maneira formal, colocaram-se sob a proteção do governo boliviano. Foi quando os jagunços baianos irromperam através da fronteira boliviana em sua perseguição, só recuando para o Brasil depois que o governo da Bolívia protestou no Rio de Janeiro e depois que os bolivianos entregaram as armas que haviam tomado da Coluna Prestes ao coronel Franklin de Albuquerque.

Com o fim da luta, chega o momento de o coronel Franco retornar com seus jagunços a Pilão Arcado. O retorno, arduamente esperado pelos seus conterrâneos, também era um desejo do líder sertanejo, depois de tantos meses em combate: “Estirado na rede, o chefe sertanejo passava em revista os acontecimentos daqueles últimos seis dias, sentindo-se, intimamente, satisfeito por já poder voltar ao seu velho Pilão Arcado”. (O.R, p. 104). Após mais uma significativa vitória em sua vida de lutas e desafios constantes, chegava a hora de voltar para o “seu povo” e de colher as alfaías de mais um episódio que o fortalecia militar e politicamente.

O retorno para a Bahia, no entanto, foi demorado, tendo em vista que teria de ser feito em parte do caminho sob o ritmo lento do trotar de homens e animais e nos vapores do rio São Francisco, não menos morosos. Moraes (1984, p. 165) relata parte dessa viagem: “[...] os homens dos Batalhões Patrióticos seguem para Belo Horizonte e, de lá para Januária. Descem o São Francisco. Os que obedecem ao comando do coronel Franklin de Albuquerque vão ficando na Barra, Remanso, Pilão Arcado”. Enquanto isso, a cidade de Pilão Arcado se preparava para a festa do regresso de seus “heróis”:

As ruas, recobertas de bandeirolas de papel de cores várias, apresentavam um aspecto bizarro, com o vento-geral a agitar, fantasticamente, todo aquele emaranhado de cordões coloridos e bandeirinhas policrômicas. Na Rua da Várzea, onde ficava a casa do Coronel, além das bandeirolas de cores vivas, havia postes de carnaúba enfeitados de palmas, balizando o caminho por onde passaria o cortejo. Ao longo do percurso a ser percorrido pelo Coronel, três gigantescos arcos-do-triunfo tinham sido erguidos, e no centro de cada um deles um dístico saudava os heróis da terra. (O.R., p. 252)

A expectativa em torno da chegada do coronel e seus jagunços crescia a cada momento, enquanto toda a cidade aguardava pelo apito do vapor “Antonio Muniz”, que trazia a comitiva. A chegada do líder e seus jagunços foi muito festejada pelo povo de Pilão Arcado e pelos seus amigos e aliados. Do vapor, o coronel via “seu povo e a alegria que dele se apoderava” (O.R., p. 254). Seu retorno fecha o ciclo da estrutura de espera que se abatera sobre a cidade às margens do rio São Francisco, e inaugura a expectativa em torno da última parte da trilogia em estudo, substituindo a distensão dos acontecimentos verificada nesta obra por mais ação em novos embates contra inimigos políticos.

2.5. Entre a política e as batalhas

A narrativa que encerra a trilogia do coronelismo do escritor Wilson Lins retorna à característica comum do universo coronelista: o conflito. Nesta obra, as atenções do coronel se voltam para os conflitos mais próximos, depois de levar meses combatendo contra a Coluna Prestes longe de seus domínios.

Seu principal adversário, Torquato Thebas, líder político de Remanso, faz incursões sobre a cidade de Sento-Sé, comandada por correligionários do coronel Franco, tentando assumir o seu controle, mas não alcança êxito, uma vez que o reforço de homens e armamentos fornecido pelo coronel de Pilão Arcado contribui para a manutenção do poder instituído na cidade. Thebas, então, decide dar uma cartada decisiva, planejando a morte de seu maior inimigo. O assassinato não se consuma, e em Remanso explode a guerra, graças aos embates entre as forças do chefe local e os aliados de Franco.

A batalha final da trilogia se inicia graças a mais um ato de truculência dos jagunços de Thebas, que destruíram um estabelecimento comercial de um protegido de Honório Campinho e Ormuth Castelo, opositoristas do líder de Remanso e, portanto, aliados do coronel Franco. O fato, por si só, não seria suficiente para causar uma batalha tão grande como a que aconteceria em seguida, mas a tensão entre as forças políticas locais precipitaria o combate:

Em outra oportunidade qualquer, o fato não teria maiores consequências, mas como a cidade vinha de há muito vivendo sob grande tensão, com a jagunçada de Thebas a promover toda espécie de arruaças pelas ruas, o que poderia ter sido resolvido com uma simples reprimenda do delegado ou

mesmo do comandante do destacamento, ganhou proporções, provocando a deflagração da guerra entre as duas facções. (R.V., p. 213)

A guerra entre as forças inimigas se intensificou com a chegada dos reforços vindos de Pilão Arcado, inclusive com a presença do coronel Franco no campo de batalha, para se juntar aos seus aliados em Remanso contra Thebas e seus jagunços. As lutas foram sangrentas e intensas, conforme o relato do narrador:

Era meio-dia, no varzedo que separa o Remanso do capão. Há vinte e seis horas, situacionistas e opositoristas trocavam tiros naquele raso e arenoso pedaço de alagadiço. [...] Depois de vinte e seis horas de combates, que só se tornaram menos encarniçados durante a noite, os jagunços de ambos os lados, naquele nubloso meio-dia, entre um tiro e outro, permutavam xingamentos através do valejo. (R.V., p. 222-223).

A luta relatada no livro tem registro histórico, inclusive com detalhes que aproximam a narrativa ficcional da histórica, reforçando essa característica já presente nos dois primeiros livros da trilogia:

O recrudescimento entre Leobas e os partidários dos Cels. (sic) José Castelo e Olímpio Campinho, perseguidos de todas as formas pelo chefe local, originou a luta de fevereiro de 1930, aqui em Remanso, entre forças do Cel. Franklim de Albuquerque, amigos e parentes do Cel. José Castelo Branco contra as forças de Francisco Leobas na escaramuça ocorrida no Capão de Cima, com mortes de ambos os lados. (Santos, 2005, p. 34).

Além da semelhança flagrante entre o nome do antagonista da obra ficcional, Thebas, e o nome do opositorista de Franklin de Albuquerque em Remanso, Leobas, já relatada no item anterior, percebem-se outras coincidências entre o relato histórico e o ficcional. Os sobrenomes dos aliados do coronel de Pilão Arcado são os mesmos, e também o local dos combates (Capão).

O sangrento combate só terminaria com a interferência do governo estadual. O governador enviou para a região um delegado especial, que ficou responsável por cessar os embates e arquitetar um acordo entre os litigantes. Na obra em estudo, a comunicação do envio do representante do governo se deu por um telegrama enviado ao coronel Franco:

- Cel. Franco leal, Pilão Arcado, Bahia. Apelo eminente conterrâneo sentido fazer cessar qualquer ação bélica contra Remanso até chegue àquela cidade Dr. Chagas Júnior vg delegado-especial acabo nomear inspirado propósito promover pacificação família remansense Pt Espero toda colaboração sua parte pt Cordiais saudações – Vital Soares vg Governador Estado. (R.V., p. 241)

A presença do delegado especial também é registrada no discurso historiográfico, com uma pequena alteração no nome do emissário: Chagas Filho. Também é destacada sua importância no sentido de garantir a paz na cidade de Remanso:

A trégua entre ambas as facções foi conseguida pelo delegado especial vindo de Salvador, na ocasião, chamado Dr. Chagas Filho, que após obter a paralisação do conflito, assegurou proteção às partes envolvidas, dando por terminada a sua tarefa de apaziguar os ânimos na região. (Santos, 2005, p. 34)

O final da última obra da trilogia aponta para mais um retorno heróico do coronel Franco à sua querida Pilão Arcado. Apesar de a batalha contra Thebas não ter tido um vencedor, o narrador indica o maior prestígio de Franco, que garantiu uma vida mais tranquila, sem perseguições, para seus correligionários em Remanso.

Remanso da Valentia, apesar de em menor intensidade que nas duas obras anteriores, relata situações em que a ficção e a história se aproximam e exibem dados e informações quase idênticos. Esse fato ratifica o quanto a trilogia do coronelismo de Wilson Lins utiliza-se um discurso ficcional, mas amparado nas referências históricas e biográficas do autor.

O coronelismo marcou o século XX no Brasil, mais precisamente o Nordeste, onde esse fenômeno se manifestou com mais intensidade e maior amplitude. Obras de ficção como aquelas escritas por Wilson Lins trazem este tema como referência para a narrativa ficcional, apresentando esse importante momento da história do país, ajudando a refletir sobre os mecanismos e consequências da atuação dos chefes locais e como esses fatos influenciam a estrutura política nacional até os dias de hoje.

Além do fato de abordar um tema tão importante no âmbito social da nação, a obra do jornalista baiano merece destaque também por associar, de forma coerente, fatos comprovadamente reais, como já foi visto, constantes dos registros históricos, a uma narrativa de ficção vigorosa, dando conta do universo dos coronéis e sua influência, das pessoas que os cercavam e das inúmeras batalhas que travavam pelos sertões da Bahia. Se, conforme propõe Jacques Leenhardt (2000, p. 22), “o historiador pode analisar as idéias gerais que dominam uma época. O romancista deve encarná-las nos personagens”, assim foi feito com êxito pelo autor das obras aqui analisadas, deixando entrever, ao longo da sua narrativa, linhas marcadamente tênues entre o registro literário e o registro histórico.

CAPÍTULO III

TENSÃO E NEGOCIAÇÃO ENTRE PODERES

3.1. O Coronel: representação de poderes

No Brasil, principalmente na região Nordeste, o coronel representou, durante décadas, a concentração de poderes da esfera social. O chefe local concentrava o poder econômico, político, cultural e de polícia. Nada escapava ao seu controle nos locais sob sua vigilância. Tal controle amparava-se numa estrutura formada pela combinação entre concentração fundiária – o que lhes conferia considerável acúmulo de riquezas – e influência política.

Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas. Esta ascendência resulta muito naturalmente da sua qualidade de proprietário rural. A massa humana que tira a subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono. Diante dela, o “coronel” é rico. (Leal, 1997, p. 42-43)

Todo o poderio atribuído aos coronéis, como já foi dito antes, tem relação também com a política de distanciamento mantida pelos governantes em relação às regiões cujo controle cabia a esses chefes locais. Assim, fortaleciam seu poder regional, atuando muitas vezes como “representantes” desses políticos, que não precisavam, desse modo, frequentar lugares distantes aos quais só se chegava por estradas precárias ou por longas horas de viagem de barco ou trem.

Apesar de serem vistos como protetores ou benfeitores pelos seguidores e aliados locais, os coronéis construíram uma história repleta de episódios de violência, truculência e concentração fundiária, estabelecendo constantes conflitos contra inimigos, governos e até contra a Justiça para defender seus interesses. Esses episódios causaram a expulsão, agressão e até morte de muitos que de alguma maneira se opunham à ordem estabelecida por esses chefes. Como relata Nilton Freixinho (2003),

A memória sertaneja guarda profundas e intensas recordações da atuação dos “coronéis” no sertão nordestino. O que prevalece em grande parte é a impressão de mandonismo com que pautavam suas atitudes no relacionamento com a comunidade sertaneja. Embora reconhecendo um comportamento paternalista, os testemunhos fazem carga aos coronéis como espoliadores das massas sertanejas, enquanto latifundiários, fazendeiros e chefes políticos. (p. 217-218)

Mais que na condição de “latifundiários, fazendeiros e chefes políticos”, eram como verdadeiros generais de guerra que os coronéis faziam jus ao título que lhes fora concedido pela antiga Guarda Nacional¹⁴. Atuavam como estrategistas que, participando ou não fisicamente dos embates, mostravam interferência direta e eficiente no seu desenrolar. Suas atuações eram determinantes para o sucesso ou fracasso de suas contendas.

Os coronéis possuíam grandes exércitos particulares, dotados de armamentos e táticas de guerrilha, como mostra Moraes (1963, p. 98): “os jagunços de Horácio de Matos trazem a experiência magnífica das guerrilhas, portam todos os tipos de armas de guerra – a *comblaim*, o rifle *papo-amarelo*, o fuzil *Mauser*, o *parabélum*”. Os comandantes regionais exerciam sobre seus comandados um poder que muitas vezes ia além da hierarquia militar:

[...] todo o sertão estava armado, e não era só na Bahia, mas em todo o Brasil, onde os coronéis mantinham verdadeiros exércitos, que em muitos casos eram mais bem armados e municiados que as Polícias estaduais, e constantemente, eram chamados a ajudar os governos dos Estados e o próprio governo federal e debelar revoluções e levantes militares. (Lins, 1964, p. 37).

Esse considerável poderio conferia aos chefes locais um grande respaldo nas lutas entre si e mesmo contra as determinações da Justiça, se esta não estivesse de acordo com os seus interesses, em busca de fortalecer seu controle político e econômico na região. Os exércitos dos coronéis estavam bem armados e, assim como os oficiais, dispostos em uma hierarquia própria: um posto abaixo do comando, estavam pessoas de sua confiança, que por sua vez comandavam, cada um, uma turma de jagunços que, ao chamado dos coronéis, engrossavam as fileiras de seus pelotões. Esses jagunços muitas vezes eram pessoas simples, mas que, em caso de necessidade, prontamente pegavam em armas e iam à luta em defesa do seu comandante.

O poder atribuído aos coronéis mostra-se na medida em que, na condição de chefes locais, atuam em substituição ao poder de Estado, comprovando a tese de que este não seria o único detentor desse poder, conforme declara Foucault (2007):

¹⁴ A maioria dos coronéis do Nordeste tinha esse título concedido pela Guarda Nacional: “Não era raro descobrir num município do sertão que o fazendeiro mais poderoso era um coronel, o principal comerciante da cidade era tenente-coronel, o funcionário público era major, um dono de loja era capitão e o dono da hospedaria era tenente. Até 1917, quando a Guarda [Nacional] passou a força de reserva (exército de segunda linha), um título servia de um bom barômetro do *status* de uma pessoa na comunidade. Os potentados locais sempre conseguiam obter nomeações, e muitos deles ocuparam diversos cargos, à medida que se impunham na política local.” (Pang, 1979, p. 30)

Haveria um esquematismo a evitar [...] que consiste em localizar o poder no aparelho de Estado e em fazer do aparelho de Estado o instrumento privilegiado, capital, maior, quase único, do poder de uma classe sobre outra classe. De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. (p. 160)

É importante lembrar que os coronéis das obras de Wilson Lins aqui analisadas não exerciam cargos políticos, por isso não podem ser considerados como a representação efetiva do Estado. Sua influência política é marcante, muitas vezes os governantes se configuravam como seus comandados, mas esses chefes locais de fato atuavam como um poder para fora do Estado, por muitas vezes até mais forte que esse, mas representando aquilo que Foucault aponta como “exercício de poder que vai muito mais longe”. Nesse sentido, Foucault (2007, p. 221) ainda afirma que “O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado”. O poder, portanto, não está concentrado apenas no Estado, a influência dos coronéis sobre os seus comandados é uma prova inequívoca disso. Essa influência muitas vezes contradiz o próprio ordenamento jurídico, afronta as leis, seguindo normas próprias, convencionadas de acordo com os seus interesses.

O poder é amplo, representado como um complexo fenômeno social. Na conjuntura social e política apresentada pelas obras em análise, aos coronéis cabia o absoluto controle desse poder nas regiões em que vivia, diante de seu poderio bélico, econômico e político. Sua rede de influência se constituía volumosa e bem articulada, relacionando a atuação política com a dominação econômica e com o indiscutível efeito moral causado pelo poderio bélico. A condição de grandes proprietários de terras os aproximava dos políticos da capital, que muitas vezes eram responsáveis pela manutenção dos exércitos, seja pelo fornecimento de armas, seja pela permissão tácita para que eles continuassem existindo em paralelo às forças policiais públicas.

A concepção de poder como fenômeno, segundo Chalita (1999), compreende pelo menos dois momentos distintos:

[...] o fenômeno do poder possui dois momentos: existe enquanto luta pelo poder e enquanto situação estabelecida. Assim, a abordagem pode variar também quanto ao momento em que o fenômeno do poder é considerado. Podem ser tratadas as formas e os meios de se alcançar o poder, ou como deve agir e se portar quanto ao poder aquele que já o detém. (p. 10-11)

Franco Leal e Torquato Thebas, principais coronéis das obras em análise, representam bem a declaração acima: ambos lutam pelo poder e defendem as suas condições de detentores do poder. Buscam dominar um ao outro, e conseqüentemente ampliar sua influência, conquistando os lugares e o que eles representam política e economicamente. E, conforme afirma Chalita (1999, p. 12), “O poder não é uma coisa, e sim uma relação; não existe senão na medida em que há dominação e influência”.

Para manter o poder, porém, os coronéis usam da força como elemento principal. A atitude coercitiva, muito constante no contexto do coronelismo, representa uma declaração de poder: quanto mais corajoso, valente, rude e até cruel, mais desperta em aliados e inimigos o respeito e principalmente o temor. A devoção e admiração dos aliados pelo Coronel Franco, nas obras em análise, decorre, anteriormente, de uma relação de respeito, conquistada principalmente em decorrência da atuação firme do líder diante dos seus inimigos, das punições exemplares àqueles que o traem, das soluções rápidas e efetivas para os problemas, mesmo que isso represente mandar matar ou surrar alguém por discordar ou agir ao contrário das normas impostas pelo coronel.

Trata-se, portanto, a relação do coronel com os seus comandados e inimigos, de uma relação baseada antes de tudo no temor, que garante ao chefe maior certeza de fidelidade de seus seguidores e mais cautela de seus adversários. Como explica Maquiavel:

Os homens têm menos receio de ofender a quem se faz amar do que a outro que se faça temer; pois o amor é mantido por vínculo de reconhecimento, o qual, sendo os homens perversos, é rompido sempre que lhes interessa, enquanto o temor é mantido pelo medo ao castigo, que nunca te abandona. (2008, p. 80)

Além das análises histórico-sociológicas do poderio e influência dos coronéis, a literatura de ficção brasileira também traz farto registro da presença e atuação desses chefes locais, mais notadamente em diferentes espaços do nordeste do Brasil. O sertão é o “locus” preferencial de Wilson Lins, mas a temática se distribui geograficamente através da abordagem de diversos autores, a exemplo de José Lins do Rego, que a retrata na região da Zona da Mata; Herberto Sales nas Lavras Diamantinas da Bahia e Jorge Amado na região cacauzeira, ao sul da Bahia.

Os poderes dos coronéis estão registrados por José Lins do Rego em sua obra *Fogo Morto*, na figura do coronel José Paulino, homem rico, poderoso e de forte influência política. Sua dominação se amparava no uso da força e da arregimentação política, ajudando a ampliar a sua riqueza: “Pela estrada iam passando os dez carros do Coronel José Paulino para a

estação. Enchiam a tarde de uma cantoria de doer nos ouvidos. Vinte juntas de bois, dez carreiros, cinqüenta sacas de lã”. (Rego, 1983, p. 29) O vizinho coronel Lula de Holanda, representante da aristocracia arruinada dos engenhos, apesar de franca decadência econômica, encontra influência suficiente para lhe prestar aliança política:

Uma tarde apareceu-lhe o Coronel José Paulino para lhe falar de eleições. Conversou com o vizinho com a maior franqueza. [...] Não iria mais às eleições. Mas o Coronel José Paulino pedia-lhe então que deixasse que os seus eleitores o acompanhassem no pleito. Consentiu. (Rego, 1983, p. 164)

Na obra *Cascalho*, Herberto Sales traz mais um retrato de coronel, ligado à exploração de diamantes nas lavras Diamantinas da Bahia, na região de Lençóis. O coronel Germano, poderoso explorador de diamantes, tinha trabalhando para si uma legião de garimpeiros, que se sujeitavam às mais perigosas condições de trabalho e a uma divisão extremamente desvantajosa dos minerais encontrados por conta da riqueza do coronel e da truculência de seus jagunços. O poder econômico, obtido através da exploração de diamantes, garantia ao coronel o domínio da maioria dos garimpos da região:

Sabendo que seu garimpo era o único a comportar na seca um número ilimitado de garimpeiros, o Cel. Germano sorria intimamente. Ah, o seu Paraguaçu!... Léguas e léguas de serra que lhe pertenciam por documentos passados em cartório, selados e garantidos por lei, e que estavam guardados dentro daquele canudo de folha-de-flandres, que era como o seu cetro de rei dos diamantes. (Sales, 1966, p. 16)

Jorge Amado, por sua vez, relata o enorme poder do coronel Horácio Silveira, em *Terras do Sem Fim*¹⁵. O coronel, que foi tropeiro e empregado de uma fazenda, enriqueceu plantando cacau. Ajudou a construir a capela de Ferrada e a Igreja de Taboca, consolidando sua força política e sua condição de benfeitor. Na região de Ilhéus corriam várias histórias sobre ele, até mesmo que guardava o diabo preso numa garrafa embaixo da sua cama. Porém, outra história apresentava uma ideia do poder que o coronel possuía naquela região:

O dr. Rui, quando bebia demasiado, gostava de lembrar a defesa que certa vez fizera do coronel num processo de há muitos anos passados. Acusavam Horácio de três mortes e de três mortes bárbaras. Dizia o processo que não contente de ter matado um dos homens, cortara-lhe as orelhas, a língua, o nariz, e os ovos. O promotor estava comprado, estava ali para impronunciar o coronel. Ainda assim o dr. Rui pudera brilhar [...]. Fizera o elogio do

¹⁵ Para Margarida Fabel, este romance “tem na luta pela posse das matas do Sequeiro Grande o seu fio dramático-narrativo. Horácio da Silveira, de Ferradas e Sinhô Badaró, de Ilhéus são seus heróis. Esse livro assenta para sempre o poder, a força e a ambição dos coronéis. Aliás, esses dois personagens deixam de ter um sentido individualizante para simbolizar mesmo o Coronel das terras do cacau”. (Fabel, 1994, p. 74-75)

coronel, um dos fazendeiros mais prósperos da zona, homem que fizera levantar não só a capela de Ferradas, como ainda agora começava a levantar a igreja de Tabocas, respeitador das leis, por duas vezes já vereador em Ilhéus, grão-mestre da maçonaria. Um homem destes poderia por acaso praticar tão hediondo crime? (Amado, 2006, p. 51)

A abordagem dos coronéis na literatura brasileira é mais marcante entre escritores nordestinos, mais próximos da realidade sociocultural do coronelismo. É o que acontece na ficção de José Lins do Rego, conforme atesta Carlos Nejar: “A respeito do mundo dos coronéis no Nordeste, de que tanto se vale Zé Lins do Rego, cabe assinalar a supremacia social e política desses grandes senhores [...]” (2007, p. 311). Wilson Lins insere-se com propriedade, tendo em vista a detalhada apresentação de aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais do coronelismo, numa linhagem de escritores nordestinos que tratam do coronel na obra literária, porém sem deixar de contextualizá-lo social e historicamente, aproximando realidade e ficção e contribuindo para a discussão acerca de um fenômeno social tão importante para a história do país.

3.2. Tensão entre poderes

Num meio em que o coronel representa e centraliza tantos poderes, não é incomum que existam conflitos e tensões no sentido de conquistar/preservar/ampliar os poderes estabelecidos. Assim, não são raras as situações nas obras em análise em que os coronéis se deparam com a necessidade de lutar pelos seus interesses, desafiando adversários e até a Justiça para defender os seus objetivos.

A tensão entre chefes locais se dá, principalmente, no plano político, em situações em que o poderio bélico de cada chefe é posto em prova nos embates entre eles no sentido de conquistar ou ampliar territórios e espaço de mando político, ou preservá-los, quando já os possuem e se veem em risco de perdê-los por ação de um coronel adversário. Freitas (2005), sobre esse aspecto, declara:

A ausência do poder constituído, que apenas dava forma à sua existência durante a cobrança de impostos, permitiu a multiplicação dos conflitos. Disputas pela posse de terra, guerra comercial pelo domínio de mercados e disputas políticas pelo controle do poder local e da representação regional estiveram entre as causas mais repetidas para a ocorrência dos enfrentamentos. (p. 34)

Sob a mesma ótica, o coronel entra em confronto com a Justiça quando não vê contemplados por ela os seus interesses, e age no sentido de fazer valer a sua força, mesmo que desafiando as leis, o ordenamento jurídico e os representantes do Poder Judiciário.

3.2.1. Os coronéis lutam entre si

Em *Os Cabras do Coronel*, a disputa entre os chefes locais se focaliza na rivalidade entre o coronel de Pilão Arcado e os coronéis Thebas, de Remanso e o grupo dos Moreiras, do Parnaguá, na fronteira com o Piauí, mas nas demais obras que compõem a trilogia tais conflitos se intensificarão entre os coronéis de Remanso e Pilão Arcado. A fuga do cabo-de-turma Domingos Amarra Couro, homem de confiança do coronel de Pilão Arcado, causara no chefe local uma grande revolta, motivo pelo qual designou um grupo de jagunços para caçá-lo e trazê-lo de volta. Domingos havia fugido, cansado da vida de jagunço, e desejava viver a vida em paz ao lado de Doninha Calango, e para isso fez um acordo com os Moreiras do Parnaguá. Em troca dos serviços prestados a eles, seguiria para São Paulo, viver com sua Doninha.

O relato de vida de Domingos ilustra os constantes conflitos nos quais os coronéis se envolviam, por razões econômicas e políticas, motivos que os jagunços não conseguiam compreender:

E há cinco anos vivia em segurança, cumprindo as ordens do coronel, que estava sempre em guerra, ora com o governo do Estado, ora com algum chefe de outro município. Não entendia nem procurava entender os motivos daquelas constantes guerras dos coronéis, mas estava certo de ter escolhido bem o seu chefe, pois estava satisfeito com a vida que levava, e em cinco anos, de simples cabra, ascendera a cabo-de-turma, e há dois anos que era um dos lugares-tenentes do senhor de Pilão Arcado. (C.C., p. 15)

Maior rival do coronel de Pilão Arcado, Torquato Thebas era o chefe político de Remanso. Nutria um grande ódio pelo chefe vizinho, e articulava com seus aliados as maneiras de enfrentar o arquiinimigo. Ao seu lado estava Ciro Alves, o homem forte de sua política na região. Ambos se indignavam com o poder do coronel adversário, apesar de não estar alinhado com as forças políticas da capital. Não por acaso, o núcleo de Thebas, ao longo de toda a trilogia, aparece de forma truculenta ou ridicularizada, sempre demonstrando

indignação e descontrole diante das ações bem sucedidas do grande protagonista das obras. Um grande herói necessita de um grande adversário, e a tenacidade e persistência de Thebas, aliadas às suas características negativas, como o descontrole emocional, contribuem significativamente para reforçar a imagem heróica do coronel de Pilão Arcado, mais tarde chamado de Franco Leal, representando o lado positivo do maniqueísmo estabelecido pelo autor nas narrativas em estudo¹⁶.

Ao longo da primeira obra da trilogia, são realizados vários embates entre os jagunços dos coronéis em lugarejos próximos a Pilão Arcado e Remanso e à divisa entre Bahia e Piauí. Entre as cidades vizinhas, houve vários confrontos, como o que aconteceu em Riacho Raso, um pequeno lugarejo, quando as forças de Franco Leal subjogaram os jagunços de Thebas, numa batalha brutal e cheia de sangue: “O morticínio foi grande. Cabras houve que foram alvejados em cima das árvores secas, para onde haviam trepado na hora do pânico, e delas despencavam aos gritos, abatidos a tiros pelos sitiantes” (C. C., p. 57). Na divisa entre estados, jagunços de Pilão Arcado e dos Moreiras, de Parnaíba, se enfrentaram em espetáculos não menos violentos: “Uma saraivada de balas caiu de inopino sobre eles [...] os cabras de Pilão Arcado responderam ao fogo. E em segundos nutrida fuzilaria enchia a caatinga” (C. C., p. 121). Mais adiante, um novo conflito na fronteira com o Piauí demarcaria a defesa do lugarejo de nome Morro da Cabeça no Tempo, pelos jagunços de Franco Leal. Apesar da grande quantidade de jagunços dos Moreiras, a tropa de Pilão Arcado colocou-os para correr, assegurando a posição e o domínio sobre o lugarejo.

As lutas entre coronéis são constantes em toda a trilogia. Já na primeira obra, vários são os episódios em que os jagunços disputam no tiro e na faca pelos interesses de seus chefes. Enquanto isso, a população, vivendo em meio às privações da seca e às atribulações das enchentes, convive com essa realidade árdua: “[Facundo Boi] ia remando com gosto, sem pensar na vida dura que o povo da ribeira levava, lutando contra as secas e contra as enchentes, em meio à guerra sem tréguas dos coronéis do barranco” (C. C., p. 69). Para enfrentar tantas batalhas, os coronéis contavam com exércitos numerosos e bem armados, tendo os jagunços como soldados na linha de frente, e os aliados como força de apoio em casos de necessidade, como se explica na fala de Antonio Borja, aliado do coronel Franco em Remanso:

¹⁶ “A perspectiva idealizada pelo narrador da trilogia traz [...] um posicionamento político, traduzido na forma como são caracterizados o Coronel [Franco] e o seu antagonista, Torquato Thebas. Aquele é apresentado como homem grandioso e justo, e este como vilão, capaz dos piores artifícios para atingir seus intentos”. (Valverde, 2002, p. 75)

[...] quase dois mil homens ou mais de dois mil homens estão em armas, no município de Pilão Arcado, mas da seguinte forma: todo cidadão amigo do Coronel tem seu fuzil em casa, com seu bernal cheio de bala, e quando o Coronel precisa de dez, de cem, de duzentos, de quinhentos homens, é só dizer que precisa e de cada casa, na Vila ou no interior, espirra gente de fuzil na mão. (C. C., p. 86)

A última batalha entre coronéis registrada nessa obra, não foi, porém, travada entre exércitos e suas munições: foi política. Na iminência de estourar um conflito entre os coronéis rivais em Remanso, porquanto Thebas ameaçava os correligionários de Franco Leal em Remanso, a Coluna Prestes adentra o território baiano, e o Governo Federal solicita o apoio dos chefes locais da região no combate aos rebeldes da Coluna. Numa bem articulada estratégia, o coronel de Pilão Arcado consegue alcançar um duplo resultado positivo com a situação:

Concordando em ir ao encontro dos rebeldes, o Coronel impôs como condição não ser permitido que o seu inimigo do município vizinho colaborasse na luta. Aceita a condição do Coronel, imediatamente pôs-se ele em ação [...]. O papel que seu rival de Pilão Arcado passou a desempenhar no combate aos revoltosos deixou Torquato Thebas cheio de cólera e despeito, vendo seus planos irem por terra, uma vez que o Coronel, além de exigir que ele não participasse da luta, solicitou e conseguiu que fossem dadas garantias aos seus amigos em Remanso. (C. C., p. 166).

No segundo volume da trilogia, *O Reduto*, há uma distensão dos acontecimentos e um conseqüente arrefecimento dos combates entre chefes rivais registrados na obra anterior por ocasião da campanha de Franco Leal e seus jagunços contra a Coluna Prestes. Porém, mesmo diante da ausência do coronel protagonista, a disputa entre os jagunços ainda se faz marcante na narrativa, seguindo as orientações do chefe: “As brigas daqui correm todas por conta do Coronel. Ele é quem determina as horas de brigar e com quem brigar. [...] O chefe está fora, mas sua lei continua vigorando” (O. R., p. 62)

No entanto, o narrador aponta os objetivos do coronel Franco para outra direção – a de descansar ao fim da luta contra Prestes, dar fim às constantes batalhas:

Aspirando prestígio, não tinha em mente senão poder viver em paz, sem a necessidade diária de ter homens em armas, para se defender e aos que lhe eram caros. Ao aceitar o convite do governo federal para combater Prestes, a única recompensa que exigiu foi a de poder viver sossegado, quando voltasse. (O. R., p. 107)

A narrativa apresenta uma explicação sobre como Franco Leal chegou ao poder em Pilão Arcado. Desde muito jovem, Franco sucedeu o pai ao lado das forças que combatiam os

Torres, que até então dominavam o município, ganhando a admiração dos seus pares pela forma como administrava fazendas e negócios deixados pelo pai, além da política local. O ponto crucial, que marcou a ascensão definitiva do então jovem líder, ocorreu na noite de 25 de fevereiro de 1918. Os membros da família Torres e seus jagunços, do alto da torre da Igreja e do Quartel, despejaram artilharia pesada contra a casa de Franco. Com a ajuda de amigos como Berto Lopes e João Gualberto, conseguiu resistir ao ataque até a manhã do dia seguinte, quando chegaram reforços vindos das fazendas de amigos do chefe atacado, invertendo a situação estabelecida: os que atacavam tinham agora de se defender.

A batalha se encaminhou, depois de muito sangue e munição derramados, para o cerco aos Torres, que foram perdendo suas posições na igreja e no quartel, de onde atacavam a casa de Franco:

O sol já estava alto, quando os últimos ocupantes da igreja foram varridos de lá. Nas ruas da vila, a luta se generalizava, com os cabras das duas facções a se espingardearem raivosos, de beco em beco, de esquina em esquina, não tardando que os combates se travassem dentro das casas, numa fúria incrível. No auge da carnificina, uma bandeira branca, despejando nervosamente, foi içada no alto do telhado da casa do coronel José Joaquim Malheiros Torres. Tomando conhecimento do pedido de paz lançado pelos adversários, Franco Leal deu ordem de cessar fogo. (O. R., p. 111)

Freitas (2005, p. 32-33) assinala que “As guerras eram preparadas com todo o rigor, e os derrotados, quando sobreviviam, eram obrigados a abandonar a cidade, juntamente com os amigos, levando todos os pertences [...]”. E assim aconteceu: ao fim da batalha, foi assinado um acordo que previa a retirada de todos os membros da família derrotada de Pilão Arcado, dando garantias para que saíssem em paz, o que teve início vinte e quatro após o fim dos combates, levando móveis, roupas, mercadorias de suas lojas, gado, enfim, tudo o que lhes pertencia, uma vez que o coronel Franco não admitiu que nada dos derrotados ficasse na Vila “para que eles, mais tarde, não dissessem que tinham sido roubados” (O. R., p. 111). Assim, Franco Leal assumiu definitivamente o poder sobre Pilão Arcado e região, à custa de muitas lutas, construindo o mito que o narrador não se furta em exaltar ao longo de toda a trilogia estudada: “Ninguém sabe quantos morreram, de parte a parte, nos sangrentos combates daqueles poucos dias. O certo é que a coisa foi feia, encheu o Vale, fez a fama do jovem chefe, e um mês depois estava na boca de todo mundo [...]”. (O. R., p. 112)

Um novo conflito se anuncia: o Morro da Cabeça no Tempo, alvo de disputas pelos jagunços de diversos coronéis nas três obras em estudo, havia sido tomado por João do Lago, cabecilha dos Moreiras, do Parnaguá. A resposta dos jagunços de Franco não demorou: com

Jerônimo Afro no comando, os jagunços foram em direção ao lugarejo e promoveram mais uma sangrenta batalha contra João do Lago e seus comandados. A descrição da cena revela o tamanho da carnificina que se instaurou no meio do sertão:

[...] atacantes e atacados, enlouquecidos, no mais furioso corpo-a-corpo, em que valia tudo, e só a vida não valia nada, misturavam-se como labaredas de um mesmo incêndio, matando-se a tiros, punhaladas, coronhadas de fuzil, sendo impossível imaginar-se alguém saindo dali com vida. (O. R., p. 217)

O embate foi vencido por Jerônimo Afro, reconquistando o Morro para o controle do coronel Franco Leal. Muitos foram os mortos, de ambos os lados, numa trilha de sangue que se multiplicava a cada vez que os interesses dos coronéis se cruzavam pelo sertão, conforme se pode perceber nos combates, que se multiplicam nas narrativas em estudo, pelo controle de vilarejos a mando dos chefes locais.

A rivalidade entre Franco Leal e Torquato Thebas tem uma origem política: os chefes eram amigos, mas por conta da influência de Franco no apoio aos Campinhos e Castelos, inimigos de Thebas, este se aliou ao governo estadual no sentido de agir contra o coronel de Pilão Arcado, temendo que ele conseguisse fazer com que seus inimigos tomassem o poder em Remanso. Aproveitando que o deputado Raul Alves, chefe da família Sento-Sé, rompeu com o governo do Estado, Thebas se articula para controlar a cidade de Sento-Sé, que estava sob o controle do coronel Janjão, primo e amigo de Raul, e amigo do coronel Franco.

O coronel Franco acabara de chegar da campanha contra a Coluna Prestes, com a cidade em festa, e já na recepção recebeu a notícia de que Thebas planejava tomar de assalto a cidade de Sento-Sé. De imediato, promete ao amigo, coronel Janjão, chefe daquela cidade, todo o apoio necessário para resistir aos ataques promovidos pelos jagunços do coronel de Remanso. Está anunciado, então, um grande conflito entre os principais rivais da trilogia, tendo o município de Sento-Sé como cenário.

A última obra da trilogia começa mostrando a invasão de Sento-Sé empreendida pelo coronel Torquato Thebas, que tinha data definida: oito de junho, dia em que todos os moradores da cidade aguardavam temerosos pelo ataque. No entanto, a defesa arquitetada pelos homens do coronel Janjão prometia resistir bravamente às investidas dos jagunços invasores. Em *Remanso da Valentia*, o narrador explica a origem daquela disputa entre os chefes de Remanso e Sento-Sé:

Aquela luta vinha de 1923. Primo e amigo do coronel Janjão, intendente e chefe político do município, mantivera-se fiel à sua liderança no momento em que ele resolveu acompanhar um outro parente, o deputado federal Raul

Alves, no seu rompimento com o governo do Estado. Desde então, nunca mais Sento-Sé teve paz, mas fora a partir de 1926 que a situação se agravara, com o chefe de Remanso entrando na briga, ao lado do governo, na esperança de ficar dono de tudo que pertencesse à família de Raul. (R. V., p. 12)

A invasão dos jagunços de Thebas não ficou na promessa: na madrugada do dia anunciado, os tiroteios começaram, com os invasores sob o comando de Zé de Andrade, um dos mais importantes jagunços do chefe de Remanso. O ataque, porém, não obteve êxito: logo após o início do embate, Janico, jagunço do coronel de Sento-Sé, concentrou seu ataque sobre o líder da invasão, acertando-o e matando-o. A morte de Zé de Andrade apavorou seus comandados, definindo a derrota dos invasores, que atordoados, bateram em retirada:

A morte espetacular do comandante do ataque eletrizou os defensores da praça, que aos gritos, transfigurados pelo júbilo, atiravam-se com renovado entusiasmo sobre os inimigos atônitos, fuzilando-os, sangrando-os, numa arremetida fulminante, incontrolável. Morto o chefe, os cabras do Caruá perderam a fé e a coragem, e, ante a fúria da investida dos quebra-facas locais, largaram as armas no chão, metendo-se pela macambira unhenta, na mais desordenada fuga. (R. V., p. 14)

A notícia do fiasco logo chegou ao coronel Thebas, que, transtornado resolve mudar de estratégia: decidira atacar, ao invés da Vila, lugarejos e fazendas de correligionários do coronel Janjão, como forma de vingar a morte de seu cabo-de-turma e o fracasso na invasão a Sento-Sé. Visando proteger seus amigos, assim como já acontecera em *Os Cabras do Coronel*, quando teve de arquitetar um cerco e ameaçar invadir a cidade para garantir a segurança dos seus aliados em Remanso, o coronel Franco Leal contra-ataca: manda seus jagunços para impedir que Seráfico e Pombo, cabras de Thebas, arregimentassem reforços para cumprir as ordens do chefe de Remanso. A contra-ofensiva deu resultado, com os jagunços tomando os lugarejos de Brejo da Bazida, controlado por Seráfico, e Tabuleiro Alto, reduto de Pombo. Os dois subordinados a Thebas fugiram. No entanto, a luta pela posse do Brejo da Brazida não havia terminado. A luta entre os cabras de Thebas continuava, vitimando muitos deles, até que Otacílio Piqui, de posse da metralhadora, encurtou a batalha com autoridade: “Como a ‘costureira’ vinha carregada, ele só demorou mesmo o tantinho de tempo de escolher um bom lugar para se aninhar com ela: assestando-a sobre as linhas inimigas, fê-la cuspir fogo com gosto e ligeireza” (R. V., p. 89). Diante da poderosa arma, manejada com habilidade por Otacílio, restou aos adversários a morte ou a fuga:

Sem mais tardança, a metralhadora de Otacílio começou a cuspir fogo sobre os destroços, aumentando o número de cadáveres sob os tetos desabados. Os poucos inimigos que ainda dispunham de forças para fugir, afundaram-se no matagal, buscando as distantes fronteiras do Campo Formoso e Jacobina, perseguidos de perto pelos vencedores. Os que não puderam escapar, foram comidos na faca, que inimigo não se poupa. (R. V., p. 90)

Diante dos constantes insucessos nas investidas contra o coronel Franco, verificados em várias passagens das narrativas estudadas, Torquato Thebas, por influência de sua irmã Hermelinda, começou a considerar a possibilidade de uma ação mais enérgica e sorrateira contra seu arquiinimigo. A irmã do chefe de Remanso propôs que ele mandasse matar o coronel Franco, ideia que não encontrou surpresa em seu irmão, que confessou já ter pensado nisso, mas pensava nas consequências, principalmente na indignação e retaliação dos coronéis aliados do chefe de Pilão Arcado. No entanto, Thebas ignorou seus receios e decidiu por encomendar a morte de seu maior inimigo, o que lhe trouxera uma sensação muito agradável: “A decisão de mandar eliminar o seu mais perigoso inimigo, como que o libertara de todas as preocupações e aborrecimentos” (R. V., p. 177). A medida tomada pelo coronel de Remanso “conclui o delineamento do caráter dos França Antunes, colocando-os definitivamente como vilões” (Valverde, 2002, p. 122), além de não obter a aprovação nem de seu melhor amigo e articulista político, Ciro Alves: “[...] nunca se teve notícia de um chefe mandar matar outro, aqui na nossa zona, onde os que morrem são abatidos no campo da luta, e nunca a traição!” (R.V, p. 194).

Enquanto articulava o assassinato de seu inimigo, Thebas se desentende com um adversário político, o rábula Fidelino Medrado, que havia lhe lançado pilhérias por conta de um relacionamento com uma menina bem mais nova. No episódio, o chefe de Remanso teria sido traído por seu sobrinho, Alarico. Transtornado com o desacato que sofrera, Thebas convocou a força policial e seus jagunços e mandou cercar a cidade de Remanso, com a desculpa de procurar Fidelino. Uma vez que não foi encontrando o rábula, que já havia fugido em um vapor para Pilão Arcado, o cerco se manteve, bloqueando todos os acessos à cidade. O cerco causou medo em toda a população, até mesmo nos aliados do coronel local: “A notícia de que o porto e as estradas que davam acesso à cidade estavam bloqueados por soldados e jagunços [...] pusera a população de Remanso em polvorosa. Até os amigos de Thebas ficaram assustados. (R. V., p. 188)

O plano para matar o coronel Franco foi posto em prática. Para executá-lo, foi contratado um jagunço da Paraíba, que, passando por romeiro, teria a missão de assassinar o chefe de Pilão Arcado. No entanto, mais uma vez, o projeto de Thebas não teve êxito:

descoberto por João Zanôio, um lavrador da região, o plano de assassinato chegou ao conhecimento do chefe de Pilão Arcado, no mesmo momento em que o forasteiro designado para tal empreita chegava a sua casa pedindo pouso e comida. Novamente o narrador destaca a inteligência e a habilidade do coronel em lidar com uma situação tão perigosa, mas que ainda terminou se constituindo num trunfo para Franco, depois que ele desmascarou o forasteiro e o entregou a seus jagunços:

Político ardiloso, o coronel Franco, no momento em que, na frente do cangaceiro capturado, dissera aos seus homens que fizessem dele o que bem entendessem, já tinha armado todo um plano, tanto assim que, logo em seguida, mandou chamar Jeremoabo e deu instruções para que apenas fingissem que iam matar o prisioneiro, que devia ser forçado a confessar tudo, para, com sua confissão, comprometer o chefe adversário. (R. V., p. 204-205)

Coronel Franco mandou publicar a confissão do forasteiro no Correio da Barra, jornal cujo editor era o doutor Rosendo, junto com uma carta de recomendação assinada por Thebas que foi encontrada junto com a bagagem do acusado. Essa ação do chefe de Pilão Arcado se mostrou mais eficiente do que se autorizasse a execução daquele que viera com a missão de ser o seu algoz:

Em vez de matar o capanga, como Thebas esperava, o chefe de Pilão Arcado o processou e ao mandante, obtendo um verdadeiro triunfo publicitário e político contra o seu adversário, que se viu envolvido num crime dos mais abominados pela gente do barranco, que, assim como festejava o valente que matava na luta leal em campo aberto, desprezava a todo aquele que, não tendo coragem para matar, contratava um criminoso que matasse em seu lugar. (R. V., p. 205)

O cerco sobre Remanso continuava, e um acontecimento banal precipitou o início de uma guerra na cidade. Num episódio em que tentou controlar o surto de uma mulher com problemas mentais dentro de um estabelecimento comercial de propriedade de Lucílio Campinho, a força policial da cidade, aliada de Torquato Thebas, agiu com tamanha truculência que provocou um quebra-quebra com o dono do estabelecimento e pessoas ali presentes, todas ligadas à oposição em Remanso. Várias pessoas se juntaram à briga, e os policiais tiveram de fugir em busca de reforços. Diante do ocorrido, Thebas decide mandar prender todos os seus adversários políticos da cidade, mas estes fogem para o Capão, alojando-se na fazenda do coronel Honório Campinho. Os jagunços invadem as casas dos opositoristas, mas não encontram qualquer pessoa. Decidem então invadir a fazenda de coronel Honório, mas são repelidos à bala. Acuados, os membros da oposição em Remanso

conseguem enviar um telegrama para o coronel Franco, solicitando seu apoio na luta contra os jagunços de Thebas. O pedido foi prontamente atendido, e o coronel de Pilão Arcado montou a sua tropa em direção à cidade vizinha, para lutar contra o seu maior inimigo, numa guerra adiada desde o início da trilogia, causando comoção e orgulho nos moradores de Pilão Arcado: “A partida do coronel para Remanso foi uma festa em Pilão Arcado; do seu mais humilde varredor de rua ao mais abastado de seus moradores, a Vila vibrava de entusiasmo” (R. V., p. 218)

O combate em Remanso se desenvolvia com intensidade, já registrando vários mortos de ambos os lados, quando chegou a turba comandada pelo coronel Franco Leal. Informado sobre o andamento da guerra, o chefe de Pilão Arcado passou para seus comandados a estratégia que iriam adotar, com os cabos-de-turma à frente de cada grupo, e Otacílio Piqui e Luís Preto de posse de metralhadoras, comandando seus respectivos grupos. A condição de estrategista militar do coronel Franco mais uma vez é destacada na narrativa. Sua tranqüilidade e autoconfiança diante da situação surpreendem a todos:

Havendo traçado seu plano de tríplice ataque ao reduto inimigo, e dado ordem para que o mesmo fosse imediatamente desfechado, o coronel Franco, que ainda não tinha descansado desde que chegara, estendeu-se na sala-de-visitas, visivelmente satisfeito, com os amigos em volta. Refestelado na preguiçosa, passeou o olhar pelos circunstantes, e surpreendendo o ar de espanto com que muitos o fitavam, compreendeu que era sua calma despreocupação que os deixava intrigados [...]. (R. V., p. 228)

A luta continuava sangrenta, fazendo muitas vítimas, e as metralhadoras foram determinantes para o avanço bem sucedido das tropas dos opositoristas sobre os jagunços de Thebas, levando morte ao seu redor e despertando o respeito daqueles que lutavam do lado contrário:

No momento em que a metralhadora de Luís matraqueava na Rua-de-Baixo e a de Otacílio Piqui fazia o mesmo na Rua-de-Cima, João Cardeal botou uma terceira “costureira” para descosturar intestinos no varzedo do Capão, de modo que, na hora em que Zé Balaio recebeu a rajada que o emborcou de cara na lama, três metralhadoras leves despejavam bala e terror sobre o Remanso. Muitos dos cabras que defendiam a cidade tinham lutado no Alagadiço e no Brejo da Brazida, e ao reconhecerem o matraquear das famosas “costureiras”, do coronel Franco, entraram em pânico, debandando como ratos no aceiro. (R. V., p. 232)

Diante do cenário negativo para suas tropas, Thebas resolveu negociar uma trégua de doze horas com os inimigos para evacuar da cidade mulheres e crianças. Para tanto, incumbiu o Padre Arnaldo e o juiz da cidade, Felisberto Monteiro, de negociarem com os líderes do

outro lado. Içada a bandeira branca, os dois enviados se dirigem à casa do coronel Honório, para discutir a trégua. O coronel Franco, ao lado dos líderes da oposição de Remanso, recebe os emissários de Thebas, assumindo a posição de comandante das forças oposicionistas. Depois de ouvir a proposta do padre, responde de forma incisiva que não aceita a trégua. Padre Arnaldo argumenta em favor dos inocentes que estão sitiados na cidade, mas só encontra do coronel Franco e demais presentes a intransigência de quem não abre mão de ganhar a guerra, até que, depois de muitos apelos do pároco, uma decisão alternativa é tomada:

Depois de ouvir as razões do vigário, o coronel Franco, sobrececho carregado, deixou-se ficar alguns minutos em silêncio. Durante esse curto espaço de tempo, o vôo de uma mosca podia ser ouvido pelos presentes. Sentindo que todos aguardavam uma palavra sua, depois de passear, demoradamente, a olhar pela sala superlotada, voltou-se para o padre, e encerrou o assunto:

- Está bem, dou quatro horas, para que enterrem os mortos. (R. V., p. 239)

A trégua concedida tinha sido mais uma estratégia de Franco Leal, o qual julgava entendia que Thebas usaria o tempo determinado para evacuar mulheres e crianças, descumprindo o acordo, que só previa o enterro dos mortos. Assim, agindo sorrateiramente, perderia o respeito de seus comandados, por não cumprir sua palavra. Em meio à breve trégua chega ao coronel Franco a comunicação, via telegrama trazido por seu sobrinho, de que o governo do estado havia solicitado que se fizesse uma trégua até que chegasse a Remanso um delegado-especial para promover o fim dos combates e a pacificação da cidade. Porém, o pedido do governador é ignorado, e logo após o fim do prazo de quatro horas de trégua, os tiroteios recommençaram nas trincheiras.

Franco Leal decide intensificar os combates, a fim de que as forças de Thebas se rendessem antes da chegada do delegado-especial e sua comitiva, o que lhe garantiria ainda mais prestígio na região e em todo o estado. Enquanto isso, do lado contrário, Thebas se esforçava ao máximo para se manter lutando até a chegada do delegado, o que ainda poderia lhe garantir a manutenção de sua liderança em Remanso:

Resistindo como um louco, fazendo o impossível com os poucos homens que lhe sobraram, agüentava o fogo, para dar tempo a que o vapor chegasse com o delegado-especial, que, se ainda o encontrasse vivo, poderia salvar sua chefia, o que estava disposto a conseguir, mesmo que para tanto tivesse de fazer todas as concessões aos adversários. (R. V., p. 248)

O tiroteio ainda quebrava o silêncio em Remanso quando atracou no porto o vapor trazendo a comitiva enviada pelo governo estadual, para profunda irritação do coronel Franco, que ignorou a chegada dos enviados da capital até o tenente Douradinho procurá-lo para negociar oficialmente o cessar-fogo. Logo após a conversa, o tenente foi em direção às trincheiras das forças de Thebas, “[...] tendo ouvido do chefe de Pilão Arcado a solene promessa de suspender o fogo, para conferenciar com os emissários do governo, e só com eles, pois não queria ver a cara de Thebas nem pintada e de longe, a menos que fosse para esbagaçá-la no tiro” (R. V., p. 257).

Os enviados do governo intermediaram as negociações entre as forças inimigas, e um acordo foi estabelecido entre as partes, garantindo o respeito às prerrogativas constitucionais dos aliados de Franco em Remanso, a nomeação de um oficial apolítico para o cargo de delegado do município e o afastamento do juiz Felisberto Monteiro, notadamente favorável às ações de Thebas na cidade. Ainda assim, o chefe de Pilão Arcado não se deu por plenamente satisfeito, apesar de reconhecer que o acordo foi válido, diante da opressão que se estabelecera em Remanso sob o comando de seu grande inimigo:

Os termos do acordo não saíram de todo como o coronel Franco desejava, mas assim mesmo ele os aceitou, pois, afinal, os seus amigos iam poder viver em paz, em Remanso, embora ninguém pudesse assegurar, se, mais cedo ou mais tarde, Thebas não voltasse a cometer os mesmos desatinos. Para maior resguardo do que ficara combinado, o dr. Chagas Júnior determinou que o tenente Douradinho ficasse em Remanso, no comando de trinta praças, com ordens expressas de manter a tranqüilidade no município. (R. V., p. 264)

As constantes batalhas empreendidas entre coronéis ao longo de toda a trilogia revelam o estado belicoso em que se encontravam aquelas cidades do sertão baiano, até as fronteiras com outros estados. Para esses chefes locais, a demonstração de poder não se baseava apenas na dominação econômica, ou política, era necessário demonstrar força também “na bala”, conquistando o respeito dos aliados e despertando o medo nos adversários: “Os coronéis temem-se uns aos outros, por isso têm cabras sempre à mão, em um número maior possível. [...] No fundo a ambição de anexar ou repartir entre os vitoriosos a área de influência do derrotado é a mola propulsora de muitos combates e agressões” (Souza, 1998, p. 25). Conforme se pode analisar nas obras em estudo, a vitória de um coronel sobre outro nas batalhas que travavam constantemente representava a consolidação de uma estrutura ampla de poder, amparada no poder econômico, na influência política e na capacidade bélica. Ganhar

dos outros coronéis no campo de batalha, portanto, era a confirmação sangrenta de quem mandava mais em cada região.

3.2.2. Os coronéis contra a Justiça

A oposição entre o poder exercido pelos coronéis e a Justiça se evidencia Em *Os Cabras do Coronel*, nas contendas entre o coronel Torquato Thebas e o juiz de direito Berilo Benjamin, da cidade de Remanso. Em represália à ação dos jagunços do coronel Franco, que invadiram alguns lugarejos pertencentes a Remanso, município sob o qual exercia controle político, Thebas resolve mandar cercar as casas dos aliados de Franco na cidade e ameaça fuzilá-los.

Diante da ameaça a seus correligionários, o coronel Franco ameaçava tomar de assalto a cidade de Remanso, o que afligia o magistrado, a ponto de pedir a celebração de um acordo entre os inimigos. No entanto, tal acordo seria impossível, dadas as condições impostas por ambos os lados. A possibilidade de não haver acordo, na verdade, trazia satisfação aos dois chefes em guerra, uma vez que para eles o que interessava era demonstrar seu poder e nada melhor para isso do que guerrear e mostrar do que eram capazes. Diante do impasse, o desabafo do Juiz ilustra bem a relatividade da Lei em terras dominadas pelos coronéis: “É um verdadeiro infortúnio alguém ser juiz numa terra em que impera a lei da força e todos zombam da força da Lei” (C.C., p. 63). Dando prosseguimento a sua cólera, tendo em vista sua incapacidade de agir diante dos fatos, por conta do poder e influência dos comandantes locais, o Juiz deixa revelar o lado desigual da Justiça, que vale apenas para os mais fracos, aqueles que não possuem influência ou recursos para se livrarem da mão pesada da Lei.

O segundo momento de tensão entre o Juiz de Remanso e o coronel Torquato Thebas se dá quando este manda prender Facundo Boi, canoieiro a serviço do coronel de Pilão Arcado, pelo fato de ter estado viajando constantemente entre as duas cidades, despertando a desconfiança de Thebas de que o canoieiro estaria trazendo e levando informações aos seus inimigos. Prontamente, a pedido do advogado Antonio Borja, o Juiz concede habeas-corpus em favor do remador, preso sem motivo aparente. Na verdade, a conduta do preso não se configurava como crime, e seu encarceramento se dera unicamente em decorrência da vontade

do chefe local, contrariando o princípio da legalidade¹⁷. Concedida a liminar, o oficial se dirigiu à delegacia para que fosse cumprida a ordem judicial. Para seu espanto, no entanto, recebeu a recusa do delegado de Polícia, afirmando que “habeas-corpus aqui só vale quando concedido pelo Coronel Thebas” (C.C., p. 103). Ao receber a notícia, o Juiz, tomado de cólera, decide fazer cumprir a ordem ele mesmo, e se dirige à cadeia e liberta o prisioneiro, sob os aplausos do povo.

Triunfa a Justiça, pelas mãos do juiz Berilo Benjamin, que defende tenazmente a ordem jurídica, embora sob a ameaça do coronelismo, mostrando sua coragem, afinal, “Fazer Justiça, impor a Lei, naquelas brenhas dominadas por pequenos déspotas de poucas letras, era tarefa árdua e áspera, que exigia sobretudo fibra e caráter”. (C.C., p. 105-106). A atitude do magistrado garantiu a defesa do direito, que para Ihering (2003) é “um dever da própria conservação moral” (p. 37). Naquele momento, inaugura-se uma nova realidade, pois, “Pela primeira vez, a vontade de um coronel do barranco fora contrariada por um poder maior” (C.C., p. 107-108). Faz-se necessário destacar que o narrador cita como “poder maior” a Justiça, porém no que se refere apenas ao conflito desta com o coronel Torquato Thebas, deixando entrever que o Coronel de Pilão Arcado, talvez por representar uma estrutura de poder quase absoluto na obra, não se identifica também como poder inferior.

A represália contra a atitude do Juiz não demoraria. O coronel vencido no episódio anterior, através de seus correligionários políticos junto ao governo do estado, pretendia remover o magistrado de Remanso, pondo em seu lugar alguém que obedecesse às ordens do chefe local. Mas, diante do prestígio de que gozava por todo o estado em virtude dos recentes acontecimentos, não seria fácil remover o juiz daquela cidade. No entanto, a força da política se revelava maior que a da Justiça, e a solução encontrada foi promover Dr. Berilo para uma comarca de maior importância, afastando-o de Remanso, deixando aberto o caminho para os desmandos de Thebas e a guerra que se anunciava contra o coronel de Pilão Arcado, que, porém, só aconteceria na última obra da trilogia:

[...] por força da crescente pressão dos amigos de que Torquato Thebas dispunha junto ao governador, fora encontrada uma fórmula de afastar o dr. Berilo Benjamim da Comarca de Remanso. Como se tratasse de um juiz de grande conceito e cujas últimas atitudes haviam repercutido muito bem em

¹⁷ “Pelo princípio da legalidade alguém só pode ser punido se, anteriormente ao fato por ele praticado, existir uma lei que o considere como crime. Ainda que o fato seja imoral, anti-social ou danoso, não haverá possibilidade de se punir o autor, sendo irrelevante a circunstância de entrar em vigor, posteriormente, uma lei que o preveja como crime”. (Mirabete, 1996, p. 55).

todo o Estado, a fórmula engendrada fora a de sua promoção, por merecimento, para uma Comarca mais elevada [...]. (C. C., p. 138)

Os embates entre coronéis e Justiça na obra em análise contribuem para a compreensão de que a Literatura apresenta informações que permitem aproximar a realidade abstrata do direito e das leis das situações práticas a que se aplicam. Mesmo na ficção, casos em que os chefes locais desafiam a Justiça e as leis são importantes exemplos dos desafios que os representantes da Justiça enfrentam para zelar pelo cumprimento das normas que regem a sociedade. Sobre esse aspecto, Junqueira (1998) declara:

Em primeiro lugar, a análise das obras literárias permite reconstruir determinadas imagens sobre o mundo jurídico circulantes na sociedade brasileira e apreendidas pelo escritor. Em segundo lugar, à medida que exista uma correspondência, o que não necessariamente tem de acontecer, entre as pesquisas das ciências sociais sobre o direito e o discurso literário, através da literatura é possível tornar o próprio mundo jurídico menos abstrato. (p. 28)

Wilson Lins relata em *Os Cabras do Coronel* um aspecto da oposição de poderes que os coronéis costumavam protagonizar: o embate com a Justiça, quando esta se punha no caminho dos chefes locais na consecução de seus objetivos. Porém, nas demais obras da trilogia, a Justiça se mostrará mais aliada que inimiga da atuação dos coronéis, a serviço do coronel Franco, seu protagonista.

3.3. Negociação entre poderes

Conquistar o poder ou se manter nele exige dos coronéis precisam o uso das mais diversas estratégias e recursos. Por isso, a fim de alcançar os seus objetivos, se aliam a ocupantes de cargos políticos e a membros do poder judiciário, reforçando ainda mais a sua estrutura de poder e influência. Na trilogia em análise, os chefes locais recorrem aos aliados políticos ou da Justiça sempre que alguma situação foge do seu controle direto, sendo necessária a intervenção de uma instância de poder mais ampla, que age como ratificadora do controle desses chefes sob as cidades do interior em que estão estabelecidos.

A política servia aos coronéis como forma de ampliar a rede de poderes que gravitava em torno deles. A acumulação de terras lhes conferia relativa estabilidade econômica e prestígio social, e a política reforçava essa condição, pois através dela o coronel se elegia ou a

um correligionário, garantindo a satisfação de seus interesses, acumulando mais riquezas e ratificando a sua influência na região. Para tanto, o coronel fazia do seu agregado, funcionário ou protegido um eleitor sob seu inteiro controle, pronto para executar as ordens do seu senhor:

O eleitor é simplesmente um instrumento para depositar na urna o voto da preferência do chefe, do coronel em cuja terra trabalha, ou de quem, na cidade depende para viver de sua influência e seu prestígio, ou ainda dos que temem represálias por desobedecer as suas ordens. (Luna e Barbalho, 1983, p. 299).

A negociação com a Justiça cumpria o objetivo de satisfazer as demandas dos coronéis. A garantia da impunidade por ações contrárias aos ditames da lei passava pela amizade com um juiz ou promotor, bem como a garantia de que um protegido não fosse condenado por um crime, mesmo sendo réu confesso ou tendo todas as provas contra si. Em muitos casos, a Justiça se constituía uma parceira fundamental para o coronel, contribuindo para a reafirmação de seu poder.

3.3.1. Os coronéis e a política: as trocas de favores

A relação entre os coronéis e as forças políticas começa a ser apresentada em *Os Cabras do Coronel* no momento em que, Torquato Thebas, insatisfeito com as decisões tomadas pelo juiz Berilo Benjamim, da comarca de Remanso, revela que já havia pedido sua remoção diversas vezes, mas não havia conseguido. A justificativa para não consegui-lo seria a articulação entre o coronel Franco Leal e os deputados Mirômedes Cordeiro e Rocha Filho, o que impedira a remoção do magistrado.

A influência política de Thebas, porém, depois de algumas tentativas, surtiu efeito: graças à sua pressão sobre os políticos com quem mantinha relação, o juiz Berilo Benjamim fora removido de Remanso para Juazeiro, abrindo espaço para seus desmandos na cidade. O coronel Franco, por sua vez, ficou sabendo do fato através de uma carta que recebera de um deputado amigo seu:

[...] a mais recente carta que recebera do seu amigo, deputado estadual Mirômedes Cordeiro, não lhe trouxera boas notícias da Capital. Ao contrário, informava que, por força da crescente pressão dos amigos de que Torquato Thebas dispunha junto ao governador, fora encontrada uma fórmula de afastar o dr. Berilo Benjamim da Comarca de Remanso. Como se

tratasse de um juiz de grande conceito e cujas últimas atitudes haviam repercutido muito bem em todo o Estado, a fórmula engendrada fora a de sua promoção, por merecimento, para uma Comarca mais elevada, que o deputado Mirômedes adiantava que seria a de Joazeiro [sic]. (C. C., p. 138)

Torquato Thebas, portanto, usou a sua relação estreita com alguns políticos para servir aos seus interesses, não importando a perda que a comarca teria com a saída de um magistrado de reconhecida qualidade. Teria, a partir de então, o caminho livre para agir conforme suas convicções para alcançar seus objetivos, não importando se isso implicasse ou não o cumprimento das leis.

A aproximação entre os coronéis e os mandatários políticos também pode ser percebida, na obra em análise, quando o Governo Federal, através do presidente, senadores e deputados federais, recorre aos chefes locais para lutar contra o avanço da Coluna Prestes. O coronel Franco atende prontamente ao chamado do governo, mas aproveita a situação para obter vantagens e garantias em relação ao seu adversário, Torquato Thebas: “Concordando em ir ao encontro dos rebeldes, o coronel impôs como condição não ser permitido que o seu inimigo do município vizinho colaborasse na luta” (C. C., p. 166). As exigências de Franco Leal foram atendidas, e em troca do seu apoio bélico ao governo contra a Coluna Prestes, o chefe de Pilão Arcado conseguiu que Thebas fosse proibido de perseguir seus amigos em Remanso. O chefe da cidade vizinha, então, teve de ficar “engolindo em silêncio sua raiva contra o governo do Estado, que, pressionado pelo governo federal, embora o mantivesse com todas as posições, no município, não estava mais permitindo perseguições aos correligionários do chefe de Pilão Arcado.” (C. C., p. 169-170)

Política e coronelismo se aproximam ainda mais em *O Reduto*, onde algumas passagens explicitam em detalhes a importância dos coronéis para a eleição de seus candidatos. Como exemplo, o caso da candidatura de Rosendo Reis, rábula de Barra, a deputado. O candidato chegara a Pilão Arcado na ausência do coronel Franco, que estava combatendo a Coluna Prestes, com o objetivo de realizar a eleição. Foi surpreendido pelo Oficial do Registro Civil, Nezinho de Almeida, quando este orientou que fosse feita a eleição com base nas “atas falsas”, já que Rosendo era candidato único. A reação do candidato foi imediata:

- Mas para que atas falsas, se podemos fazer uma eleição limpa! – retrucou o aspirante a deputado.
- E quem está falando em falsificar atas? [...] Só se falsifica o que existe. Se eu fornecer ao senhor as atas de uma eleição que, se tivesse sido realizada, daria os mesmos resultados que as minhas atas representam, creio não estar falsificando nada, como não falsifiquei das duas vezes em que forneci atas

das eleições que não se realizaram, mas que serviram tanto, que os deputados e senadores eleitos por elas foram empossados e estão exercendo, tranquila e honradamente, os seus mandatos em Salvador e no Rio de Janeiro. (O. R., p. 38-39)

A naturalidade com que o Oficial descreve o procedimento mostra o quanto eram comuns no sertão eleições forjadas com base nos interesses dos coronéis e seus aliados. E, em relação a esse tipo de prática nas eleições ocorridas nos territórios sob o domínio dos coronéis, Freitas (2005, p. 32) afirma que “As eleições eram instantes propícios à prática dos mais variados tipos de fraudes. As atas que chegavam à Secretaria de Justiça eram registros autênticos e oficiais do que não tinha acontecido”. A prática das “atas falsas” era um componente da engrenagem que garantia a manipulação política empreendida pelos coronéis em suas regiões de influência, conforme registram Luna e Barbalho (1983):

O barão, que saía do coronelismo, desapareceu com o imperador, mas o coronel, rebento natural do sistema, ficou com todo o esplendor do seu poderio, baluarte do novo regime. É o chefe que manda e pode, dono da vontade do povo e senhor dos destinos da República. Provocador e condutor dos acontecimentos, formador da opinião pública nos resultados das urnas, forjado na ilegitimidade das eleições, que as atas falsas registravam como expressão da vontade popular. (p. 299)

A opinião do funcionário do Registro Civil encontra receptividade nas demais personalidades locais, presentes ao encontro com o jurista candidato: “Todos concordaram em que a praxe lembrada por Nezinho de há muito dava bons frutos ali, sendo perfeitamente cabível que fosse mais uma vez posta em prática” (O. R., p. 39). E, conforme foi proposto pelo Oficial foi feito, deixando Rosendo satisfeito e confiante:

Ansioso por se ver eleito e diplomado, rejubilou-se quando percebeu que, no reduto do seu grande amigo coronel Franco, não ia ser preciso nem haver eleição, e que ainda naquele mesmo dia ou no imediato, ser-lhe-iam entregues as atas consagradoras da preferência do eleitorado pelo seu nome. (O. R., p. 45)

A confiança de Rosendo, porém, não se justificaria. Mesmo tendo o cuidado de percorrer várias cidades com o intuito de levar as atas para ratificar sua eleição, ele não conseguiu se eleger. Da mesma maneira que o procedimento das atas falsas, a eleição para deputado foi decidida numa atitude fora das normas, com uma manobra de cunho político, ratificada pelos chefes locais da região, tendo o mandato ficado com um jovem ex-aluno do governador do Estado:

Com o falecimento de um representante do Sexto Distrito, surgira afinal a oportunidade que o governador esperava para seu jovem amigo, uma vez que naquela época não havia suplente de deputado, de modo que, sempre se abria uma vaga, na Assembleia, o eleitorado do Distrito pelo qual tivesse sido eleito o deputado que morresse ou renunciasse, era convocado às urnas. [...] O velho governante, cujo mandato expiraria em março, teria raciocinado que o seu sucessor iria dispor de quatro anos para atender aos seus amigos, ao passo que a ele só restavam uns magros três meses, razão por que não podia deixar a vaga de deputado sem preencher. E imediatamente mandou que o Secretário da Justiça telegrafasse a todos os chefes políticos do Sexto Distrito, determinando que procedessem à eleição, elegendo o jovem e inteligente bacharel em cujos talentos depositava tanta esperança. Como era de se esperar, os mesmos coronéis que haviam fornecido as atas a Rosendo, apressaram-se em responder por telegrama ao Secretário da Justiça, transmitindo-lhe o resultado do pleito, que não era outro senão a eleição do jovem amigo do velho governador. (O. R., p. 69-70)

A trama da eleição forjada para deputado era vista com naturalidade por parlamentares e coronéis. Os deputados Mirômedes Cordeiro e Rocha Filho, na ocasião da festa da volta do coronel Franco a Pilão Arcado, depois da luta contra a Coluna Prestes, não perderam a oportunidade de fustigar Rosendo pela sua derrota na eleição, lembrando que o jovem bacharel agraciado com o mandato era, além de ex-aluno e amigo do governador, filho do presidente da Corte de Apelação. Em conversa com os deputados, Franco esclareceu que só reviu as atas que haviam sido feitas favorecendo o rábula porque o pai do jovem bacharel era, além de presidente da Corte de Apelação, muito seu amigo, afinal era opositor do velho governador, e estava disposto a se unir a outros chefes contra o seu governo.

As práticas eleitorais ao sabor das conveniências pessoais e interesses políticos também são abordadas em *Remanso da Valentia*, obra que encerra a trilogia de Wilson Lins. O primeiro momento em que isso acontece se dá quando o coronel Franco é convidado pelo governador recém-eleito para uma visita a Salvador. O chefe de Pilão Arcado via a situação com desconfiança, pois em outras oportunidades já havia sido desprestigiado por governantes que começaram o mandato buscando sua aproximação:

[...] a experiência vivida em passado recente, não deixava que ele confiasse demais nas manifestações do novo governante. Não seria aquele o primeiro governador eleito com a sua ajuda, que se instalava no poder proclamando o propósito de prestigiá-lo, para em seguida passar a cometer toda espécie de hostilidades contra ele e seus amigos. (R. V., p. 32)

O prestígio político do coronel fazia com que os governantes demonstrassem interesse em negociar, em propor acordos, pois sabiam que os chefes locais tinham enorme influência sobre as populações da sua região, além de terem boa articulação com os seus aliados,

garantindo uma ampla rede de apoios. Por sua vez, aos coronéis interessava o jogo político, o que lhes rendia convenientes contrapartidas:

Embora olhassem com desconfiança as intenções do governo do Estado, os coronéis sabiam que, no jogo político, detinham muita força, decorrente da capacidade de produzir votos e eleger candidatos previamente selecionados, muitos deles não tendo jamais realizado qualquer visita aos distritos pelos quais eram eleitos. A contrapartida era o pouco interesse do Estado na apuração dos desmandos e perseguições dos chefes locais, pelo temor de hostilizá-los, mesmo diante das denúncias de prejuízos materiais resultantes de assaltos a cidades e fazendas. (Freitas, 2005, p. 34)

Torquato Thebas, até então, contava com maior aproximação dos governantes da capital, tendo recebido destes, como reconhecimento pelos serviços eleitorais prestados, alguns benefícios, como a eleição de um aliado para a intendência de Sento-Sé. Sinfrônio Lacerda chegou à intendência não pela mão dos eleitores, mas como resultado de conchavos políticos resultantes do bom relacionamento do chefe de Remanso com o governo do estado:

Para assumir o controle de um município, o político que dispusesse de prestígio junto ao governo, não precisava contar com as simpatias do eleitorado, e às vezes não tinha necessidade senão da ajuda da polícia e dos bons ofícios de um simples tabelião de Notas. No caso de Sento-Sé, por exemplo, foi um tabelião que resolveu o problema. Conseguindo com o governador a nomeação de um seu amigo como titular de um cartório criado para Sento-Sé, mas instalado na fazenda Aldeia, Thebas, ao tempo em que o coronel Janjão elegia, na sede do município e nos distritos de paz, o seu candidato a intendente, reunia, na citada fazenda, meia dúzia de pessoas levadas de Remanso, e preparava as atas da eleição, que, teoricamente, estava sendo realizada em todo o município, criando assim a figura jurídica da “duplicata”. (R. V., p. 33-34)

Após elaboradas as atas por ambos os lados, foram enviadas para Salvador, onde o Senado, através da Comissão de Reconhecimento de Poderes, obediente às ordens do governador, terminou reconhecendo como válidas apenas as atas remetidas por Torquato Thebas, elegendo assim como intendente Sinfrônio Lacerda. Porém, tamanha foi a revolta da população, que a sede do município teve de ser transferida para a fazenda do eleito, a fim de que tomasse posse: “[...] para o títere ser empossado a solução foi o governo transferir a sede de Sento-Sé para a fazenda do candidato supostamente eleito” (R. V., p. 34).

Nota-se, nas páginas das obras analisadas, o quanto os coronéis dependiam da política e vice-versa. Eram negociações que rendiam frutos para ambos os lados, garantindo muitos votos (ou a eleição, sem sequer precisar deles) para os políticos e mais poder e influência para

os chefes locais, que gozavam do prestígio de eleger os seus candidatos e podiam com eles contar quando houvesse necessidade, como comprova Alírio de Souza (1998):

Com a inauguração da política dos governadores no governo Campos Sales, onde cada governador ou presidente de Estado era autoridade máxima, [...] o coronelismo se fortaleceu porque, se o presidente buscava nos governadores um apoio integral, estes recorreram aos coronéis. E a troca de favores processou-se. Por parte do governo, empregos públicos, nomeações indicadas pelos coronéis, facilidades tributárias, armas, etc.; por parte do coronelato votos que permitiam ao governo eleger sempre seus candidatos, e homens armados quando necessários. (p. 25)

Conforme se pode perceber, a política se constituiu como um importante pilar da atuação dos coronéis e da sua manutenção no poder. Isso se verifica no registro historiográfico e sociológico, e também nas obras ficcionais de Wilson Lins, sempre favorecendo uma minoria em detrimento dos interesses da população, que se sujeitava ao voto de cabresto e à manipulação das eleições pelos chefes locais e por seus aliados políticos.

3.3.2. Os coronéis e a Justiça: pactos e conveniências

A relação entre os coronéis e a justiça na trilogia de Wilson Lins não é descrita como só de confrontação. Em muitas situações, o Poder Judiciário atuava em consonância com os interesses dos chefes locais, atendendo seus apelos, suas demandas, mesmo que isso representasse o não cumprimento das leis que regem a sociedade. Assim, a Justiça, nesses casos, deixava de contemplar toda a coletividade para favorecer a uma só pessoa, não importando o reflexo que isso teria na sociedade.

Em *O Reduto*, o narrador se incumbe de demonstrar o quanto os coronéis se valiam da Justiça para manter, conquistar ou ampliar o poder, às vezes usando da truculência para intimidar os agentes do Judiciário que intervissem em seus planos ou não seguissem conforme seus interesses:

Naqueles duros tempos, as pequenas vilas e cidades do Vale do São Francisco, isoladas do resto do país, viviam entregues ao arbítrio dos coronéis, que eram os senhores da vida e da morte, de quantos ali habitassem. [...] A Justiça era distribuída pelos chefes locais, que dominavam os juízes e promotores, que, só em um ou outro caso isolado, reagiam à prepotência dos rudes senhores, e os poucos magistrados que ensaiavam reagir eram quase sempre transferidos, uma vez que os

governadores dos Estados procuravam de todo modo evitar choques com os governantes virtuais do sertão, cujos aguerridos exércitos mantinham aqueles ermos inteiramente fora do controle de outra autoridade que não fosse a deles. (O. R., p. 184)

Na obra *Remanso da Valentia*, algumas passagens exemplificam o que narrador afirmara na obra anterior sobre a relação entre coronéis e a Justiça. É o que se verifica nos desdobramentos do assassinato de Granjinha por Pedro Gamela, depois de uma brincadeira (O. R., p. 214). Gamela está preso, aguardando julgamento pela morte do rapaz. Apesar de a vítima ser de família abastada e muito querido por todos, o assassino se mostra confiante numa conversa com Chiquinho Calça Frouxa:

- Por que Diabo tu não fugiu?
- Fugi, sim, mas no dia em que o coronel chegou da revolta, eu vim me entregar.
- Então não era eu que me entregava!
- Vou responder júri, e o coronel me livra.
- E os Granja vão concordar com isso?
- Ora, quem manda aqui é o coronel, o júri faz o que ele mandar. (R. V, p. 43)

O coronel tem o júri, o juiz ao seu favor para livrar da cadeia um assassino confesso, que não pode ficar preso por ser um protegido seu, não importando o quanto a família da vítima sofre com isso. O julgamento de Pedro Gamela teve um desfecho previsível: o réu se livrou das acusações, mesmo diante de todas as evidências, “num júri em que a influência do coronel Franco teria de valer por todo o saber jurídico dos dois rábulas mandados buscar fora” (R. V., p. 137). Mais uma vez, a Justiça trabalhou contra os preceitos da Lei, mas a favor dos interesses do coronel Franco, que parecia ser a única regra que poderia valer naquele lugar.

Mas não só a Franco Leal pertencia a prerrogativa de se favorecer da parcialidade da atuação da Justiça naquele pedaço de sertão. Torquato Thebas, em *Remanso*, possuía um aliado importante em suas empreitadas: Felisberto Monteiro, o juiz da cidade. Essa aliança ficou ainda mais evidente quando Thebas resolveu cercar a cidade de Remanso, bloqueando todas as suas vias de acesso, por conta de seu desentendimento com Fidelino Medrado. Indignado, Antonio Borja, membro da oposição, foi à casa do Juiz para reclamar do cerco, mas não encontrou no magistrado qualquer intenção de interferir no acontecido:

- Não sei se o senhor já sabe que a cidade está cercada por soldados e jagunços a mando do intendente, que já ordenou a invasão, sem ordem legal, da residência de um cidadão, e ameaça fazer o mesmo com as de outros.
- Não sabia... – balbuciou o juiz, sem levantar os olhos para o interlocutor, que sentiu que ele estava mentindo.

- Então fique Vossa Excelência sabendo que a cidade, há cerca de quatro horas, vive o mais completo pânico, com os seus pontos de acesso tomados por soldados e jagunços, e o delegado-de-polícia a percorrer as ruas em busca do provisionado Fidelino medrado, contra quem não consta que corra qualquer ação em juízo. [...]

- O que quer o senhor que eu faça? Não sabe que um juiz não deve meter-se em assuntos de polícia correcional? Se há alguém cujos direitos estejam ameaçados, os remédios legais estão à mão, e é só requerê-los, que aqui estou para a guarda da Justiça. – e sem dar tempo a que o outro interviesse, prosseguiu, advertindo:

- Não pense que me deixarei envolver pelas tricas e futricas da política local, pois não vim para aqui com tal disposição. (R. V., p. 189-190)

Transtornado com a falta de atitude do juiz, Borja desabafa para seus pares: “-Trata-se de um capacho de Thebas, nas mãos de quem a Justiça está sendo rebaixada ao máximo! – finalizou ele.” (R. V., p. 190) O juiz Felisberto ainda teria de Thebas uma importante atribuição: negociar, junto com o padre Arnaldo, uma trégua de doze horas com inimigos em meio à guerra travada na cidade de Remanso. A incumbência não foi bem recebida pelo magistrado, temendo ser desacatado pelos membros da oposição: “O juiz aceitou a missão, constrangido, pois, tendo consciência de que não procedera corretamente com a oposição, temia ser desacatado por algum mais exaltado” (R. V., p. 232). E foi o que aconteceu: o coronel Ormuth Castelo não perdoou o magistrado, e com indignação disse-lhe que deveria estar empunhando um dos fuzis de Thebas, uma vez que desde que chegara, estava a seu serviço. Finda a guerra, com a derrota do chefe de Remanso, após a chegada do delegado-especial e sua comitiva, uma das exigências dos vencedores foi a remoção do juiz Felisberto, o que foi prontamente aceito pelo coronel derrotado. A ação dos coronéis continuou a definir a atuação da Justiça, seja na troca dos juízes, seja na sua conduta, no seu alinhamento a determinados grupos políticos.

Nas obras da trilogia, os coronéis mantêm uma relação muito próxima da Justiça, principalmente quando esta serve de sustentáculo para sua atuação política nas regiões sob seu controle. Tanto Franco como Thebas se valem disso para obter vantagens. No entanto, é possível perceber a opção do narrador de atenuar o problema que isso representa no que se refere ao coronel de Pilão Arcado: livrar um assassino confesso da cadeia é visto como uma prova de prestígio, de força. Essa opção se relaciona ao aspecto biográfico do condutor da narrativa, dada a associação do protagonista com o seu pai, Franklin Lins de Albuquerque, conforme se pode observar em todas as narrativas aqui analisadas. Para Jorge Araújo (2008), “[...] o narrador usa de dois pesos diversos no tratamento de seus personagens. O coronel Franco (ou Franque, ou Franklin Lins de Albuquerque, pai de Wilson Lins) recebe a unção

magnânima do narrador, travestido de orgulho ancestral e sobranceria de classe” (p. 131-132). Já no caso de Thebas, o antagonista, sua associação ao juiz resulta de uma relação viciada, em que o magistrado é criticado por defender os interesses do chefe local. Em *Os Cabras do Coronel*, o juiz Berilo Benjamim é definido como corajoso e competente porque se opôs a Thebas. Em *Remanso da Valentia*, o juiz Felisberto Monteiro é obrigado a fugir da cidade após a vitória das forças de Franco, considerado tendencioso e incompetente porque se aliou a Thebas. São dois pesos e duas medidas, desequilibrando de forma incontestável a balança da Justiça.

CAPÍTULO IV

DONINHA CALANGO: UM RETRATO FEMININO NO CORONELISMO

4.1. A mulher no cenário do coronelismo

O contexto do coronelismo é patriarcal, e a truculência e a violência do seu cotidiano pressupõem um universo tipicamente masculino, em que as demonstrações de coragem e força determinam a sobrevivência dos jagunços a serviço dos coronéis. Num contexto como esse, a imagem feminina que se pode imaginar é a da mãe de família, frágil, trabalhadeira, cuidando da casa e dos filhos enquanto os maridos pegam em armas para defender os interesses de seus chefes. Outro perfil feminino, no entanto, se cristaliza nesse mesmo contexto: o da “mulher-dama”, daquela que vive à custa do prazer que proporciona para homens tensos, violentos, entorpecidos pelos sobressaltos de uma guerra sem fim.

Esse segundo perfil de mulher, apesar de tão comum nos lugarejos de todo o sertão, servindo a jagunços e coronéis, trazendo-lhe momentos de abstração e prazer incomuns num cenário de constantes conflitos, não recebe da sociedade como um todo (nem mesmo daqueles que se extasiam com seus “serviços”) um olhar de piedade, ou pelo menos, de aceitação. Muito pelo contrário, são essas mulheres vítimas do preconceito e da rejeição, tratadas como escória, até mesmo nas obras de ficção.

O livro *Os Cabras do Coronel*, que se configura como o primeiro da trilogia sobre o coronelismo, completada por *O Reduto* e *Remanso da Valentia*, apesar de ter como foco central da narrativa as aventuras do Coronel de Pilão Arcado e a traição de Domingos Amarra Couro, apresenta uma personagem que será evidenciada em todos os três livros: Doninha Calango, a mulher por quem Domingos, cabra forte e corajoso, resolveu largar a vida de jagunço e trair a confiança do Coronel.

A trilogia em estudo é narrada em terceira pessoa, por um narrador que não se inclui como personagem na história, mas que ao longo dela revela sua onisciência ao enveredar pelos pensamentos e reflexões dos personagens. Destaca-se a maneira parcial e idealizadora como são descritos os feitos do coronel de Pilão Arcado, um dado que acentua a aproximação entre narrador e autor, sendo este filho do grande coronel do norte do estado da Bahia, Franklin Lins de Albuquerque. Jorge Araújo (2008, p. 128) ratifica essa ideia ao afirmar que “Em Wilson Lins é muito forte o componente memorialístico e as impressões do narrador quase se confundem com a biografia autoral”.

4.2. Breves considerações sobre narrador

Em termos gerais, a concepção de narrador se limita à idéia de que seja aquele que conta uma história. Muitas vezes as manipulações e indicações feitas por quem narra uma história não são percebidas diretamente pelos que a lêem, dando a equivocada idéia de que o narrador não manipula aquilo que conta, como se estivesse rigorosamente limitado a uma função da qual não poderia se distanciar. Porém, para Oscar Tacca (1983, p.64),

Aquele que conta (aquele que traz *informação* sobre a história que se narra) é sempre o *narrador*. A sua função é informar. Não lhe é permitida a falsidade, nem a dúvida, nem a interrogação nesta informação. Apenas varia (apenas lhe é concedida) a *quantidade* de informação. Qualquer pergunta, ainda que surja indistinta no fio do relato, não corresponde, em rigor, ao narrador. Bem vistas as coisas, pode sempre atribuir-se ao *autor*, ao *personagem* ou ao *leitor*.

Essa visão de narrador que no seu ofício se limita rigorosamente a informar parece sofrer um contraponto no pensamento de Maria Lúcia Dal Farra (1978, p. 19), ao afirmar que, como representante e porta-voz do autor, “[...] o narrador se torna, então mais que a personagem fictícia assentada como tal: ele se transforma no verbo criador da linguagem, no espírito onisciente e onipresente que cria e governa o mundo romanesco”. Se o narrador “cria e governa o mundo romanesco”, portanto, não estará limitado apenas a informar, sem fazer uso aleatório da linguagem e dos elementos de que dispõe para contar a história.

Sendo assim, Dal Farra (1978, p. 22) complementa:

Se o romance deve dar a impressão de que a vida está sendo representada em toda a sua totalidade intensiva, a ação deve estar localizada no passado e o narrador – enquanto controlador da estória – não pode estar confinado ao lugar do seu discurso. Ele manterá os olhos abertos para os dois lados do tempo, adquirindo a flexibilidade necessária para se mover num circuito de ida e volta entre os três elementos temporais: passado-presente-futuro. Ganhando mobilidade retro e antecipativa, o narrador promove a seleção dos elementos essenciais e pode, graças ao seu afastamento, desenhar a teia das unidades de tensão. [...] Do alto grau da sua clarividência e da elasticidade na sua desenvoltura nasce a onisciência do narrador.

Assim, com base no exposto, está-se, na trilogia em análise, diante de um narrador seletivo, pois escolhe o que pretende narrar e como narrar, dando mais ou menos ênfase ao que julga necessário. Sua elasticidade ao dispor o jogo da narrativa define sua onisciência, e as suas estratégias na composição e descrição dos personagens.

A atitude “seletiva” do narrador aponta, porém, para outro aspecto da configuração do foco narrativo nas obras de Wilson Lins: a existência de um autor-implícito¹⁸. A definição criada por Wayne Booth, que para Lúcia Granja (2001, p. 82) se estabelece pelo fato de o autor nunca se retirar totalmente da obra e deixar uma espécie de substituto que controla a sua ausência, pode ser percebida nas obras analisadas, tendo em vista o forte aspecto ideológico conservador apresentado pelo narrador, principalmente no que se refere à personagem Doninha Calango. O autor-implícito, para Leite (2002, p. 19),

é uma imagem do autor real criada pela escrita, e é ele que comanda os movimentos do narrador, das personagens, dos acontecimentos narrados, do tempo cronológico e psicológico, do espaço e da linguagem em que se narram indiretamente os fatos ou em que se expressam diretamente as personagens envolvidas na história.

Ratificando a ocorrência do autor implícito na trilogia de Wilson Lins, Valverde (2002) entende que o autor utiliza o narrador em terceira pessoa para possibilitar a construção de uma estratégia de convencimento do leitor, tendo em vista a autoridade e idoneidade que são comumente atribuídas a esse tipo de narrador. Assim, ainda segundo Valverde, “O autor, ao preservar a identidade do narrador em terceira pessoa, propicia a aproximação com o autor implícito, instância ideológica do autor real, enquanto visão de mundo” (2002, p. 66).

Ao longo de toda a trilogia, continuamente se atribui à personagem Doninha Calango, seja pela voz do narrador, seja pela voz dos personagens, um caráter repugnante, de alguém que se vende a qualquer preço, que não tem vontade própria e/ou que é capaz de trazer desgraça para aqueles que com ela se relacionem. Trata-se de um empenho considerável em impor um ponto de vista negativo sobre a personagem, uma mulher, pobre, prostituída, em meio ao rude universo do coronelismo. Ao longo das histórias aqui analisadas, o perfil que se traça da personagem é direcionado para constituir a repulsa em relação a ela, atribuindo-lhe valores que o narrador e os personagens julgam negativos, e que a constituem como pertencente à escória da comunidade apresentada, mas contraditoriamente personagem importante nas três narrativas que compõem a trilogia, uma vez que, além do coronel de Pilão Arcado, é uma entre as poucas personagens que ganham destaque em todas as três obras.

¹⁸ Conceito criado pelo teórico Wayne Booth na obra *A Retórica da Ficção*, publicada pela primeira vez em 1961. O autor-implícito, para Dal Farra (1978, p. 20-21) é aquele que imperceptivelmente toma partido e “talha a compleição do mundo”. Para a autora, “Quando ele escreve, não cria somente um *man in general* ideal e impessoal, mas cria juntamente com sua obra uma versão implícita de si mesmo: o seu ‘autor-implícito’. Esse ‘eu’ raramente ou nunca é idêntico à imagem do narrador, porque assegura a função crítica através da distância que mantém em relação a este”.

4.3. Origem e condição de Doninha

O narrador apresenta Doninha Calango no início da obra *Os Cabras do Coronel* atribuindo-lhe a caracterização de mulher de todo-mundo (p. 12), configurando o triângulo amoroso composto entre ela, João de Longe e Domingos Amarra Couro. Nesse momento da história, João está à caça de Domingos, que desertara do “exército” do coronel de Pilão Arcado com o intuito de abandonar a vida de jagunço para viver em paz com sua Doninha. Ocorre que ela havia sido tomada dos braços de João por Domingos, o que causara uma rixa desde então:

Na ocasião em que Doninha lhe fora arrebatada pelas lábias de Domingos, João de Longe nada fez, por nada poder fazer, uma vez que o rival estava no auge da fama como cabo-de-turma, e no apogeu do prestígio, junto ao coronel, que, como era notório, não admitia brigas nem desavenças entre os seus homens. Ruminando sua dor, João de Longe perdeu a mulher, mas não perdeu a esperança de um dia se vingar do sedutor. (C.C., p. 12)

Já na primeira vez que é citada na história, Doninha aparece como alguém que fica à mercê dos homens que lutam por ela, cedendo aos apelos daqueles que demonstram mais capacidade de persuasão. Além disso, nessa passagem, outro dado emerge das entrelinhas: a mudança de amante parece ter uma conotação de interesse social: ela trocara um jagunço de menor prestígio por outro de grande estima pelo coronel, o chefe político da região. Pode transparecer, nessa situação, que o triângulo amoroso tem seus vértices mudados não exclusivamente pelo sentimento ou pela atração física. Trata-se, portanto, conforme determina o narrador, de uma mulher que se junta aos seus homens também por interesse, por posição social.

Outro aspecto que merece destaque, no que se refere à conduta do narrador em relação a Doninha Calango, é que só na página 12 da obra, ela recebe deste as denominações de “mulher de todo-mundo”, já citada, “mulher-dama”, “mulher-da-rua” e “sem-vergonha”. Não parece ser por acaso.

Desde o início da trama, o narrador não economiza nas definições insultantes em relação a Doninha, fazendo “amásia” (p. 13) e “rapariga” (p. 15) soarem até como elogiosos. A aparente trégua com a personagem se mostra apenas ao descrevê-la fisicamente, tratando-a como objeto sexual: “Doninha era dona de uma cintura fina e de umas ancas largas, e tinha a pele macia como a da quixaba madura, macia e de um moreno arroxeadado como o da fogo-

pagô.” (p. 17). Toda essa beleza, entretanto, parecia ser uma maldição, um chamativo para os homens rudes que dela se apropriavam.

O plano de Domingos Amarra Couro era fugir para o Piauí, onde serviria a um coronel inimigo e de lá, depois de ter cumprido suas obrigações, iria para o sul do país viver com Doninha longe daquela vida cheia de sobressaltos. A traição ao coronel que o acolhera lhe doía, mas o amor por Doninha falava mais alto:

Era mesmo com mágua (sic) e saudade que se via forçado, para realizar a vida com que sempre sonhara, a dar aquele passo, a praticar aquela ação contra o coronel. Mas era que, muito maior que tudo, maior até que a própria honra, estrugia dentro dele a vontade de viver só para Doninha, e com Doninha, num lugar sossegado, sem chefes e sem cangaceiros, sem guerras, sem riscos, sem mortes. (C. C., p. 16)

E o cabo-de-turma, jagunço experiente e de confiança do chefe, sucumbiu ao amor: “A rapariga que tomara de João de Longe fizera-o conhecer o amor, ele que jamais soubera que gosto tinha gostar de alguém” (p. 15). Foi ao lado de uma “rapariga” que Domingos se entregara a sentimento tão nobre, e por ele estava disposto a enveredar por um caminho incerto e arriscado, podendo perder até mesmo aquela por quem agora se aventurava tanto. Lado a lado, o narrador coloca o herói e a rapariga, e por essa mulher o jagunço colocava em jogo sua honra e sua própria vida. No prosseguir da história, o seu condutor vai mostrar que Doninha Calango não era digna de tamanho sacrifício.

Domingos comunicou a Doninha o seu plano, devendo ela, em segredo, partir algumas semanas depois para Pirapora, onde se encontrariam para seguir juntos para São Paulo. Diante da notícia, ela entrou em desespero, e antigos temores e lembranças vieram a sua mente:

Abraçada ao seu homem, ela temia perdê-lo, sabendo que se o perdesse estaria, por sua vez, perdida, pois voltaria à vida que sabia infame, mas que exercia um fascínio demoníaco sobre o seu espírito de mulher condenada a viver de mão em mão, sem dono certo, sem nenhum dono, como sua mãe, que já tivera vários homens e, mesmo na velhice, continuava a mudar de machos; como as irmãs, que tiveram o mesmo destino da mãe, e estavam todas no meretrício, apanhando dos cabras e dos remeiros. Abraçada ao seu homem que partia, ela temia voltar à vida de mulher de todos e de ninguém, recordando-se que se prostituíra, menina ainda, na esteira da própria mãe, seduzida pelo homem que estava amigado com a infeliz que a trouxera ao mundo; durante algum tempo, filha e mãe viveram sob o mesmo teto com o mesmo homem[...]. (C. C., p. 19)

Finalmente, revela-se a personagem Doninha Calango. O narrador usa sua onisciência pra traçar um perfil degradante da mulher pela qual Domingos se apaixonara. Doninha era

prostituta, “condenada a viver de mão em mão”, como já acontecera na transição de João de Longe para o cabo-de-turma. E o pior: essa vida pregressa exercia sobre ela um “fascínio demoníaco”, e disso deduz-se que a ausência de seu homem a jogaria novamente no meretrício. Contraditoriamente, Doninha era mulher “sem dono certo”, mas também “sem nenhum dono”, portanto livre, dona do seu corpo, conforme explica Valverde (2002): “Por ser mulher de vida mais ou menos livre é duplamente marginalizada, e por isso, consegue transitar com uma certa liberdade, ser dona do próprio corpo, alheia às instâncias do poder [...], indiferente para com as ‘hierarquias terrenas’”. (p. 116)

Porém, sua condição de “mulher da vida” é associada a um determinismo cruel, como coisa “de sangue”, uma vez que mãe e irmãs também desempenham tal ofício; é associada ainda a um estigma traumático: sua iniciação se deu em seu próprio lar, com o seu padrasto, sob o mesmo teto que a mãe, que por sua vez, segundo o narrador, é uma “infeliz” que a pôs no mundo. Sobre essa representação, Moreira (2007) afirma:

Nas ficções, o universo da prostituta é narrado, de forma recorrente, como o espaço do profano, da luxúria, do desregramento moral e social, por influência, em parte, de dogmas religiosos, sociais e políticos de aceitação. De acordo com tal perspectiva, ele representa o local do excesso, da farsa e da dissimulação, povoado por seres humanos estranhamente contraditórios, que não se enquadram ao lócus moral e social de prestígio. (p. 239)

Diante de tamanha demonstração de volubilidade no que se refere à relação da personagem com os homens, é apresentada a seguir, na trama, uma fala sua, de tamanho teor contraditório, senão irônico: “- Eu agora quero só você, Dominguin. Não sei viver com outro homem” (p. 19). Depois de demonstrar a descaracterização da personagem, acentuando seu caráter volúvel e fraco, motivada em parte por um determinismo cruel, o narrador abre espaço para uma fala que destoa absolutamente de tudo o que foi descrito anteriormente. No mínimo, depois de tudo o que foi apresentado, extirpa-se totalmente a possibilidade de essa fala, de essa afirmação da personagem ser verdadeira. Doninha Calango, pelo seu histórico, sabe e precisa viver com outro homem, até mesmo pelo fascínio demoníaco que, segundo o narrador, o meretrício exerce sobre ela, ou pelo que é definido como sua “falta de vontade”:

Quando um homem a tomava sob seu poder, sentia-se protegida e segura, e se entregava toda a ele, feliz, tranquila, sem preocupações, e lhe era fiel de corpo e alma. Mas, se o perdia por um instante que fosse, voltava a ser um bagaço de gente, uma mulher sem vontade, de quem qualquer homem poderia lançar mão, servindo-se dela como bem entendesse. (C. C., p. 20-21)

Doninha irá viver com outro homem porque precisa viver com um homem para se sentir protegida e segura. Essa afirmação se baseia nessa fidelidade temporária e esdrúxula, pois como ser “fiel de corpo e alma” a alguém e ao perdê-lo por um instante já estar nos braços de outro? Mais uma vez, o narrador lança mão da onisciência para vilipendiar a personagem, expondo suas características menos louváveis com doses marcantes de ironia.

Um ponto cego do narrador, mas que é permitido construir pela leitura é essa tensão no posicionamento de Doninha Calango em relação à sexualidade. Tendo em vista sua condição social e sua história de vida, ela nunca será a mulher principal, portanto nunca será retirada desse lugar de prostituta. E, já que não vai deixar de ser prostituta, opta por não ficar sozinha, aproximando-se dos homens com quem se sente segura e protegida.

Porém, o massacre imposto pelo narrador continua. Ao contar a história de vida de Doninha, novamente sua personalidade e sua índole são colocadas em xeque, desenvolvendo uma idéia de que a condição de Doninha de mulher da vida é irreversível, tendo em vista as situações de vida pelas quais passou, a miséria a que sempre esteve submetida e a uma “fraqueza de espírito” ou “falta de vontade” que a empurram para a vida de mão em mão. O seu primeiro homem foi o seu padrasto:

Farrapo de gente, não tinha vontade diante de nenhum homem. Fora assim com “seu” Norberto, o amásio de sua mãe, que, no dia que quis, só fez chamá-la para a esteira, e ela, obediente, dócil, foi-se deitar com ele, enquanto a mãe lavava roupa no rio. Durante um ano foi rapariga daquele velho sujo e sem dentes, sem que a mãe desconfiasse de nada. (C. C., p. 21)

A sua primeira experiência com um homem se deu com alguém pelo qual não tinha qualquer tipo de desejo, sendo impelida a se relacionar com ele pela força, pela lógica patriarcal de dominação. O padrasto impôs sua condição de patriarca, mesmo não sendo o pai verdadeiro de Doninha, e esta, reconhecendo esse poder, não pôde contrariá-lo, aceitando o assédio e cedendo a ele. O abuso sexual do corpo da enteada se manteve por um ano, marcando a personagem para toda a vida. O padrasto se utilizou de sua função patriarcal, através da qual, para Saffioti (2002, p. 1), “os homens detêm o poder de determinar a conduta de [mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos], recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade [...]”. E, ainda segundo Saffioti (2002, p.15), “O trauma decorrente de um abuso sexual varia enormemente da situação em que o agressor é desconhecido ou até mesmo conhecido, mas não-parente, para a circunstância agravante de ser perpetrado pelo pai, pelo tio pelo avô, etc”. Para se livrar do abuso sexual que sofria, foi necessário que Doninha se envolvesse com outro homem, o soldado Maurício, que por ela se

encantou e queria se casar. Quando soube do que se passava com o padrasto de Doninha, tirou-a de casa, momento no qual sua mãe ficou sabendo do acontecido, mas nada podia fazer.

Maurício a levou para morar na casa de Lió Preta, “uma velha prostituta que vendia cachaça e alugava quartos às que ainda ‘faziam a vida’” (p. 22). Maurício pretendia morar lá com Doninha até que montasse uma casa para eles. Porém, isso não aconteceu. Mais uma vez, a “falta de vontade” da personagem foi determinante para mudar o rumo da situação:

Depois de dois ou três meses de vida feliz, na companhia de Maurício, na casa de Lió Preta, por culpa de uma diligência que o soldado teve de fazer na caatinga, ela ficou uma semana sem homem, sem proteção, entregue à sua fraqueza, á sua falta de força de vontade. Lá uma noite, o soldado Elesbão, não tendo encontrado mulher desocupada na casa da velha piobochila, entrou, fingindo-se desavizado (sic), no quarto de Doninha. Ela, a princípio, resistiu, dizendo que era de outro homem, de outro soldado, e que não podia fazer aquilo com ele. Elesbão, porém, teve argumentos fortes, e mais que argumentos, braços fortíssimos, que não precisaram fazer muita força para levar Doninha para a cama. Quando Maurício voltou, não a encontrou na casa de Lió: estava morando na casa de Januária, por conta de Elesbão. (C.C., p. 22)

Mesmo diante de tudo o que o soldado Maurício fez por Doninha, sua afeição por ele não resistiu diante da sua ausência por alguns dias. A “fraqueza” e a “falta de força de vontade” foram as responsáveis por Doninha deixar Maurício e se amasiar com Elesbão. E mais uma vez, o narrador, em sua onisciência, brinca com as contradições, sempre sugerindo uma diminuição do caráter da meretriz: apesar de os braços fortíssimos de Elesbão serem citados, o que poderia sugerir o envolvimento dela com ele à força, imediatamente vem a ressalva de que esses braços nem precisaram fazer muita força para levá-la para a cama. A “lealdade de corpo e alma” não resistira, e assim continuaria sendo, pelo fio de um narrador empenhado em difamar sua personagem.

Dois dias depois da volta de Maurício, diante do acontecido, matou Elesbão a facadas e foi mandado a prisão em Salvador. Sozinha, Doninha agora fazia vida na casa de Januária, e se constituiu como a grande atração da cidade, até que Luís Carteiro a tirou do prostíbulo e montou casa para ela: “era doido por ela, tratando-a com seda e veludo, numa casa bem arrumada, na Rua de Cima” (C.C., p. 23). Apesar do bom tratamento, Doninha não ficou muito tempo com Luís, que precisou passar um mês em Xique-Xique a serviço, sendo esse tempo suficiente para que Doninha fosse levada por João de Longe, jagunço do coronel, com quem Luís Carteiro achou por bem não discutir, e pediu transferência de cidade. Após quatro anos com João, Domingos Amarra Couro a encontrou e a levou consigo.

No desenrolar da história, Doninha se vê sozinha e escolhe o caminho da prostituição. Quando novamente é “resgatada” por alguém que lhe dá de tudo, basta que fique sozinha para que seja levada por outro homem, seguindo sua triste sina, até chegar a Domingos. E não há como garantir que dessa vez será diferente, diante da ausência do cabra desertor. A forma como o narrador aponta os defeitos da personagem não deixa espaço para que nela se veja um pouco de humanidade, ou para que se encontre em seu sofrimento e miséria alguns dos fatores determinantes para seu comportamento. Segundo Valverde (2002, p. 117), Doninha “traz o destino da serpente, que põe a perder os homens, mas também é benevolente, está sempre disponível, representando a busca da luz na consumação libidinal”.

Essa visão inflexível e descaracterizadora da prostituta, provavelmente vinculada a preceitos morais arraigados, se opõe a abordagem da prostituição na obra de Jorge Amado. Segundo Jorge Araújo (2003, p. 117),

A obra de Jorge Amado vê a prostituta, primeiramente, como pessoa. Uma pessoa intimamente vulnerável, mas forte, determinada, guerreira. Claro que seria cabotinismo fazer da prostituição um símbolo prosélito do espírito da solidariedade universal. Perceba-se na obra amadiana, entretanto, uma identidade ideológica presumivelmente redentora. É como se a obra quisesse compensar, na figura alegre e sobranceira da prostituta, a violência praticada pelo sistema social e econômico contra os despossuídos.

Portanto, não há paralelo nas abordagens da prostituta entre as obras de Jorge Amado e a obra *Os Cabras do Coronel*. Nem mesmo o sentido redentor, apenas se mostra na obra de Wilson Lins a vulnerabilidade da meretriz, ainda assim associada a um comportamento condenável de traição e volubilidade. No entanto, há um aspecto que se deixa entrever na narrativa, o qual mostra um aspecto contraditório, mas dessa vez favorável à “mulher da vida”: apesar de todas essas traições, de toda essa “falta de vontade”, todos os homens não se contentam com apenas uma noite com Doninha Calango. Apesar de ser prostituta, seus pretendentes vão sempre em busca de uma promessa de estabilidade que contraditoriamente teria a oferecer, por isso querem possuí-la, tê-la ao seu lado por mais que um encontro.

O narrador se incumbe de organizar sua narrativa de forma a apresentar Doninha Calango como uma personagem acima de tudo baseada em aspectos contraditórios. Sua conduta ao longo da trama mostra que preencher sua necessidade de estar ao lado de alguém não garante estabilidade no relacionamento. A qualquer momento tudo pode mudar, e talvez isso atraia ainda mais os homens à sua volta. No entanto, todo o fio condutor da história, no que se refere a ela, traz referências negativas que se multiplicam, a comprovar sua insignificância ou sua importância, a depender da maneira como são interpretadas essas

referências. O fato é que não há meio termo, o narrador manipula os fatos contra a personagem, e suas atitudes só comprovam os defeitos que lhe são atribuídos. Esse tipo de foco narrativo se aproxima de uma das hipóteses de narrador pós-moderno defendidas por Silviano Santiago (1989, p. 40):

[...] o narrador pós-moderno é o que transmite uma “sabedoria” que é decorrência da observação de uma vivência alheia a ele, visto que a ação que narra não foi tecida na substância viva da sua existência. Nesse sentido, ele é o puro ficcionista, pois tem de dar “autenticidade” a uma ação que, por não ter o respaldo da vivência, estaria desprovida de autenticidade. Esta advém da verossimilhança que é produto da lógica interna do relato. O narrador pós-moderno sabe que o “real” e o “autêntico” são construções da linguagem.

Esse narrador que utiliza a verossimilhança como recurso de construção do seu imaginário, amparando-se em valores sociais e ideologias que defende, termina por construir um texto ficcional em que a personagem, por ser prostituta, por não se enquadrar à moral dominante, principalmente aos preceitos morais mais conservadores, é destituída de humanidade ou possibilidade de recuperação social. O conservadorismo do narrador atira Doninha Calango na escuridão da imutabilidade, condena-a a ser sempre escória, a meretriz que nunca se afastará do seu passado. Estará sempre de “mão em mão”, ao sabor das ausências de seus homens e da insistência de outros, à mercê de sua “falta de vontade”. Essa irreversibilidade de papéis dos personagens na obra de Wilson Lins é analisada por Jorge Araújo (2008, p. 128-129):

Elementos estigmatizados na tribo (Domingos Amarra Couro, Zé Leopoldino, Doninha Calango) não subsistem na pressão da trama e sucumbem à irradiação de seu destino trágico, com destaque para a mulher fatal Doninha Calango e a Pedro Velho, espécie de vidente especialmente associado à Morte, de quem se declara afilhado. A trama prevê a irreversibilidade de fatos e papéis envolvendo os atores sociais que a dinamizam, o mito servindo como atenuante de conflitos e sua acomodação na sociedade agro-pastoril minada pela guerra de poderes políticos num sistema social dominado pelo chefe feudal e sua coorte de guerreiros jagunços, feitos à imagem de um atavismo determinista e paralisador, onde o fluxo da consciência se inviabiliza pela inalterabilidade.

E Doninha Calango não mudou. Domingos Amarra Couro não voltou a vê-la, pois foi morto, depois de ter tomado de assalto a igreja de Pilão Arcado, pelos próprios membros do grupo de jagunços que formara na sua mal-sucedida odisséia pelo sertão. Retornara para se vingar, pois soubera que sua amada estava nos braços de outro: Pedro Gamela, o primeiro homem a oferecer ajuda à pobre mulher abandonada pelo jagunço desertor.

4.4. Doninha: a intensificação de sua imagem negativa

Se por um lado o segundo o volume da trilogia apresenta uma atenuação nos combates que se apresentavam na primeira obra, o mesmo não se pode dizer da “guerra” entre o narrador e Doninha Calango. Em *O Reduto*, a personagem tem a sua condição social ainda mais rebaixada, passando por vários homens, provocando conflitos e tendo contra si impetrada a fama de azarenta, de causadora de desgraças.

Doninha Calango reaparece recuperada da perda do amásio Domingos Amarra-Couro, morto pelos seus comparsas na torre da Igreja. Amparada por Pedro Gamela desde o desastre que tirou a vida daquele a quem prometera amor, Doninha reencontrou a felicidade, mesmo vivendo sustentada por um homem casado¹⁹.

O primeiro episódio na obra que chama a atenção para a fama ruim de Doninha se dá por conta de uma comemoração de Terno de Reis, onde ela se destaca como porta-estandarte, dançando com tal sensualidade²⁰ que desperta os olhares de Zé Cearense, ex-comparsa de Amarra-Couro, que, ferido no episódio que culminou com a morte do cabo-de-turma, ficara na Vila cuidando de um ferimento a bala sofrido na terrível noite. Pedro Gamela percebe o interesse do forasteiro em sua amante, e lança sobre eles olhares de raiva. Enquanto isso, o narrador sentencia a sina ruim da mulher que desperta os interesses daqueles homens:

Desde a Festa do Divino, nos Intans, vinham os dois numa surda disputa pela posse da mulher que já botara tantos outros a perder, e que a partir da morte de Domingos Amarra-Couro passara a gozar fama de azarenta. Sem ligar para o sangue-mau que diziam correr nas veias da cabrocha, os dois machos estavam loucos por ela, e por isso, naquela noite de reis, enquanto o terno dos pobres desfilava pela Rua do Meio, vinham colados a ela, seguindo-a de perto, a permutarem olhares de rancor que não passavam despercebidos à rapariga, que, feliz por se sentir disputada, aumentava os saracoteios e os requebros, balançando os quadris, sorrindo para ambos. (O. R., p. 52-53)

¹⁹ Pedro Gamela era casado com Joana Batoque, uma “mulher de respeito” (O.R. , p. 103).

²⁰ A dança sensual que se atribui a Doninha remete a outro estereótipo feminino da literatura brasileira: **Rita Baiana**, personagem de *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo: “E viu a Rita Baiana, que fora trocar o vestido por uma saia, surgir de ombros e braços nus, para dançar. A lua destoldara-se nesse momento, envolvendo-a na sua conta de prata, a cujo refulgir os meneios da mestiça melhor se acentuavam, cheios de uma graça irresistível, simples, primitiva, feita toda de pecado, toda de paraíso, com muito de serpente e muito de mulher. Ela saltou em meio da roda, com os braços na cintura, rebolando as ilhargas e bamboleando a cabeça, ora para a esquerda, ora para a direita, como numa sofreguidão de gozo carnal num requebrado luxurioso que a punha ofegante [...]” (Azevedo, 2008, p. 67). Assim como a personagem da obra naturalista, Doninha revela sua sensualidade na dança e encanta os homens, a ponto de se tornarem dispostos a matar e morrer por ela.

A referência do narrador a Doninha, através da denominação de rapariga²¹, demonstra a impressão deturpadora que pretende mostrar da personagem, e reforça essa ideia ao mostrar que Doninha se envaidece ao ser disputada pelos “machos” e, diante disso, aumenta os “saracoteios e os requebros”, sorrindo para seus pretendentes. Mesmo tendo compromisso com um homem – apesar de ser casado –, a personagem não dispensa os apelos de outro, revelando seu caráter infiel. Numa sociedade machista, onde a traição do homem é normal e a da mulher inadmissível, o comportamento da cabrocha reforça a sua caracterização negativa imposta pelo narrador. Ocorre ainda, o reforço da oposição entre o universo masculino e feminino, uma dualidade representada através da submissão feminina em oposição ao poder do homem. Nesse sentido, é importante destacar o que afirma Xavier (2008, p. 21-22):

Além da oposição macho/fêmea corresponder ao dualismo mente/corpo, a corporalidade feminina, sempre mais frágil e vulnerável, é usada para justificar as desigualdades sociais; a vinculação da feminilidade ao corpo e da masculinidade à mente restringe o campo de ação das mulheres, que acabam confinadas às exigências biológicas da reprodução, deixando aos homens o campo do conhecimento e do saber.

No universo eminentemente machista do coronelismo, e em consequência das obras analisadas, faz-se importante adaptar a declaração acima, substituindo-se a atribuição aos homens do conhecimento e do saber por truculência e força, maiores indicadores de poder nessa sociedade. Aos homens, atribui-se o controle social pela força, às mulheres, a submissão, como um mero instrumento corporal de reprodução e satisfação dos desejos sexuais de seus “senhores”.

A disputa por Doninha Calango continuava, e num Bumba-Meu-Boi, novamente Pedro Gamela e Zé Cearense estiveram na iminência de irem às “vias de fato”. Diante da ameaça de mais um acontecimento ruim associado a Doninha, Manoel Jeremoabo, responsável pela segurança da Vila na ausência do Coronel Franco, em diligências contra a Coluna Prestes, chamou Zé Cearense para uma conversa, no intuito de evitar que o pior

²¹ Rapariga, no Português de Portugal, é correntemente usada com o significado de moça, jovem, feminino de rapaz. No Nordeste do Brasil, no entanto, significa prostituta, meretriz. A esse respeito, afirma Pereira Júnior (2002, p. 27-28): “O latim ‘rapax’, ‘rapacis’, ‘rapacem’ batizava todo aquele que rouba, os ladrões a mão armada, os gatunos e salteadores, os saqueadores e demais devotos da arte de rapinar o próximo. [...] Na virada medieval, ‘rapaz’ saboreia gradativa elitização, até perder sua carga pejorativa. [...] Na península ibérica, o casal ‘rapaz’ e ‘rapariga’ vivem relação das mais pudicas com a sociedade. ‘Rapariga’, no entanto, cruzou o oceano rumo ao Nordeste brasileiro até o século XVI, com ecos de suas injúrias do passado. Dada sua ficha corrida, compreensível que o termo ‘rapariga’, até hoje feminino de ‘rapaz’ em Portugal, seja aplicado às prostitutas nas cidades nordestinas do Brasil”.

acontecesse. Jeremoabo argumenta que a cabrocha já tem dono, sentenciando que ela era mulher de Pedro Gamela. O diálogo continua:

- Ao que eu saiba, a mulher dele é Dona Joana Batoque. Essa outra ele apanhou sobrando na rua. Sou novo aqui, mas dessas coisas eu já sei. A Doninha é mulher da vida, e assim como o finado Domingos tomou ela do finado João de Longe, eu posso fazer o mesmo, tomando ela de Pedro Gamela.

- Você citou aí dois defuntos, e é bom que veja que já tem defunto demais na vida dessa mulher, que não é flor que se cheire e tem sangue de aratanha, sangue-mau, azarento. Afaste-se dela. Falo como se fosse seu pai, pois venho tratando você como um filho. Falo para seu bem. (O. R., p. 62)

A conversa revela o pouco valor que tem Doninha, mesmo para aquele que a deseja. Zé Cearense a considera, além de “mulher da vida”, um objeto, que pode ser tomado dos outros à força, pois foi apanhada por seu rival “sobrando na rua”. Para Manoel Jeremoabo, a cabrocha não goza de melhor avaliação, pois atrai desgraça – tem defunto demais na sua vida – e é azarenta. As advertências eram para o bem do forasteiro, dada a tamanha força negativa que aquela mulher representava. Porém, o pedido para que Zé Cearense esquecesse Doninha não foi atendido.

Pouco tempo depois da conversa com Manoel Jeremoabo, Zé Cearense foi surpreendido com uma visita inesperada: Doninha, sorrateiramente, o procurou no quatinho em que vivia, e, sorrindo, se ofereceu a ele. Mesmo surpreso com o que via, o forasteiro a pegou nos braços e pôde enfim realizar os seus desejos. A noite de amor dos dois é narrada de maneira voluptuosa, destacando a animalização a que os amantes se submetem durante o ato sexual:

- Tu me mata, doido! – gemeu a fêmea, que, por sua vez, com toda força de que dispunha, apertava-o de encontro ao corpo, mordendo-lhe os ombros, metendo-lhes as unhas nas costas, e como dois brutos se atiraram para dentro da rede, cujos punhos rangiam nos armadores. Na exaltação a que se entregaram, rugiam como feras, cada qual querendo possuir o outro com mais fúria, como se estivesse numa luta de vida e de morte. Em dado momento, rolaram da rede para o chão, e nos ásperos ladrilhos de barro cozido continuaram a peleja, enlaçados, vibrantes. Vez por outra, ela soltava um suspiro, gemia, enquanto ele permanecia mudo, dizendo tudo o que lhe ia por dentro, apenas com o corpo convulsivo, que, excitado, colado ao corpo dela, contorcia-se pelo chão. Eram dois animais estuantes de desejo, em plena demência da carne, a se morderem, convulsionários, cada qual querendo tirar do outro o máximo de gozo, como se fossem morrer no fim do coito. (O. R., p. 88)

Mais uma vez, Doninha se oferece, tomando a iniciativa da traição. Procura outro homem, mantém relações sexuais com ele, e ratifica seu comportamento condenável perante o narrador e a sociedade da qual faz parte. O comportamento animalesco descrito na cena coloca lado a lado o forasteiro, antigo cangaceiro, agora protegido pelo lugar-tenente do Coronel e a prostituta, “mulher-de-todo-mundo”, entregues a um desejo que nada apresenta de romântico, ou que pelo menos confira ternura num encontro amoroso. O que há é volúpia, desejo carnal, excitação sexual. Doninha e Cearense não parecem dignos de sentimento tão nobre quanto o amor.

O encontro dos amantes, no entanto, não foi segredo apenas deles dois: Lidoíno contou para Berto Lopes, amigo de Pedro Gamela, que Doninha tinha sido vista com Zé Cearense. Pressionado por Lopes, Lidoíno se recusa a dizer quem lhe contara tal fato, ao passo que o amigo de Gamela retruca: “- Se não disser quem viu, [...] terá de confessar que estava inventando [...] uma calúnia contra uma mulher, que pode ser puta, mas está sob a responsabilidade de um homem de respeito” (O. R., p. 96). Diante da atitude destemperada de Berto Lopes, Zé Leocádio, dono da venda, intervém na conversa, referindo-se a Doninha: “Ela é uma cadela que qualquer cachorro cruza. Botando chifre em Pedro [Gamela], ela até que faz muito bem, pois quem tem a mulher que ele tem, não é para andar atrás de uma sem-vergonha!” (O. R., p. 96).

Do diálogo, percebe-se a visão que os homens da Vila têm de Doninha Calango: “puta”, “cadela que qualquer cachorro cruza”, “sem-vergonha”. Através da fala dos personagens, reforça-se a ideia de sordidez moral de Doninha, defendida pelo narrador ao longo da narrativa. A atitude da cabrocha em trair Pedro Gamela com Zé Cearense mais uma vez a condena à ira dos moradores de Pilão Arcado, indignados com aquela cujo histórico já trazia vários homens em sua vida, a maioria deles mortos. Assim, o narrador vai construindo a imagem torpe de Doninha Calango, por um lado humilhada por sua promiscuidade e condição de mulher da vida, por outro lado mergulhada na condição de azarenta, amaldiçoada, acostumada a atrair desgraça para aqueles que com ela se envolvem, conforme salienta Valverde (2002, p. 116-117): “A volubilidade do seu comportamento levava seus amantes e ex-amantes ao conflito e à tragédia, um após outro, criando para si a fama de mulher fatídica”.

Amigo de Pedro Gamela, Berto Lopes se incumbiu da tarefa de contar sobre a traição de Doninha Calango. E por mais que Lopes dissesse ao amigo que não valia à pena perder a cabeça “por causa de uma cadela ordinária, que nem o respeitava” (O. R., p. 103), Gamela tem um acesso de cólera ao saber da traição de sua amante, chegando a insultar o amigo que lhe trouxera a informação.

Eis que a traição de Doninha não custava a ter um preço. Pedro Gamela despejou toda a sua raiva sobre sua amante, dando-lhe grande uma surra. A violência foi tamanha, que os gritos da mulher chamaram a atenção de todos na rua. Porém, essa atenção não significava piedade daquela que acabara de ser espancada: “- Bem feito! Que é que ela tinha de estar procurando outro homem, se ele lhe dava de tudo?” (O. R., p. 118). A mulher-dama cometera um pecado ainda maior que viver com um homem casado com outra: ela o traiu com outro homem, desafiando a sociedade de ideologia predominantemente patriarcal, que legitima o adultério masculino, mas condena a adúltera. O Cabo Filó, da polícia, não identificou providência a tomar ao ver Doninha espancada. Restou a ele afirmar: “- Pensando bem, nenhuma providência deve ser tomada num caso como este. O Pedro bateu no que é dele, na mulher que ele sustenta. Ela bem mereceu a pisa que tomou. Mulher ruim é assim que deve ser tratada” (O. R., p. 119).

Na fala do Cabo, percebem-se dois aspectos que reforçam a humilhação da personagem Doninha Calango na narrativa. Primeiro, trata-se de uma questão de cunho econômico: a mulher pobre, sustentada por um homem, ainda que casado, torna-se sua propriedade, e por conta disso, ele tem liberdade para fazer com ela o que quiser, inclusive espancá-la. Segundo, tem-se um aspecto social: mais uma vez, agora na voz de um personagem que representa uma autoridade local, o conceito depreciativo sobre a mulher: a “mulher ruim”, aquela trai um homem, que por sua vez também trai a sua esposa, deve ser tratada desse jeito, na pancada, não importam deus direitos ou valores.

Manoel Jeremoabo, o responsável pela ordem em Pilão arcado na ausência do Coronel, ao saber dos acontecimentos, decide mandar Zé Cearense embora da Vila, antes que o pior aconteça entre ele e Pedro Gamela. Cearense não tem outra opção a não ser obedecer à ordem de Manoel. No entanto, apaixonado que estava, tenta convencer Doninha a ir embora com ele.

A cabrocha, mesmo ainda cheia de feridas por conta da surra que sofrera de seu amante, recusa-se a ir embora de Pilão Arcado, referindo-se à sua “falta de sorte”: “Não posso, não, Zé... Vá sem mim, eu só sirvo para atrapalhar. O povo tem razão quando diz que atraio desgraça... Vá embora... Vá embora... Se afaste de mim...”. (O. R., p. 143) Nesse trecho, o discurso do narrador sobre Doninha é convertido em sua própria fala, como um recurso para confirmar aquilo que já se atribuía a ela ao longo da narrativa: alguém sem sorte, que só atrai desgraças.

Zé Cearense não se rende aos pedidos de Doninha, e deduz que só poderá tê-la se se livrar de Pedro Gamela. Decide dar cabo da vida do adversário para enfim ter a mulher pela

qual se apaixonara. Vai em direção à beira do rio, onde certamente o encontraria. Porém, depara-se com Zé Possidônio e Manoel Bicotada, amigos de Gamela. Eles entram em conflito, e ao final da contenda, Cearense fica desacordado pelo chão. Ajudado por Sinhá Isabel da Beirada, o forasteiro é colocado numa barca para Juazeiro por Manoel Jeremoabo. Agora restava a Zé Cearense se recuperar da surra e planejar sua vingança contra Gamela e seus amigos, o que tentaria pôr em prática com a ajuda do jagunço Marimbondo, amigo dos tempos do bando de Amarra-Couro. A “sina ruim” de Doninha ainda provocaria o derramamento de muito sangue no sertão.

Doninha Calango continuou a causar a ira dos moradores. Quando alguns jagunços chegaram á beira do rio, ensanguentados, numa barca, várias pessoas da Vila logo associaram o fato à mulher mais desgraçada de todas, pelo fato de ter sido aquilo resultado de um embate entre jagunços do Coronel Franco e os de Zé de Andrade, empregado de Torquato Thebas, com a ajuda de Zé Cearense, que se aliara a ele depois que fora escorraçado da Vila: “- Aquela peste precisa é ser corrida daqui a pau, senão vai desgraçar ainda muita gente! – berrou outra voz, no meio do povo” (O. R, p. 182). Dessa vez a manifestação do povo contra Doninha foi ouvida por seu filho com João de Longe, Tidu, que chegou a sua casa chorando, diante de tudo que falavam sobre sua mãe. Nesse momento, Doninha toma uma decisão, entendendo que era preciso agir drasticamente para garantir a felicidade de seu filho:

Descobrimo que a morte era a saída que lhe restava, começou a pensar em matar-se. Desejando morrer, sentiu pena do filho que ia ficar sem ela, sem os seus cuidados, num mundo hostil. Apertando contra o peito o pequeno que estremecia a cada afago seu, temia pela sua sorte, sofrendo por ter de se separar dele, quando ele mais precisava dela ao seu lado. A mãe que ela não tinha conseguido ser durante todos aqueles nos, revelava-se naquele instante final, e era como se as lágrimas daquele instante a tivessem lavado de toda impureza. Decidida a morrer para que o filho tivesse uma vida limpa, a prostituta, encontrando a paz no sofrimento, purificava-se aos seus próprios olhos. (O. R., 183-184)

A epifania²² vivida pela personagem é também um momento de redenção: a mulher vil, desgraçada, impura abria mão de sua vida para garantir uma vida melhor para seu filho – o sentimento de maternidade e sua atitude de despojamento a “limpava” de seu passado, segundo o narrador, sempre com as ressalvas:

²² A noção literária de Epifania se relaciona com a sensação súbita de compreensão da essência de algo, de descoberta repentina. Na literatura brasileira, é comum a presença da epifania nas obras de Clarice Lispector. Além do campo da literatura, este termo também dá nome a uma festa cristã chamada de Epifania do Senhor, que celebra a assunção de Jesus Cristo.

A mulher que momentos depois iria sair dali, nada mais teria a ver com a Doninha outrora abúlica e sem caráter, que se rendia submissa ao primeiro macho que lhe deitasse a mão. Uma outra Doninha nascia, naquela manhã, embora que apenas para morrer. Tendo vivido na maior baixeza, elevava-se, afinal, para cair talvez para sempre, embora adquirindo na queda uma grandeza que não estava nos seus propósitos, que jamais entrara em suas cogitações. (O. R., p. 184)

Até mesmo o momento de maior representação positiva de Doninha não escapa do posicionamento conservador do foco narrativo: a mulher, que antes era “abúlica e sem caráter” e que “se rendia submissa ao primeiro macho que lhe deitasse a mão” renascia, apenas para morrer. E atingia “uma grandeza que não estava nos seus propósitos, que jamais entrara em suas cogitações”: mesmo quando se podia considerar nobre, capaz de boas ações, essa atitude não estava nos seus planos, não era fruto de sua vontade, mas sim do acaso, da própria situação.

Mas a atitude que representaria a redenção de Doninha, o suicídio, terminou não acontecendo, e trazendo ainda mais desgraça à vida daquela mulher que representa na narrativa tudo que há de mais infeliz. Doninha se joga no rio, para se matar, mas Rosa Cavalo salta também para salvá-la. As duas começam a se afogar, e são resgatadas por Facundo Boi em sua canoa. São trazidas para a beirada, mas a suicida não tem êxito em seu propósito, ao passo que Rosa, que tentou salvá-la, não resiste e termina morrendo, configurando mais um episódio desastroso na vida conturbada de Doninha Calango. Ao tomar conhecimento da morte da esposa e de suas circunstâncias, Anjo Cavalo despeja toda sua ira sobre a malograda suicida, tendo que ser levado preso para ser controlado: “- Desgraçada! Azarenta dos inferno! Mulher ordinária! Puta infeliz! Por causa dessa cadela minha mulher está aí, morta! – gritava Anjo Cavalo, a espernear, agarrado por dois homens que o arrastavam para a cadeia” (O. R., p. 192). A trégua com Doninha na narrativa terminara, atribuindo a ela mais uma infelicidade, somada aos terríveis adjetivos que lhe são lançados pelo personagem Anjo Cavalo: “desgraçada”, “azarenta”, “ordinária”, “infeliz”.

Após os episódios da partida de Zé Cearense e da tentativa malsucedida de suicídio, Doninha se reconcilia com Pedro Gamela. Mas não escapa do mau juízo dos moradores da vila. Em plena sexta-feira Santa, estava em casa com Pedro Gamela, quando começou a “serração²³”. Sendo o alvo da inusitada homenagem, Gamela não contém a raiva diante das

²³ A “serração” é um costume da Semana Santa em que algumas pessoas entoam cantos ralhando os “amancebados”, aqueles casais que não estão juntos conforme as leis da Igreja. Na obra, o narrador faz uma descrição do acontecimento: “Eram dezenas de serrotes, empunhados por mãos vigorosas, serrando chifres apanhados a esmo nos monturos da Vila [...]; enquanto os serrotes rangiam nos chifres, alguns participantes da

provocações, tais como “Vá dormir com sua mulher, e deixe esta amigação, condenado!” (O. R., p. 213) e, com um arpão nas mãos, sai pela rua atrás dos brincalhões. No entanto, sua cólera tem uma consequência grave: ao arremessar o arpão contra um grupo de “serradores”, acerta e mata Granjinha, fugindo em seguida para não cair nas mãos dos companheiros do rapaz morto por ele. A morte do rapaz foi atribuída à má-sorte que acompanhava Doninha, pois ao seu redor não cansavam de acontecer desgraças.

Com Pedro Gamela foragido por causa da morte de Granjinha, Doninha Calango voltou a ser cobiçada pelos homens da Vila, deixando transparecer, mais uma vez, seu caráter volúvel, sua fraqueza diante dos homens. Durante a festa de São Gonçalo, promessa de Pedro Gamela dedicada à volta do Coronel à Vila, Doninha desperta o interesse de Rosendo, rábula amigo do coronel Franco. Manuel Bicotada, amigo de Gamela, vigiava os passos da sua amásia, e percebeu que Rosendo havia se interessado pela cabrocha:

E sua raiva cresceu no instante em que viu o lúbrico olhar do sedutor cair em cima do corpinho delgado de Doninha Calango, escorrendo-lhe pelas espáduas para rapidamente, lhe envolver a fina cintura e as fornidas ancas. (O. R., p. 274)

Bicotada ficou ainda mais furioso quando se deu conta de que Doninha correspondia aos galanteios do rábula: “[...] Doninha, dançando, passou perto do rábula e este lhe sorriu, piscando o olho, ela, requebrando-se toda, voltou-se sorrindo, correspondendo ao enxerido”. (O. R., p. 274). Mesmo com seu amásio fugido, impedido de fazer parte da festa que ele mesmo planejava, ela não deixava de demonstrar interesse pelo homem que a cortejava, reforçando, mais uma vez, a tese de fraqueza diante dos homens, sua falta de vontade, já preconizada pelo narrador na primeira obra da trilogia.

4.5. O destino de Doninha

Na última obra da trilogia de Wilson Lins, a presença de Doninha Calango na narrativa se torna mais dispersa, sem o mesmo destaque das obras anteriores, como um epílogo em menor intensidade. Em *Remanso da Valentia*, a prostituta que causara tanta desgraça nas histórias anteriores continua a captar em torno de si acontecimentos ruins,

brincadeira emitiam os mais variados sons, imitando miados de gato, latidos de cachorros, ornejos de jumentos [...]”. (p. 213)

levando seus homens a desfechos trágicos. Permanece nesta obra, ainda, a sua sina de se envolver com vários homens, ratificando sua fraqueza diante deles.

Pedro Gamela, seu amante, está preso pela morte de Granjinha. O assassino resolvera se entregar por ordem do coronel Franco, que lhe garantira melhor sorte no julgamento. Quem cuida do caso é o rábula Rosendo, que passou a nutrir uma admiração especial por Doninha. Cuidando dos detalhes do julgamento a pedido do coronel, o defensor demonstra especial dedicação ao caso, inclusive se preocupando em garantir o sustento da mulher cujo amante e sustentador se encontrava atrás das grades:

Acabando, naquele mesmo instante, de vir da casa em que o rábula se encontrava hospedado, [Doninha Calango] repetia para o amásio o que acabara de ouvir dele, não se esquecendo de acrescentar que o doutor continuava procedendo como um verdadeiro pai para os dois, inclusive, ajudando nas despesas da casa. (R. V., p. 70).

A aproximação entre Rosendo e Doninha se amplia cada vez mais, até que o rábula consegue, por influência do coronel Franco, inocentar Gamela no julgamento da morte de Granjinha: “Os jurados, por influência do Coronel, haviam absolvido Pedro Gamela, mas o doutor Rosendo vibrava de entusiasmo, convencido de que o resultado do júri tinha sido fruto de sua capacidade de convencer as pessoas” (R.V., p. 104-105). O rábula já não escondia de Doninha o seu interesse por ela, e os dois marcaram de se encontrar na casa de Neném Pita, “solteirona de má-fama”.

Por afeição e gratidão pelo que fizera pelo seu amásio, Doninha estava bastante inclinada a ceder aos galanteios de Rosendo: “Com o amásio fora das grades, Doninha se sentia livre para aceitar as propostas do doutor Rosendo, de quem já estava gostando, e a cuja delicadeza se rendera” (R.V, p. 108). O encontro na casa de Neném Pita foi a oportunidade para que se consumasse o envolvimento entre os dois. Depois de tantos homens rudes, a cabrocha teve a oportunidade de estar ao lado de uma pessoa que lhe dispensava atenção e carinho como nunca acontecera. No quarto dos fundos da humilde casa, mais um homem entrava na vida de Doninha, a desafiar o destino ruim de todos os outros que com ela se envolveram.

O encontro com Rosendo fora para Doninha totalmente diferente de tudo que já experimentara: sentia, nos braços daquele homem, uma sensação nova, e pela primeira vez na vida desfrutava de um tratamento respeitoso e delicado por parte de um homem com o qual se envolvera:

Acostumada, até aquele dia, a só se ver entregue a homens rudes, de modos bruscos e pouca educação, Doninha se sentia fascinada pelo doutor, que lhe acariciava o corpo, com mãos delicadas, alisando suas coxas, seus seios, beijando seus cabelos, seu rosto, sua boca, e tudo isso acompanhado de muitas palavras bonitas. Nunca que cangaceiro nenhum ou pescador ou dono de rede ia saber fazer aquelas coisas. Deslumbrada com o tratamento fidalgo que o doutor estava a lhe dispensar, a cabrocha se derretia em dengos, retribuindo, como podia, as delicadezas que estava recebendo. (R.V., p. 108)

O encontro consumaria o envolvimento dos dois, apaixonadamente inebriados por uma tarde tórrida de amor, num ato sexual sem a feição animalesca que apresentara como quando Doninha se deitou com o jagunço Zé Cearense. “Rosendo era o primeiro com quem ela se deitava sem medo, sendo tratada como gente” (R.V., p. 109). Ao final, o rábula confessa a amante que deseja tê-la só pra ele, o que a agrada, a despeito de seu envolvimento com o agora livre Pedro Gamela. O narrador, pela primeira vez, humaniza a personagem Doninha Calango, nem que seja por meio do homem com o qual se envolvera, reconhecendo na sofrida mulher a possibilidade de mudar de vida. No entanto, tal trégua do narrador é passageira, e Doninha volta a viver com Pedro Gamela.

Rosendo, inconformado em não ter em seus braços a mulher por quem se apaixonara, desiste de voltar para Barra e usa da sua influência junto ao Coronel para arquitetar a expulsão de Pedro Gamela da Vila, obrigado pelos soldados a atravessar o rio. Doninha se recusou a ir embora com o amásio para se jogar nos braços do doutor que a encantara:

Pedro Gamela ainda não teria embarcado na canoa, e já Doninha Calango fechava a porta atrás de si, deixando a casa, quase a correr. Tropeçando nas pedras das ruas mal iluminadas, foi ter à casa de Neném Pita, onde chegou ofegante, entrando às pressas, sem dar boa-noite à dona da casa, indo diretamente para o quarto do rábula. (R.V., p. 139).

Impedido de voltar à Vila, Pedro Gamela teve confirmada por Zé Possidônio e Manoel Bicotada a traição de Doninha com o doutor Rosendo. O amásio, indignado, pensa em matar, no que é demovido pelos amigos, que chegam a sugerir uma surra em Doninha, tendo Bicotada oferecido um “vergaio de boi” para o amigo executar a ação. Os amigos explicam a Gamela que doutor Rosendo “não é jumento sem dono”, e que sua amizade com o Coronel pode trazer graves consequências caso o amásio traído resolva fazer algo contra ele. Os amigos conseguem demovê-lo da ideia de atentar contra Rosendo e terminam a conversa numa dose de cachaça, quando Gamela passa a flertar com a filha de Anjo Cavallo, com a aprovação dos amigos, para o quais “pra dentada de calanga velha só coice de égua nova!” (R.V., p. 148).

Apesar de se aproximar da filha da mulher que sacrificou sua vida para salvar Doninha Calango do suicídio, Pedro gamela não esquecera Doninha. No casamento de Chiquinho Calça-Frouxa, tem conhecimento de que ela está na festa ao lado de Rosendo. Diante da notícia, Pedro Gamela resolve se vingar daqueles que o traíram, mas é impedido por Zé Possidônio. Enfurecido de raiva, Gamela investe sobre o amigo, e os dois iniciam uma terrível briga, que chama a atenção dos presentes na festa:

Dentro em pouco uma pequena multidão se acotovelava em volta dos lutadores. Mas, em meio à luta, eis que um tiro rasga a estupefação dos presentes. Com o estampido, mais gente veio correndo do interior da casa, alguns com candeieiros, outros com tochas. No tumulto, tanto os que já estavam no terreiro, como os que vinham chegando, viram que um dos contendores procurava amparar o outro, mas em dado momento deixou que ele caísse. Só então Zé Possidônio foi reconhecido. Aos seus pés jazia morto o seu melhor amigo. (R.V., p. 208)

A morte terrível de Pedro Gamela pelas mãos de seu melhor amigo foi atribuída por todos a Doninha Calango, uma vez que o finado estava disposto a acabar com Doninha e Rosendo, e, na tentativa de impedi-lo, Zé Possidônio terminou causando a morte de seu amigo. A condição de “azarenta” é mais uma vez reforçada na narrativa através de outro acontecimento trágico envolvendo um homem que com ela se envolvera. Dessa vez, a constatação do azar de Doninha se deu por ela mesma:

Sentindo-se culpada de mais aquela desgraça, ela [Doninha] voltava a se recordar de todos os homens que a amaram e que pelo seu amor foram arrastados à morte. Convencida de que era azarenta como o povo dizia, e causava desgraças aos que dela se aproximavam, teve pena do doutor Rosendo, e resolveu salvar a vida dele, abandonando-o naquele mesmo instante, fugindo do seu amor. (R.V., p. 209-210).

Em sua fuga, Doninha encontrou Pedro Velho²⁴, que diante dela, sentenciou: “Se afaste desse doutor, se não quer que ele tenha o mesmo fim dos outros! – bradou o vidente, cujo olhar de fogo brilhava na escuridão da noite” (R.V., p. 210). Apesar do aviso do velho bruxo, Doninha não conseguiu se afastar de Rosendo, o que para o foco narrativo da trilogia de Wilson Lins significava uma sentença de morte. Sentença que não demoraria a se cumprir, para desespero da mulher que ao longo de sua vida havia convivido com tantas desgraças, e só agora se sentia plenamente feliz ao lado de um homem que a tratava como gente, dando-lhe atenção e carinho.

²⁴ Segundo Valverde (2002, p. 119), Pedro Velho é “vidente e afilhado da morte, de quem recebia visitas quase diárias a lhe revelar os segredos das pessoas que estavam com o destino selado”.

Rosendo decidiu embarcar para Remanso, onde o amigo Coronel Franco cercara a cidade na luta contra Torquato Thebas. Pelo atraso do vapor “Luís Viana”, já pensava em percorrer a distância até Remanso no lombo de um animal. No entanto, a embarcação finalmente chegou a Pilão Arcado e o rábula se dirigiu à cidade vizinha, mesmo diante dos maus pressentimentos de Doninha Calango, que temia perdê-lo e pedia insistentemente que ele não embarcasse.

Confirmando o que pressentira Doninha, Rosendo não chegou a Remanso. O vapor “Luís Viana” foi consumido por um incêndio e, após ajudar a resgatar várias pessoas do barco ao lado de Lauro Dourado, o rábula, já em segurança numa alvarenga²⁵, decidiu voltar ao barco em chamas para resgatar uma pasta cheia de documentos e dinheiro, que deixara em seu camarote. Ninguém conseguiu demovê-lo da ideia, e eis que Rosendo se lançou ao rio e todos viram quando ele conseguiu resgatar a pasta e se lançar novamente às águas de volta, mas a euforia pelo feito daquele homem corajoso se transformou em aflição e tristeza quando ele não retornou ao pequeno barco de resgate. As águas escuras do rio haviam tragado para sempre o corpo do último homem de Doninha Calango.

O coronel Franco, em Remanso, recebeu com muita tristeza a notícia da morte do amigo Rosendo, e não tardou que a notícia se espalhasse e chegasse a Pilão Arcado. Na casa de Neném Pita, onde Doninha estava morando com o rábula, a triste notícia chegou até a dona da casa através de Anjo Cavalo. Doninha Calango não precisou ouvir exatamente o que havia acontecido, a consciência de sua sina e os maus pressentimentos foram suficientes para entender de que se tratava o que ouvira:

Apurando bem os ouvidos, ela ouvira já transtornada, a amiga dizer, cheia de pena:

- Coitado do doutor Rosendo!

Fora de si, correu para a cozinha, e lá chegando foi direta à garrafa de querosene. Apanhando-a, com as mãos crispadas despejou todo o seu conteúdo sobre as vestes. Em seguida pegou da caixa-de-fósforos, e fez fogo.

Neném Pita e seus fregueses ainda estavam a ouvir o relato de Anjo Cavalo, quando Doninha rompeu na porta, como uma tocha viva. Paralisados pela brutalidade da cena, impotentes para fazer o que fosse, viram-na ganhar o beco, os braços levantados, as roupas e os cabelos pegando fogo, a gritar:

-Chamem Pedro velho! Chamem Pedro Velho! Eu quero que ele veja eu morrer! (R.V, p. 266)

A última página da obra reservou a derradeira desgraça da vida de Doninha Calango, uma personagem tão “maltratada” pelo narrador, mas que percorreu toda a trilogia,

²⁵ Embarcação usada para carregar e descarregar navios.

entrelaçando-se com as histórias de coragem e poder do Coronel Franco, levando encantamento, desejo e desgraça aos homens. A morte de Doninha resultou numa atitude previsível de um narrador que ao longo da narrativa condenou a personagem à escória, à margem da sociedade. Nesse sentido, Valverde (2002) afirma:

[...] o narrador se incumba de pôr um fim exemplar a essa que representava a insurreição do espírito feminino naqueles ermos. Doninha deverá servir de exemplo, se tornar um símbolo para a comunidade do sertão, de como acabam as mulheres que procuram uma vida independente. (p. 117)

O emblemático desaparecimento da meretriz volúvel e azarenta representa uma conveniente limpeza de um exemplo que deve ser esquecido, desencorajado, segundo os valores sociais representados nas narrativas. A prostituta que seduz os homens e leva suas vidas à desgraça é um perigo, e algo deve ser feito contra ela. Essa ação cabe ao narrador e por ele é executada. Brandão (2006) declara:

Enquanto estranha, a mulher é o *Outro* do discurso e assim desconhecida, portadora de um perigo que deve ser eliminado. Enquanto Outro, mata-se Capitu, mata-se Luísa, mata-se (enlouquecendo) Rosalina, mata-se Amália, petrificando-a, tornando-a estátua. O sujeito produtor dessas mortes as produz de um lugar não capturável, que é o lugar do inconsciente social, do ideológico que necessita de vítimas expiatórias para quem transgride suas leis. É como se a morte ocorresse, naturalmente. (p. 158)

A morte de Doninha, queimada, como uma purgação por sua extensa lista de pecados, ao sabor das fogueiras da Inquisição, mostra o quão impiedosa é a atitude do narrador diante da mulher, pobre, prostituta, que nunca teve a oportunidade de se redimir de suas atitudes, que nunca conseguiu se livrar de uma sina cruel, de um determinismo inexorável e que, ainda assim, constituiu-se como personagem fundamental da trilogia do coronelismo de Wilson Lins.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Coronelismo é um fenômeno social de indiscutível relevância para a sociedade brasileira, principalmente para a região Nordeste. Seus mecanismos de atuação devem ser analisados e discutidos, para que não se repitam (ou não se permitam) no presente os equívocos de um passado não tão remoto. Por isso mesmo, a análise da trilogia do Coronelismo de Wilson Lins consegue promover uma discussão sobre a sociedade brasileira através da abordagem ficcional, mesmo que o autor, apesar de relatar uma realidade nordestina de tanta relevância, não tenha se inserido na tradição regionalista de defender causas sociais. Sua posição é reacionária, uma vez que, ao se colocar em defesa do ponto de vista dos coronéis, possivelmente por ser filho de um deles, afasta-se da proposta do regionalismo de utilizar a ficção como instrumento de denúncia e transformação da realidade nacional.

Apesar das limitações naturais de autor filho de um coronel, Lins apresenta uma realidade intensa no seu mundo de ficção. Ao esconder as mazelas da ação dos coronéis sob a lembrança do pai, o autor também revela o que de negativo marcou o contexto sócio-político-econômico dos chefes locais. Sua tendência em enaltecer os feitos de um líder fictício que não se furta em revelar-se tão familiar aos olhos do narrador é também um norte, um forte indício de que as atitudes pretensamente grandiosas dos coronéis deixam vislumbrar a violência, o mando político, o clientelismo, o autoritarismo e a imposição de um poder econômico amparado na concentração fundiária sobre os menos favorecidos.

Os coronéis da trilogia de Wilson Lins, apesar de colocados em lados opostos, comungam de mesmas regras de condutas, agem e reagem de formas parecidas em busca de sustentar seus interesses, sejam eles de ordem política ou econômica. Portanto, ao polarizar Franco Leal e Torquato Thebas, o autor constrói uma alegoria típica entre protagonista e antagonista, mas não consegue afastar a constatação de que não há herói e vilão, existem apenas chefes de mesmas atitudes e aspirações que derrubam seus obstáculos para se manterem fortes perante as massas de seguidores, pessoas pobres, à mercê da imposição econômica e da coerção imposta pelos coronéis. Essas pessoas também são influenciadas pelo poder carismático desses chefes locais, que assumem características quase divinas, demonstrando sua coragem, sua força e seu caráter, o que desperta na população uma admiração incondicional, reforçando a dominação do chefe sobre seus seguidores.

A narrativa da trilogia é dinâmica, recheada de ação e emoção, marcada por fortes combates e personagens de destaque. O narrador, onisciente e parcial, não deixa dúvidas quanto ao lado que defende na luta do coronel de Pilão Arcado contra seus adversários. As demonstrações de coragem, a valentia, a habilidade, o caráter e a lealdade têm valor quando apresentados por Franco Leal ou por seus aliados. Aos inimigos, os rigores da narrativa: são selecionados os piores atributos, as ações equivocadas, as atitudes caricatas, os diálogos e ações mais mesquinhos para aqueles que se defrontam com o chefe de Pilão Arcado.

O relato ficcional, rico em fatos e seus detalhes, aproxima as histórias de Wilson Lins do registro historiográfico do coronelismo. Em muitas passagens, os nomes de personagens se confundem com os dos partícipes da História, assim como as datas registradas na obra de ficção. A estrutura da narrativa aponta para uma sequência temporal identificada com o referencial da História, estreitando os caminhos que aproximam inequivocadamente as obras em estudo dos relatos históricos sobre o tema.

Em *Os Cabras do Coronel*, toda a ação gira em torno da fuga do jagunço de confiança do Coronel, e logo fica claro que não haverá perdão: o fugitivo não tem saída, não pode voltar atrás. Por mais que o narrador destaque a afeição do jagunço pelo chefe de quem fugia, a recíproca já não era mais verdadeira, o que deixa claro que não havia liberdade de escolha para os mesmos favorecidos. Por mais “franco” e “leal” que fosse o coronel, a sua dominação sobre a classe pobre era absoluta, e os que dele dependiam estavam totalmente sob seu controle, sem opção de buscar caminho diferente daquele traçado pelo chefe.

A primeira obra apresenta o espaço da luta, seus protagonistas e coadjuvantes, mostrando na paisagem seca do sertão o quanto de sangue e tiro ainda seria derramado até o fim da trilogia. Vários coronéis e seus jagunços, terras disputadas, apoios políticos, tudo é tratado nas linhas da obra, que apresenta ainda fatos e aspectos históricos que aproximam a narrativa de um discurso histórico ideologicamente articulado, que pretende dar voz a um coronel fictício largamente amparado no registro biográfico do autor.

Em paralelo ao embate entre os coronéis, desfilam pela narrativa personagens que se destacam pela particularidade, pela possibilidade de destaque ante uma temática tão centrada na violência e nas lutas travadas pelos coronéis e seus jagunços. A prostituta desejada pelos homens, o comerciante ambicioso, o ex-padre, o juiz honesto desafiado pela truculência do coronel são retratos de uma história que não se fixa apenas naquilo que lhe é mais característico: a violência, os combates e o jogo político do coronelismo. No sertão esquecido pela política, muitos são os que tentam sobreviver numa sociedade hostil e limitada, centrada nas fronteiras definidas severamente pelos chefes locais.

Nas obras que completam a trilogia, *O Reduto* e *Remanso da Valentia*, a narrativa continua o seu ritmo dinâmico, ao mesmo tempo centralizador na figura dos coronéis e ampliador para vários personagens que enchem de vida as páginas das obras. A distensão do segundo volume revela uma população pobre, entre costumes e tradições que ilustram a multifacetada cultura do sertão, seus mitos, crenças e histórias. Enquanto os moradores de Pilão Arcado esperam seu líder voltar do combate distante, é exposta para o leitor a riqueza do seu cotidiano cheio de conflitos provocados pelas constantes contendas entre coronéis e seus jagunços.

A gama de expressões culturais flagrada em *O Reduto* poderia ser mais amplamente analisada, não fossem as limitações de abordagem de uma pesquisa que, tratando de coronéis, já tratou de história e literatura, personagem feminina e oposição de poderes, deixando caminhos para um estudo posterior a esse respeito. O fato é que esse amplo horizonte de cultura popular do sertão percebido na obra contribui para dimensionar o rico contexto do coronelismo em suas mais variadas facetas e desdobramentos: tudo isso gira em torno da liderança do chefe local, de suas atitudes e decisões, mostrando a realidade dos sertanejos e como, diante da opressão e das limitações a que estão submetidos, conseguem dotar de tanta riqueza cultural um cotidiano marcado pelas privações econômicas e pelo sofrimento das lutas sem fim em busca de poder.

O ambiente hostil das batalhas volta a ser o cenário preferencial da última obra da trilogia, *Remanso da Valentia*. E, entre tantas guerras e mortes violentas, a narração se acelera no calor dos embates, dedicando mais atenção às estratégias e fatos do *front* contínuo estabelecido entre os coronéis. As disputas continuam a evidenciar o quanto aqueles que o narrador insiste em denominar de devotos do chefe são para esse mesmo chefe dispensáveis, soldados de exércitos sem soldo, títeres esperando o momento de dar sua vida por uma causa que eles jamais entenderão.

No cenário da derradeira batalha da trilogia, estratégia e política se misturam, ratificando a ligação entre os chefes do sertão e os representantes políticos da capital. A guerra, mais uma vez, surge como um fator de afirmação, de imposição de um coronel sobre outro, não importando o custo que representam esses combates, seja pelas vidas das pessoas, relativizadas, banalizadas, seja pelas conseqüências socioeconômicas que dizimam cidades e prejudicam populações inteiras.

A tensão entre poderes é uma constante no contexto dos coronéis, onde os chefes se confrontam entre si, em busca de reafirmar seu mando sobre a região, ou conquistar mais influência e terras. À frente de seus exércitos, os chefes locais empreendem batalhas

constantes, constituindo um ciclo interminável de contendas que coloca as populações ainda mais à mercê dos desígnios dos coronéis. À Justiça, por sua vez, cabe a posição de enfrentamento dos coronéis ou de seu sustentáculo, evidenciando que os poderes constituídos, seja institucionalmente ou por meio da força, podem dialogar ou se enfrentar a depender dos interesses envolvidos. Completa a relação entre poderes a aproximação estrutural entre coronelismo e política, numa lógica de reciprocidade, onde os chefes locais promovem e sustentam práticas de manipulação de sufrágios e eleição de candidatos dos seu interesse, recebendo em troca dos eleitos proteção e apoio para suas estratégias de dominação política e econômica de suas regiões.

Estudar o coronelismo relatado nas páginas das obras do jornalista Wilson Lins é uma atividade de aprofundamento dos conceitos acerca da realidade nordestina e, mais precisamente, da realidade de localidades distantes, esquecidas, à margem da política nacional. Por mais que as narrativas apontem para uma abordagem de teor favorável aos coronéis, apresentando-os mais pelos seus aspectos de dominação e até heroísmo, em alguns casos, não se pode deixar de perceber o quanto há de aspectos dos mais relevantes da cultura nacional nas linhas dos textos. Abre-se espaço para personagens marginalizados, pobres, e visualizar sua condição, seu modo de vida, seus costumes, ajuda a refletir sobre a desigualdade social que era a marca mais comum dos territórios dominados pelos coronéis deste país.

O alcance das histórias sobre o coronelismo da trilogia em estudo vai além dos aspectos sociopolíticos que normalmente são atribuídos ao tema. A maneira como é feita a narração aponta para uma manifesta parcialidade do narrador em relação a tudo que está posto. Trata-se de uma posição conservadora, típica de alguém oriundo daquela esfera de poder que, através da ficção, faz-se representar. O narrador, por mais que em alguns momentos relate a dificuldade por que passam as pessoas que estão submissas aos coronéis, defende uma realidade idealizada, em que os chefes locais são mais reconhecidos pela sua coragem que pelo seu poder econômico e político.

Esse mesmo narrador envereda pela lógica patriarcal do coronelismo ao relatar as personagens femininas nas obras, com enfoque especial na personagem Doninha Calango, à qual é atribuída uma grande quantidade de aspectos negativos. Sua condição de prostituta é atribuída a um determinismo social, alimentada pela sua falta de iniciativa e vontade para mudar essa situação. Além disso, o narrador atribui a Doninha uma espécie de maldição, uma vez que todos que com ela se envolvem têm um fim trágico. Através das falas dos demais personagens, principalmente homens, o narrador reforça a sua empreitada de desqualificar e

vilipendiar Doninha Calango, promovendo, como uma expiação para ela, um suicídio que sugere uma punição para tudo o que foi a ela atribuído ao longo da trilogia. Essa prática do narrador ratifica uma posição conservadora, lastreada na ideologia do coronelismo, marcada pela sociedade patriarcal e arcaica do sertão.

O fenômeno do coronelismo foi marcado pela formação de uma estrutura rígida de poder e influência, mas a figura do coronel, sua família, seu relacionamento com aliados mais próximos poucas vezes foi tão esmiuçado como nas obras em estudo. A vida privada do chefe local sempre ficou em segundo plano nas análises devido às abordagens mais gerais, dando conta de entender o coronelismo numa macroestrutura social. Wilson Lins, tendo vivido de perto essa realidade, teve a oportunidade de trazer, pelas vias da ficção, um testemunho do centro do poder das cidades do sertão nordestino, proporcionando uma grande contribuição ao estudo literário e sociológico do coronelismo.

Este estudo crítico sobre as obras mais importantes de Wilson Lins não encerra a discussão sobre elas. Outros aspectos se fazem relevantes e devem ser trabalhados, como as manifestações culturais do sertão a beira do São Francisco, as questões de gênero que envolvem o contexto patriarcal do coronelismo, além uma análise mais detalhada sobre o discurso do coronelismo, através de um autor que se insere biograficamente nessa realidade. Há ainda outras possibilidades que serão cogitadas à medida que a produção literária do escritor, jornalista e político Wilson Lins venha sendo descoberta pelos leitores e pesquisadores. E este estudo cumpre também esse objetivo: trazer à discussão obras literárias de qualidade, mas ainda pouco conhecidas do público acadêmico baiano e nacional.

Analisando o histórico dos chefes locais e suas relações de poder, é possível perceber o quanto de coronelismo existe atualmente, em pequenas atitudes cotidianas de imposição de poderes, como nas situações em que ainda se ouve dizer: “você sabe com quem está falando?”. Tal pensamento remete à estrutura de poder formada pelos chefes locais, amparada na concentração fundiária e formação do latifúndio, que desde o início da colonização marcaram a estrutura social deste país, conforme apontam os estudos de Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, entre outros.

Por outro lado, costumam-se atribuir atitudes políticas de toda ordem a uma conduta coronelista: qualquer demonstração ou concentração de poder político com algum tipo de conduta truculenta é tachada de “coronelista”, generalizando o conceito e contribuindo para relativizá-lo. O coronelismo se revela um elemento de grande importância na formação da identidade brasileira, mesmo que isso sugira um aspecto negativo da nossa formação. Não é um fenômeno específico do nordeste, mas do Brasil. E a ficção, como nesta pesquisa, ajuda a

pensá-lo, a trazê-lo à discussão, a buscar as razões pelas quais ainda se manifesta mesmo após tantas mudanças políticas no país.

As narrativas de Wilson Lins estão repletas não apenas de retratos do coronelismo no sertão da Bahia. Exibem fartas imagens da cultura e da organização social das cidades do sertão, mitos, crenças, e modo de vida das pessoas que permeiam as histórias. Apresentam também construções que revelam uma verdadeira épica sertaneja, com imagens fortes de grandes batalhas e demonstração de coragem e honradez do povo sertanejo, que serviriam de material para boas produções cinematográficas.

As obras analisadas apresentam aspectos relevantes para a discussão acerca do coronelismo no Brasil. Através do discurso literário, ficção e realidade se misturam, mas não impedem que um fenômeno social que constitui um aspecto da identidade nordestina, apesar dos estereótipos e invenções, seja estudado. Wilson Lins não se afastou de suas raízes e de sua posição social ao escrever a trilogia em estudo. Contou suas histórias usando como referência a ideologia dos coronéis, da classe dominante. Ainda assim, mesmo sem denunciar a realidade desigual do sertão nordestino, como era comum que se esperasse da literatura intitulada de regionalista, conseguiu apresentar ao público leitor construções ficcionais que despertam o interesse pelo estudo do coronelismo, sua história e cultura.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Flávio Wolf de. A estrutura da espera. In: PRATT, Mary Louise et al. **Literatura e História: perspectivas e convergências**. Bauru-SP: EDUSC, 1999.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: FJN. ED, Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- AMADO, Jorge. **Terras do Sem Fim**. 78. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- ARAÚJO, Jorge. **Dioniso & Cia na moqueca do dendê: desejo, revolução e prazer na obra de Jorge Amado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2003.
- ARAÚJO, Jorge. **Floração de imaginários: O romance baiano no século 20**. Itabuna / Ilhéus: Via Litterarum, 2008.
- AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2008. (Coleção Travessias)
- BANN, Stephen. **As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado**. Trad. Flávia Villas-Boas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. (Biblioteca básica).
- BRANDÃO, Ruth Silviano. **Mulher ao pé da letra: a personagem feminina na literatura**. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- CÂNDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 Ago 2007.
- CHALITA, Gabriel. **O poder**. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1999.
- COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- DAL FARRA, Maria Lúcia. **O narrador ensimesmado**. São Paulo: Ática, 1978. (Série Ensaios; v. 47)
- D'ONÓFRIO, Salvatore. **Pequena enciclopédia da cultura ocidental: o saber indispensável, os mitos eternos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- DRUMMOND, José A. **A Coluna prestes: rebeldes errantes**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção tudo é história; 103)

FAHEL, Margarida Cordeiro. A lei nas Terras do Sem fim. In: **Quinto Império** – revista de cultura e literaturas de língua portuguesa. Vol. 4. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1994.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 12. ed. v. 2. São Paulo: Globo, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Literatura e História: o romance regional. In: **Politeia**: História e Sociedade / Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. v. 5, n. 1. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2005.

FREIXINHO, Nilton. **O sertão arcaico do nordeste do Brasil**: uma releitura. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

GRANJA, Lúcia. A Literatura e o Leitor. In: **Argumento** / Revista das Faculdades de Educação, Ciências e Letras e Psicologia Padre Anchieta. n. 5. Jundiaí-SP: Sociedade Padre Anchieta de Ensino, 2001. Disponível em: <http://www.anchieta.br/unianchieta/revistas/argumento/pdf/argumento05.pdf>. Acesso em 09.05.2010.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo direito**: texto integral. Trad. Mário de Méroe. São Paulo: Centauro, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEENHARDT, Jacques. O retrato de Rodrigo Cambará. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.) **Leituras cruzadas**: diálogos da história com a literatura. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2000.

LEITE, Lígia Maria Chiappini Moraes. **O Foco narrativo** (ou a Polêmica em torno da ilusão). 10. ed. São Paulo: Ática, 2002.

LINS, Wilson. **Aprendizagem do Absurdo**: uma casa após a outra. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997.

LINS, Wilson. **O Reduto**. São Paulo: Martins, 1965.

LINS, Wilson. **Os Cabras do Coronel**. Rio de Janeiro: GRD, 1964.

LINS, Wilson. **Remanso da valentia**. São Paulo: Martins, 1967.

LUCAS, Fábio. **O caráter social da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. (Série Rumos da Cultura Moderna; v. 36).

LUNA, Luiz e BARBALHO, Nelson. **Coronel dono do mundo: síntese histórica do coronelismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1983.

MACAULAY, Neil. **A Coluna Prestes: Revolução no Brasil**. Trad. Flora Machman. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1977.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. Trad. Marina Appenzeller. Rev. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Coleção leitura e crítica).

MATTOS, Florisvaldo. **Estação de prosa e diversos**. Salvador: Memorial das Letras, 1997.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Maria Júlia Goldwasser; rev. Zélia de Almeida Cardoso. 3. ed. Rev. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. Vol. 1. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MORAES, Walfrido. **Jagunços e heróis: a civilização do diamante nas lavras da Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MOREIRA, Ariágda dos Santos. O espaço da prostituta na literatura brasileira no século XX. In: **Caligrama**, Belo Horizonte, n. 12, 2007. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/caligrama/caligramav12a12.pdf>. Acesso em 30.04.2010.

NEJAR, Carlos. **História da literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Copesul: Telos, 2007.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias 1889-1934: A Bahia na Primeira República Brasileira**. Trad. Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Retratos do Brasil; v. 128).

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **Com a língua de fora: a obscenidade por trás de palavras insuspeitas e a história inocente de termos cabeludos**. São Paulo: Angra, 2002.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder**. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

REGO, José Lins do. **Fogo Morto**. 25. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: **Labrys**, estudos feministas. n. 1-2, Brasília/Montreal, jul/dez 2002.

SALES, Herberto. **Cascalho**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.

SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Severino Ferreira dos. **Remanso: passado e presente**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas**. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SOUZA, Alírio Fernando Barbosa de. **O coronelismo no médio São Francisco**: um estudo de poder local. Salvador: EGBA, 1998.

TACCA, Oscar. **As vozes do romance**. Coimbra: Almedina, 1983.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP; Salvador, EDUFBA, 2008.

VALVERDE, Luiz Antonio de Carvalho. **Percursos narrativos de Wilson Lins**: uma trilogia do coronelismo. Feira de Santana, 2002, 142 p. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural). PPG/LDC, UEFS, 2002.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. **A invenção do Coronel**: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória-ES: SPDC/UFES, 1995.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: A Imaginação Histórica do Século XIX. Trad. José Laurênio de Melo. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. (Coleção Ponta; v. 4).

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: Ensaios sobre a Crítica da Cultura. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. (Ensaios de Cultura; vol. 6).

XAVIER, Elódia. A representação do corpo no imaginário feminino: subalternidade e exclusão. In: PIRES, Maria Isabel Edom (org.). **Formas e dilemas da representação da mulher na literatura contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.